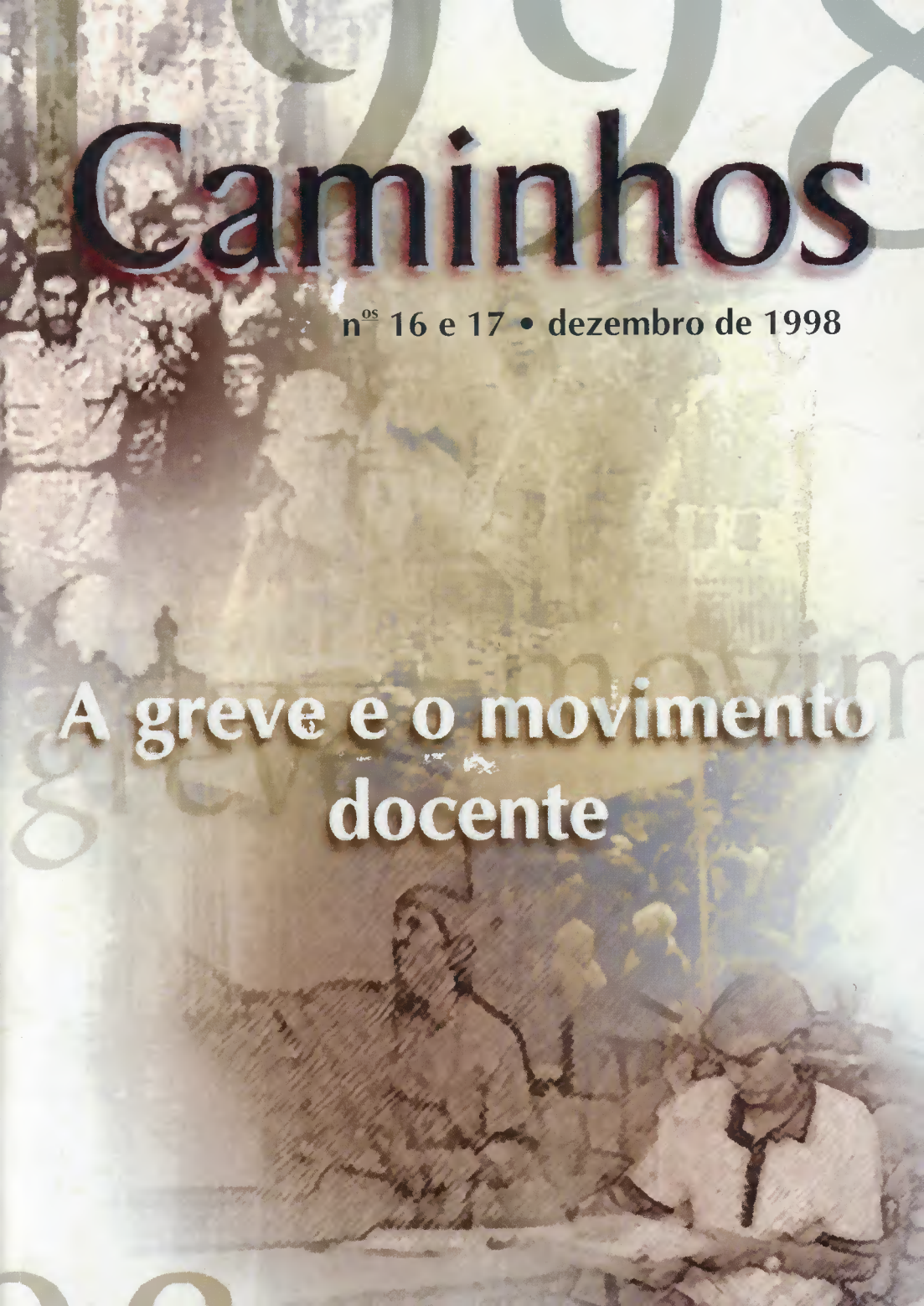
Caminhos

nos 16 e 17 • dezembro de 1998



A greve e o movimento docente

Caminhos

Caminhos

Revista da Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da Andes-SN
Números 16 e 17 • dezembro de 1998

APUBH • S. Sind.
Rua Artur Itabirano, 70 - São José/Pampulha - CEP 31275-020 - Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 • Fax: (031) 441-1303 • e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli

1ª VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

2ª VICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar D'Araújo Couto

1ª SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi

2ª SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli

2º TESOUREIRO
Rosângela Carrusca Alvim

1ª SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira

2ª SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

CONSELHO EDITORIAL
Celina Camilo de Oliveira, Humberto Coelho de Carvalho, Margarida de Moura Siqueira, Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova e Wemerson de Amorim

ASSISTENTE
Nilson Ferreira Freitas

APOIO
Fernanda Veloso Torres
Cleusa Ferreira dos Santos
Mary Oliveira de Assis

REVISÃO
Ronaldo Solha
Humberto Coelho de Carvalho

IMAGENS E CRIAÇÃO DA CAPA
Keila Berbert

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ronaldo Solha - RMT 2216/MG

PROJETO GRÁFICO
Keila Berbert

IMPRESSÃO
Gráfica Segrac

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas à APUBH-S. Sind. no endereço acima. Os artigos deverão respeitar aos limites de 15 laudas de 20 linhas, com espaço 2, ou aproximadamente 15.000 caracteres, a serem enviados em disquete formato MAC ou PC, com identificação e endereço do autor para eventual contato, acompanhado de uma cópia impressa do artigo. O Conselho Editorial de Caminhos poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que fujam as especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

Sumário

Editorial 07

Correndo riscos, fazendo história: saudação à ousadia 15

Tarcísio Mauro Vago

Aposentados em greve? 31

Marília Novais da Mata Machado

Três lições de uma longa greve 39

Délcio Vieira Salomon

Ambigüidades neoliberais na greve de 1998 51

Nilcéia Moraleida Gomes

Carlos Roberto Horta

1998 • O resgate da nossa dignidade 65

Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

A UFMG merece? 75

Míriam Oliveira e Rocha

A greve das universidades públicas: erros, conquistas e desafios 81

Florivaldo Dutra de Araújo

Reflexões sobre a greve dos docentes das IFES de 1998 91

Daniela Motta de Oliveira

Márcio Antônio de Oliveira

Tecnologias da informação como aporte ao movimento docente 105

Maria Aparecida Moura

(Des)estímulo programado 111

Sérgio Martins

A greve de 98: um depoimento 129

Maria Dirlene Trindade Marques

A greve diante do reposicionamento da educação superior e a luta sindical 143

Celi Nelza Zulke Taffarel

A auto-reflexão brasileira: de Canudos ao MST 165

Fernando Massote

Neoliberalismo, globalización y alternativas 175

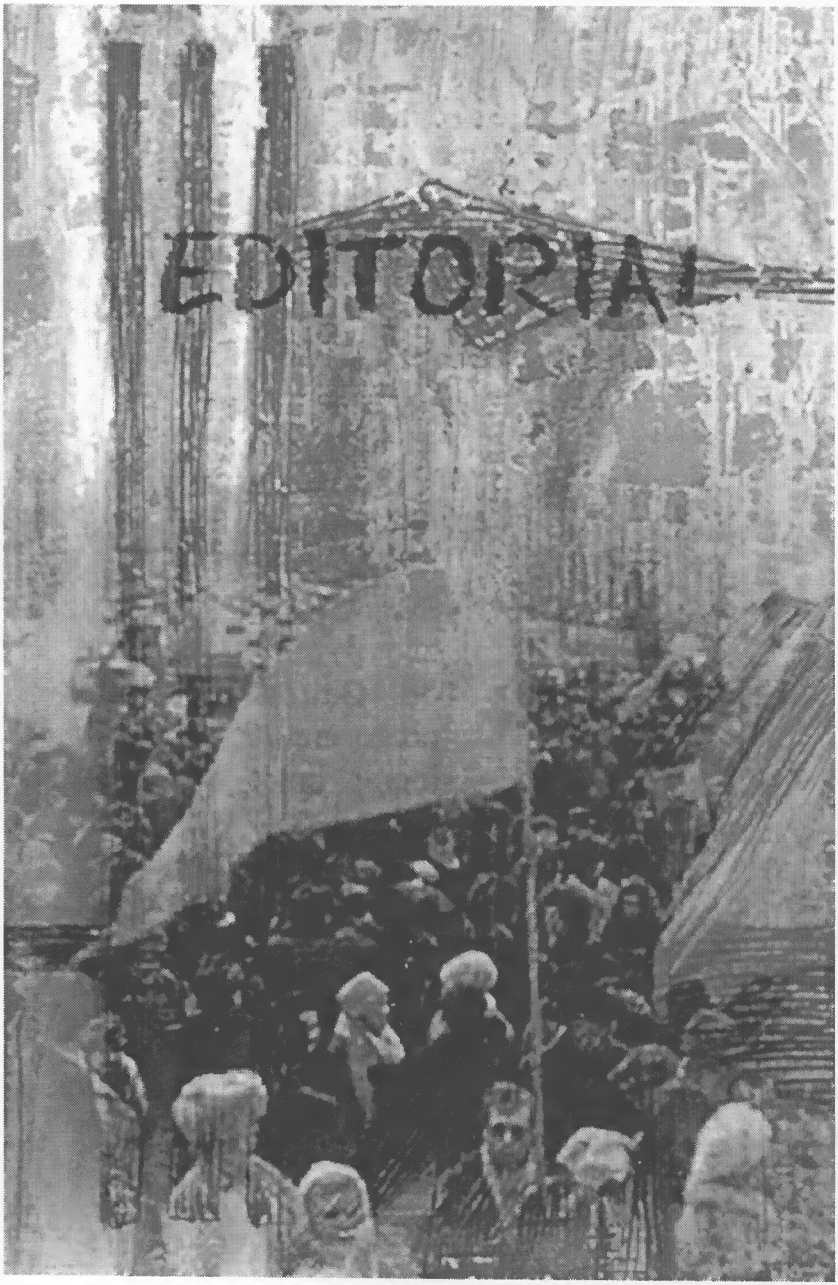
José A. Bonilla

O fabricante de artigos 193

Herculano de Pompéia

O professor: algumas palavras necessárias 197

Cesar Gualtieri


EDITORIAL

Editorial

"Encontrei muitos com desejos de enganar os outros, mas jamais encontrei alguém que quisesse ser enganado".

Santo Agostinho

Motivos vários impediram a circulação do número 16 de **Caminhos** no 1° semestre deste ano. O principal foi a menor disponibilidade de autores, de membros do Conselho Editorial (CE) e da recém-empossada diretoria da APUBH, envolvidos nos acontecimentos que precederam a Greve de 1998 e que culminaram na sua deflagração.

A existência de textos anteriores à eclosão do movimento e a proposta de Assembléia Geral, determinando que "o próximo número de **Caminhos** fosse voltado essencialmente para a temática da Greve", levaram o CE à decisão de lançar os números 16 e 17 conjuntamente, numa só edição. A convocação dos articulis-

tas desta edição fez-se, entre outros, através dos **Informativos** 17 e 19, de julho e agosto de 98, do **Boletim** nº. 2, de agosto de 98, e de cerca de 30 contatos telefônicos com pessoas que haviam produzido alguma matéria referente à greve.

Nesta publicação, nossos autores convidam-nos a refletir sobre acontecimentos específicos – reajuste salarial, abertura de concursos, defesa da Universidade Pública e outros pontos – que levaram à paralisação por 104 dias, de 50 das 52 IFES do Brasil.

Vão mais além. Interrogam sobre nossa intenção e disposição de aderir ou combater a política perversa do MEC, atrelada à lucratividade e a outras falácias de um neoliberalismo e uma globalização mal digeridos.

Apontam para os equívocos cometidos entre e dentre as partes envolvidas – as posturas e concepções, às vezes diametralmente opostas do CNG e das AD's, da ANDES e do Governo, do Governo e do Congresso tornavam difíceis a explicitação e a negociação das divergências. Das personagens principais esperava-se, além de competência técnica, um pouco mais de tolerância, humildade e sabedoria para construir soluções dignamente aceitáveis.

A saída encontrada, havendo desagradado gregos, goianos e baianos, torna, agora, mais que nunca, necessária a retomada das discussões, com o fito de se elaborar um plano estratégico que contemple, entre outros, aspectos como os de:

a) quebrar o isolamento entre os principais atores (professores, AD's, ANDES, MEC e Congresso);

b) acompanhar a implantação e desenvolvimento da GED, evitando exclusões de última hora e mantendo, pelo menos, o até agora alcançado (há quem considere deva ser a GED sistematicamente repudiada);

c) sinalizar quais recursos devem ser mobilizados e como melhor distribuí-los;

d) encaminhar ao MEC e Congresso propostas devidamente discutidas e não arranjos atabalhoados de última hora;

e) ficar atento para os desdobramentos do art. 207 e a Lei nº 8.112, referente aos aposen-

tados (já somos um deles ou viremos a sê-lo algum dia...); desse cuidado deve participar o professor da ativa, pois essa lei regula os estatutos, a carreira e as vantagens;

f) escolher representantes que aliem competência técnica a compromisso político;

g) recuperar a capacidade de "forjar" concepções de vida universitária que ultrapassem a pura ação sindical.

Um dos artigos revela que a Internet, em suas origens um instrumento articulador do exército americano, tornou-se também ferramenta fundamental para mobilização, articulação e divulgação das reivindicações docentes. Talvez coubesse aqui lembrar da necessidade de maior interconexão entre duas frações significativas do nosso universo: a dos analfabetos eruditos e a dos alfabetizados ignorantes. As novas regras de globalização, envolvendo todos numa mesma dinâmica histórica, mostram-nos uns aflitos por incapazes de visitar os *sites* e as *home pages* e outros constrangidos por acusados de poluidores das infovias com vasto material obscuro e acrítico.

Há ainda os "bilingües", nada tendo a dizer em qualquer dos idiomas. Uns e outros pretendentes a verdadeiros intérpretes do futuro começam a perceber que navegar e viver é mais perigoso e sem sentido do que haviam imaginado.

Vários acenam para a necessidade de os excluídos se organizarem para defender melhor seus interesses. Um recomenda àqueles que acusam os aposentados de antiéticos, por estarem participando de Assembléias, inclusive votando, a consultarem o art.8°, inciso VII da Constituição Federal: "o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais". Constituindo cerca da metade dos associados da APUBH, eles, em grande parte, financiaram os gastos da greve.

Alguns, numa sofrida auto-análise, voltam-se sobre si mesmos e discutem as razões da debilidade do sindicalismo.

Asseveram outros estarmos necessitados mais de bons exemplos do que de belas palavras. Afirmação extensiva às relações das chamadas bases com seus representantes.

Neste volume fizemos vista grossa para um dos nossos mandamentos: os artigos não ultrapassarem os já amplos li-

mites de 15 laudas, com espaço 2 e 20 linhas por página. A maioria dos autores parece estar sem tempo para ser salutarmente mais breve. Idem para o editorialista. Talvez esquecidos que aos leitores também falta tempo, fôlego ou disposição para atravessar quilômetros e mais quilômetros de uma prosa de palatabilidade duvidosa. Tal fato elevou o número de páginas do volume e levou à exclusão das seções "Navegar É Preciso", "Poesia" e "Página da Charge."

Encerrando o texto, encontramos uma espécie de Dr. Bacamarte dos pobres. Indiferente às motivações da greve, ele racionaliza e delira, sem nos deixar perceber (nem a ele mesmo) quando está fazendo uma coisa ou outra.

O CE procurou no seu relacionamento com os articulistas e com a Diretoria da APUBH se espelhar no exemplo de Robinson Crusoé: "Considerava-me um rei de três súditos que eram de três religiões diferentes – Sexta-Feira era protestante, seu pai pagão e canibal, e o espanhol papista – mesmo assim concedi-lhes liberdade de consciência em todos os meus domínios".

A presença lado a lado na Revista de posições diferentes e mesmo antagônicas expressa empenho em estimular a convivência com o diferente e a aceitação do outro como um legítimo outro.

Não só as AD's, mas também as instâncias formais das IFES deveriam se empenhar para que o carreirismo, a vaidade, o autoritarismo, a tecnocracia e o individualismo gerados pelos sentimentos egoístas de seus quadros não venham obscurecer a necessidade de encararem-se os problemas sociais maiores da instituição e do país.

Temos de discutir mais criticamente, entre outros temas, aquilo que o Governo chama de "privilégios", de "vagabundagem" e de "autonomia na academia". Discutir também essa imensa dificuldade de sermos nós mesmos. Discutir tudo isso, sem abdicar do sonho de construir uma sociedade mais solidária, mais justa e, se possível, mais feliz.

PS.: Como se não bastasse tanta necessidade aborrecida, indicada pelos diferentes articulistas, nos brindam agora os iluminados do Planalto com

esse presente de Natal – o generoso pacote do ajuste fiscal, com seus cortes no orçamento, aumentos de impostos e alterações nas regras da Previdência Social, todos embalados em reluzente papel-escândalo.

Resta-nos o quê? Talvez clamar como Jó: "Senhor, dai-nos a entender em que erramos... Parece-te bem que nos oprimas, que rejeites a obra das tuas mãos e favoreças o conselho dos perversos?".



Correndo riscos, fazendo história: saudação à ousadia

Tarcísio Mauro Vago
Professor de Educação Física da Escola de Ensino Fundamental do Centro Pedagógico • UFMG

Seja este texto uma saudação aos docentes da UFMG e das demais IFES que, de forma ousada e criativa, realizaram um belo movimento em defesa da Universidade Pública, confrontando-se com um governo cujo poder se dizia avassalador.

Registro que estarei aqui sempre me referindo ao nosso movimento, construído e sustentado nas assembléias, nas manifestações públicas pelas ruas da cidade ou do Campus, nas negociações em Brasília. Para mim, essas são as práticas representativas e legitimadoras do movimento que realizamos. Elas são maiores e superiores às divergências de algumas de suas eventuais (e nem sempre reconheci-

das) lideranças, sejam da APUBH, sejam da ANDES.

Minhas reflexões sobre a greve das IFES de 1998, com envolvimento ativo dos docentes da UFMG, começam dois anos antes, em outra paralisação. Relembro aqui a assembléia realizada no dia 17 de abril de 1996, uma sexta-feira, pela manhã, no Auditório Sônia Viegas, da FAFICH. Foi nesta assembléia que os docentes da UFMG resolveram aderir à greve, já então em pleno desenvolvimento havia semanas, em outras universidades federais. Sim, fomos praticamente os últimos a tomar essa decisão. E não foi fácil. De fato, o movimento docente na UFMG, que em tantas outras greves (1984, 1987, 1991, por exemplo) constituiu uma força e uma referência no plano nacional, não demonstrava o mesmo ímpeto em 1996, em que pesem os esforços de chamamento da diretoria da APUBH de então. Por muitos motivos não nos mobilizávamos para integrar e participar da luta: algumas lideranças históricas haviam-se aposentado, outras estavam participando do governo municipal de Belo Horizonte (pela primeira vez conquistado pela Frente BH Popular, liderada pelo PT), muitos docentes eram então recém-concursados e empossados, portanto, sem tradição de greve na UFMG (alguns traziam ricas experiências de mobilização em outras redes de ensino).

Mas, talvez, a principal causa da apatia demonstrada em 1996 foi a de que muitos de nós estávamos alinhados (e satisfeitos) com o governo de Fernando Henrique Cardoso, então com pouco mais de um ano no poder. Nesse curto espaço de tempo teve como uma de suas marcas, na relação do governo federal com os trabalhadores organizados, uma tentativa de quebrar a espinha dorsal do sindicalismo não-adesista. Exemplo disso ocorreu por ocasião da greve dos petroleiros, filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizada no primeiro semestre de 1995, durante e após a qual receberam do governo federal um tratamento que nem a ditadura ousara praticar. Uma de suas repercussões foi a de que, por algum tempo, as diferentes categorias de trabalhadores tiveram dificuldade de avançar na sua mobilização e organização –

falar em greve então parecia absurdo. Não fomos exceção.

Naquela assembléia geral, no entanto, foi diferente. Depois de analisar e debater o que o governo federal já havia imposto até ali – a extinção da data-base para eventuais reajustes salariais (que era o dia 1º de janeiro); o ataque às conquistas históricas do movimento, como a aposentadoria integral e a estabilidade, com sérias ameaças de desaparecimento –, percebemos, enfim, que era preciso reagir. Recordo-me em particular de uma fala marcante da professora Inês Teixeira (da Faculdade de Educação[1]) na assembléia:

"Uma greve não é apenas para fazer pressão a um governo, é também para a expressão de uma vontade, de um posicionamento político".

Sim, finalmente percebemos que mais importante do que o resultado imediato de um movimento grevista (conseguir ou não o atendimento integral ou parcial da pauta de reivindicações) era o registro para a história de que os(as) trabalhadores(as) das universidades públicas não se calaram diante dos fatos, como se até a sua dignidade houvessem perdido, mas, ao contrário, expressaram e marcaram a sua posição, lutaram por aquilo que julgavam justo. Foi com esse pensamento que aquela assembléia aprovou nossa adesão à greve.

Não fomos muito longe, porém. Se demoramos para entrar, fomos rápidos para sair do movimento nacional. Aliás, os primeiros a sair, antes mesmo de uma sempre necessária decisão coletiva, cujo fórum é o Comando Nacional de Greve.

Minha avaliação daquela greve é de termos, pela importância estratégica da UFMG no cenário nacional – e isso vale também para o movimento político de seus docentes –, naquele momento faltado com nossos parceiros das demais universidades. Meu sentimento é de termos ficado em dívida com o movimento nacional.

Dois anos se passaram. O cenário político e social agravou-se ainda mais para nós: uma acentuada perda de direitos (da ameaça inicial à realidade, perdemos estabilidade e aposentadoria integral, por exemplo); as universidades sufocadas pelo não-repasse dos recursos minimamente garantidores de seu funcionamento; nosso ânimo intelectual e

nosso compromisso com a dimensão pública do ensino, da pesquisa e da extensão por nós realizados sendo minados por um salário aviltante (causa de migração de docentes para instituições particulares); o pacote de medidas de outubro de 1997 (com mais corte de verbas para pesquisas e bolsas para qualificação); o lançamento em fevereiro de 1998 do chamado Plano de Incentivo à Docência (PID)... Diante disso, o movimento docente na UFMG, a duríssimas penas, entendeu que já era hora de novamente se expressar diante do governo federal e, muito mais importante, perante a sociedade que o mantém. O silêncio tornara-se impossível. A essa altura, também, o encantamento de muitos com Fernando Henrique Cardoso ou já não existia ou era dissimulado e escondido (não vou aqui me iludir pensando que tenha desaparecido).

Os(as) professores(as) da UFMG, dessa vez, reassumimos nosso lugar e tornamo-nos novamente referência nacional. E que movimento lindo realizamos! Que intensa e legítima forma de pressão... e de expressão! Creio mesmo que resgatamos a dívida que tínhamos com o movimento nacional, contraída em 1996.

Saúdo o nosso movimento de 1998 por sua imensa criatividade, fundamental para segurar uma greve de mais de noventa dias. De muitas maneiras expressamos nossas posições.

O *Tapete Temático* sobre a universidade, belíssimamente construído na Praça da Liberdade, uma imagem para sempre em minha, em nossa memória, na memória da cidade, expressava a dor diante da insensatez que pode levar as universidades públicas à ruína e ao mesmo tempo revelava uma paixão pela vida – a vida que queremos ter e fazer –, para a qual elas são imprescindíveis. Aqui, sintam-se todos(as) incluídos(as) em uma homenagem ao professor Fabrício Fernandino e seus colaboradores, do Ateliê de Escultura da Escola de Belas Artes. Como valeu!

Uma tarde inesquecível foi a de 17 de abril de 1998. Começou com uma feliz e interessante idéia, a *Universidade Viva*: palestras, exposições, cantoria, dança, teatro, capoeira, brincadeiras com o Pan-

dalelê... e culminou com o emocionante *Abraço à UFMG*, com mais de 5 mil pessoas. Ver a nossa universidade abraçada por muitos(as) daqueles(as) que todos os dias dedicam sua vida para fazer dela uma das mais importantes do país foi profundamente tocante. Particularmente, foi ainda mais emocionante ver lá muitos alunos(as), pais, mães, funcionários(as), professores(as) do Centro Pedagógico (CP – Ensino Fundamental e Colégio Técnico –), que formaram uma grande corrente nesse abraço. Faço uma saudação especial aos(às) professores(as) e também aos alunos(as) da UFMG que se envolveram na intensa mobilização exigida por essas duas idéias brilhantes (a da *Universidade Viva* e a do *Abraço*), com visitas aos cursos pré-vestibulares, às escolas de ensino médio, por exemplo, convidando os futuros(as) alunos(as) para já entrarem na luta em defesa da universidade pública. Que todos(as) se sintam representados em uma homenagem a três figuras fundamentais para que aquela tarde acontecesse de forma tão bonita e forte — a professora Celina Camilo de Oliveira (da Escola de Enfermagem), a professora Adriana Tenuta (da Faculdade de Letras) e o professor Júlio Emílio Diniz Pereira (da Faculdade de Educação). Aquele abraço!!!

Outra atividade muito rica foi a da *Universidade no Parque*, realizada num domingo, no Parque das Mangabeiras, na qual foram apresentados trabalhos de várias unidades da UFMG, além de brincadeiras, teatro, música. Aqui, uma saudação ao professor Jason Isnard M. Pinto (do CP), e à professora Herzila Maria de Lima Bastos (da Faculdade de Letras), coordenadores iniciais dessa idéia. Valeu muito!

Foram atividades como essas, ao mesmo tempo criativas e criadoras de movimento e envolvimento universidade-sociedade, realizadas dentro e fora dos muros da UFMG, que deram expressividade tão grande à nossa greve, reconhecida como um movimento social legítimo. O *Abraço*, só para ficar em um exemplo, foi noticiado em todas as emissoras de televisão e de rádio (locais e nacionais – nem a Globo pôde ignorá-lo, incluindo-o no Jornal Nacional), sendo saudado pelos parceiros de todas as IFES.

Por sua intensidade e principalmente por sua legitimidade, a greve conseguiu expressividade e visibilidade, em âmbito nacional, forçando o ministro da Educação a reconhecer o nosso movimento e a receber o Comando Nacional, depois de tentar fazer de conta que ele não existia. Nosso movimento foi tema de programas de TV, destacando-se o *Fogo Cruzado*, da Rede Bandeirantes, inteiramente dedicado ao problema das universidades públicas brasileiras. O apoio recebido dos espectadores que ligaram para responder à pergunta "Quem deve ceder: os professores ou o governo?" foi motivo de júbilo, pela sua contundência. Nada menos que 95% disseram que era o governo. Exemplo agudo da justeza do movimento que realizamos, respeitado pela sociedade.

Desmonstramos que nossa notoriedade deve ser creditada, em primeiro lugar, ao reconhecimento, pela sociedade, da importância da universidade pública. Disso, podemos tirar uma grande lição: a evidência de que nosso movimento encontrou ancoragem nas manifestações e mobilizações públicas que realizamos – fomos às ruas (incluindo as da própria UFMG), às praças e parques de nossa cidade, à Assembléia Legislativa, à Câmara Municipal e, junto com os parceiros de outras IFES, ao Congresso Nacional. Em todos esses lugares, falamos de nosso trabalho, do que as universidades públicas proporcionam à sociedade. Acredito termos nessa greve resgatado a gênese social do nosso movimento, algo que não podemos desprezar jamais. De fato, seria impossível convencer quem quer que seja de que nossos motivos são justos se fizéssemos uma greve, digamos, "asséptica", restrita às negociações nos gabinetes de Brasília. Clamaríamos no deserto, sozinhos. Mostramos que a força do movimento diante do governo, em Brasília, é resultado direto da mobilização nos Estados.

Saúdo também os(as) professores(as) que diariamente compuseram o Comando Local de Greve, aprofundando discussões e avaliações, distribuindo informações, preparando assembléias e manifestações, enfim, mantendo acesa a chama do movimento. Participações indispensáveis. Da mes-

ma forma, quero reconhecer e louvar o esforço dos(as) que foram a Brasília, seja para participar e fortalecer mobilizações nacionais, seja para realizar contatos com deputados federais e senadores, ou ainda para compor o Comando Nacional de Greve, instância sempre legitimada pelo próprio movimento, fundamental para a sua unidade nacional e que, por isso, deve ser preservada, respeitada e fortalecida, jamais esvaziada.

As Assembléias Gerais realizadas na UFMG foram também fundamentais e merecedoras de destaque. Os debates, os confrontos saudáveis de posição (e mesmo os não tão saudáveis assim...) nelas ocorridos são parte de uma experiência que foi amadurecendo ao longo da própria greve e em muito superaram as conduções inicialmente titubeantes da direção da APUBH.

Guardo comigo uma frase dita por uma professora (de quem não recordo o nome) em uma assembléia na Faculdade de Direito: "Interesses se negociam, princípios jamais". Quero registrá-la para que fique como um norte para outras lutas. Que ela balize a nossa prática no futuro.

Registro agora algumas de nossas perdas. A mais preocupante é havermos negociado um princípio nosso: aceitamos uma chamada Gratificação de Estímulo à Docência (GED) tal como proposto pelo MEC, atrelada a um processo de avaliação docente de caráter marcadamente meritocrático, restrito, contraproducente, que abre perigoso caminho para disputas acadêmicas que poderão minar as relações universitárias, comprometendo a produção acadêmica. Estejamos atentos(as) aos desdobramentos desse processo de avaliação; não nos deixemos cegar pela migalha que representou (e que não considero como reposição das perdas salariais pelas quais lutávamos). Não se trata de ser contra uma avaliação acadêmica, muito ao contrário. Devemos tentar de todas as formas estabelecer mecanismos de avaliação que de fato expressem o trabalho realizado nas universidade, seus avanços, suas precariedades, suas necessidades. Isso ainda não conseguimos.

Outra enorme perda foi o desgaste interno do movimento, gerado, especialmente, pela simultaneidade de uma greve

com um processo eleitoral. Fica como um duro aprendizado: na "hora de unir os caminhos num só", houve divisões e agressões entre os partidários das duas chapas concorrentes à direção da ANDES, abalando o movimento, justo quando mais precisávamos nos fortalecer. A meu ver, é necessário adotar uma regra permanente sempre que se propuser uma greve: deve-se suspender imediatamente um eventual processo eleitoral que esteja previsto, para retomá-lo somente após o fim do movimento.

Houve também algumas táticas equivocadas, como, por exemplo, a montagem de tabelas salariais quatro dias antes da primeira audiência do Comando Nacional de Greve com o ministro da Educação, depois de uma longa espera, que remonta à data do primeiro protocolo da pauta de reivindicações, em dezembro de 1996, e depois de mais de quarenta dias de greve. Uma precipitação que, certamente, enfraqueceu nossa reivindicação salarial.

A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES DO CENTRO PEDAGÓGICO (CP)

Se já é muito difícil tomar a decisão de entrar em uma greve numa unidade de ensino superior, imagine-se então quando se tratar de professores que estão lecionando para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, no Ensino Fundamental, e de 15 a 18 anos no Ensino Médio (no caso do Coltec). Mesmo assim, no CP a greve foi fortalecida já a partir do dia seguinte à decisão da Assembléia Geral. De duas maneiras nos mobilizamos. Realizamos inúmeras reuniões internas para discutir o lugar do CP (Escola de Ensino Fundamental e Coltec) na UFMG, que subsidiaram a elaboração do documento *O Centro Pedagógico na UFMG*, entregue no mês de julho a uma Comissão de Trabalho instituída pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Participamos, também, intensamente das atividades da greve: fomos às assembléias, freqüentamos os Comandos Local e Nacional, abraçamos a UFMG, estivemos em programas de rádio, fomos em caravana a Brasília, exatamente como os

demais docentes. Mas, como já aconteceu em greves passadas, também nesta as reivindicações específicas dos docentes que integram a carreira de 1º e 2º graus foram tratadas secundariamente: ao final, saímos com uma vaga promessa do ministro da Educação de que seriam realizados "estudos posteriores". É muito pouco, depois de quase cem dias em greve. Saímos de mão abanando, o que se deve em parte a um grave equívoco por parte da direção da ANDES, eleita durante a greve. Somente no mês de setembro, dois meses depois de encerrada a greve, é que esses docentes receberam uma bolsa, que nem sequer se aproxima das perdas salariais. Fica aqui um registro: o movimento docente, local e nacional, não pode continuar pensando a UFMG e as IFES como se não existissem os docentes de 1º e 2º graus (repetindo a atitude do MEC). Se é justo que todos devem lutar, da mesma forma penso que as eventuais conquistas de uma greve devem se estender a todos que lutaram[2].

De fato, é necessário que a APUBH e a ANDES tenham uma atuação mais firme junto, respectivamente, à UFMG e ao MEC, no processo de unificação dessas carreiras universitárias. Tenho para mim que isso contribuirá sobremaneira para a construção de uma carreira docente única nas IFES brasileiras, evitando-se a fragmentação docente, que produz tratamentos díspares para sujeitos iguais.

Da mesma forma, fica o registro de que os(as) professores(as) do CP não faltaram à luta, e de que a greve foi motivo de aprendizagem em nossas escolas. Ao retornarmos, elaboramos uma carta aos nossos alunos e às suas famílias, dizendo do nosso envolvimento. Juntos, professores e alunos também fizemos um abraço ao CP, uma escola pública na qual a UFMG pode ampliar ainda mais sua contribuição para a sociedade, problematizando, realizando e pesquisando os ensinos Fundamental e Médio, integrantes da Educação Básica.

MAS POR QUE LUTARAM OS DOCENTES DAS IFES?

O Brasil está correndo o risco de perder um patrimônio científico e cultural que foi

construído pelo esforço de muitos, ao longo de muitas décadas, com recursos públicos. O governo federal está fortemente inclinado a desmontar toda a estrutura das universidades públicas federais, usando para isso, dentre outras inciativas, o Projeto de Emenda Constitucional n. 370. Uma de suas conseqüências pode ser a imposição do ensino pago e a desobrigação do governo federal de repassar os recursos financeiros necessários à sua manutenção. Como isso afeta o Estado de Minas Gerais, o País e a cada um de nós?

Somente em Minas Gerais existem 13 instituições federais de ensino superior, sendo seis universidades e as outras faculdades isoladas e centros federais de educação tecnológica (CEFETs). É o equivalente a 25% do total de instituições do país, significando, hoje, uma vasta rede de ensino superior público federal. Portanto, será um Estado a arcar com grandes prejuízos, caso se concretize a pretendida política de desmonte e privatização do governo federal. Para o País, no cenário mundial, a presença das instituições federais de ensino superior é fundamental, é estratégica, porque, afinal, são elas que em grande medida produzem o conhecimento, a tecnologia e a informação que promovem o seu desenvolvimento científico e cultural, tornando-o independente, o que é vital para a soberania nacional.

Com efeito, as 52 instituições federais de ensino superior – que pertencem a todos nós – são responsáveis pela produção de cerca de 90% de todo o conhecimento gerado em nosso país, produzindo soluções e alternativas para os problemas sociais enfrentados por todos. São elas também que formam gratuitamente a maior parte dos profissionais que atuam na sociedade: professores para as escolas, profissionais de todas as áreas da saúde, engenheiros de diferentes especialidades, advogados, arquitetos, dentistas, artistas, cientistas, historiadores, geógrafos, sociólogos, filósofos, dentre outros.

Somente na UFMG são oferecidos 45 cursos de graduação, estando matriculados atualmente mais de 20 mil alunos, ingressando anualmente cerca de 4 mil novos alunos. Desses, ao contrário do que se

propaga, mais de 60% são provenientes de famílias de baixa renda, recebendo até mesmo ajuda para sua manutenção, através de bolsa de auxílio. Há também a formação no nível de pós-graduação, onde são ofertados mais 83 cursos (53 de mestrado e 30 de doutorado) em 120 áreas de concentração, atendendo a 4 mil alunos; há, ainda, outros 42 cursos de especialização. A excelência de seus cursos é reconhecida nacionalmente. A UFMG conta com 73% de professores mestres e doutores em seu corpo docente. Essa estrutura é fundamental para a produção do conhecimento necessário ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do país.

Há mais ainda: nos últimos anos foram desenvolvidos projetos de extensão e de pesquisa que atendem gratuitamente à comunidade. O Hospital das Clínicas da UFMG, por exemplo, realiza mais de um milhão de procedimentos médicos por ano (consultas, exames e cirurgias), sendo 2.500 consultas gratuitas por mês, faz transplantes de medula óssea e fígado e tratamento de leucemia em crianças, além de outras doenças raras; a Faculdade de Odontologia mantém uma clínica no Hospital da Baleia e outra na Barragem Santa Lúcia, para atendimento da população carente, realizando 50 mil consultas e tratamentos gratuitos por ano; a Faculdade de Enfermagem é responsável por mais de 5 mil consultas, internações e vacinações por ano; o Hospital Veterinário atende a cerca de 13 mil animais por ano e realiza procedimentos veterinários para pequenos produtores, a baixo custo; a Escola de Engenharia presta consultoria para prefeituras que precisam construir pontes, estradas ou casas populares a baixo custo, desenvolvendo também pesquisas para produzir materiais de melhor qualidade e preço mais baixo; a Escola de Direito mantém o Departamento de Assistência Jurídica, que atende gratuitamente 2.500 casos por ano; a Faculdade de Educação realiza inúmeros cursos de atualização de professores; a Escola de Arquitetura contribui na restauração de prédios do patrimônio público, além de assessorar a construção de obras comunitárias; há programas para a melhoria da saúde da população carente, como o

do Pão Forte e o do leite de cabra, desenvolvidos junto à comunidade; há também cursos de Educação de Jovens e Adultos na Escola de Engenharia e no CP, que atendem aos trabalhadores que voltam à escola, sendo beneficiados mais de 300 alunos por ano.

Somente permanecendo públicas, as Instituições Federais de Ensino Superior poderão continuar contribuindo para a solução dos problemas sociais de todos os brasileiros. Se forem privatizadas, essas instituições passarão a atender principalmente aos interesses e aos critérios do 'deus-mercado', tendo no lucro imediato e no proveito de grupos economicamente dominantes seus objetivos maiores, visto que a busca do lucro não rima com preocupação social.

Foi para defender esse patrimônio público que fizemos a greve.

Todavia, depois dela permanecem inúmeras restrições à produção pública de conhecimento para a toda a sociedade, que tendem a se agravar diante da crise nacional a que o governo federal levou o País.

Continuamos em um momento delicado e grave. As perspectivas são sombrias, e os exemplos são muitos. A reposição das perdas salariais (48,96%) ocorridas desde a posse de Fernando Henrique Cardoso nem de longe foi conquistada. Há, ainda, redução qualitativa do quadro docente: só a UFMG perdeu, nos últimos dez anos, mais de 50% dos professores que tinha em 1988, dos quais 500 eram doutores que exerciam liderança acadêmica, tinham produtividade elevada, orientavam grande parte de nossos estudantes, atuavam na pós-graduação, conduziam importantes linhas de pesquisa e captavam recursos no exterior. Perdeu também 23% dos professores mestres. Com efeito, a política do governo federal continua levando os professores a abandonarem as universidades públicas. Há mais de 7 mil vagas de professores nas IFES a serem preenchidas no Brasil, o que compromete a produção científica. A Constituição obriga a aplicação de 25% do orçamento do país em educação, mas o governo não vem cumprindo sua parte em relação às universidades federais. Enfim, as IFES continuam trabalhando no limite de suas possibilidades. E os seus docentes também...

O que não pode ter limite, no entanto, é a nossa capacidade de luta, de organização. Muito menos o nosso desejo de continuar contribuindo, por meio do trabalho que realizamos nas universidades públicas, para a superação dos graves problemas brasileiros.

O modelo socio-econômico que vem sendo implantado produz cada vez mais a exclusão, não a cidadania emancipada. Suas conseqüências já são por demais dolorosas, para nos fingirmos de cegos. Na universidade pública precisamos estar atentos e sensíveis aos dramas sociais que arruinam as esperanças e as possibilidades de uma vida decente para milhões de brasileiros.

Que a capacidade de expressão com firmeza demonstrada em 1998 reacenda e fortaleça em nós o compromisso de direcionar nossos esforços para que a universidade pública contribua para a solução desses dramas.

Mais do que nunca, e sempre, é preciso que continuemos a ousar, correndo riscos e fazendo história...

Notas

[1]A professora Inês vinha então de uma longa experiência como docente da rede particular de ensino de Belo Horizonte, tendo sido presidente do Sindicato dos Professores.

[2]Em uma assembléia, relatei uma conversa que tive com uma turma do II Ciclo de Formação Humana do CP, que contempla crianças de 10 anos. Uma delas perguntou: "– Se todos os professores da UFMG entrarem em greve, menos os do CP, vocês ganharão a mesma coisa que eles ganharem?". Respondi que sim, para em seguida fazer uma pequena comparação junto com a turma: "– Um professor passou um trabalho para um grupo de cinco alunos, mas dois não participaram da sua realização. Vocês acham justo que eles recebam a mesma avaliação dos que o fizeram?" Todas as crianças foram unânimes em responder não. "– Pois bem, nós, professores do CP também não achamos justo que os demais lutem para melhorar a Universidade e também os nossos salários sem a nossa participação e, depois da greve, ganhemos a mesma coisa que os demais". Elas compreenderam.

Aposentados em greve?

Marília Novais da Mata Machado
Professora Aposentada do Departamento de Psicologia
FAFICH • UFMG, Membro do Departamento de
Aposentados da APUBH

À primeira vista, a participação de aposentados na greve das IFES foi um acontecimento, no mínimo, um pouco estranho. Porém, é possível explicar essa aparente intrusão e, ainda, afirmar que ela foi necessária, trazendo a todos os grevistas alguns ganhos importantes: esclareceu questões relativas às articulações entre carreira docente e aposentadoria; colocou em pauta a discussão da legislação específica; permitiu que se percebesse que a garantia de uma aposentadoria futura justa e digna está estreitamente vinculada à defesa dos direitos daqueles professores já aposentados.

Caminhos
nºs 16 e 17 • dezembro de 1998

A EXCLUSÃO DOS APOSENTADOS

O estopim que deflagrou a greve foi o PID, *Programa de Incentivo à Docência*, imposto pelo governo. Embora viesse precedido do anúncio de aumento salarial substancial para professores universitários, era apenas um programa de *bolsas* contemplando parcela dos professores em atividade. Para os aposentados, esse programa e o discurso de porta-vozes governamentais que, há bastante tempo, vinham colocando a culpa das dificuldades financeiras das universidades e dos serviços públicos em geral sobre aposentados, configuravam uma ameaça de excluí-los de qualquer melhoria salarial.

Outros professores ligados às IFES estavam igualmente excluídos do PID– os da carreira de primeiro e segundo graus, os de ofício, os não portadores de títulos de doutores, mestres ou especialistas, os licenciados e os substitutos.

As dificuldades crescentes relacionadas ao funcionamento das universidades, a injustiça apresentada no PID e a humilhação à qual o governo submeteu os professores, oferecendo-lhes "incentivo" para a realização do trabalho que já faziam, acarretaram, por parte daqueles em atividade, a recusa ao programa ofertado.

Uma segunda proposta governamental veio no início da greve, a GED, *Gratificação de Estímulo à Docência*.

A resistência do governo em negociar com o movimento docente e a imposição final da GED só podem ser entendidas analisando-se diferentes componentes do contexto político econômico do país. Porém, o simples fato de que as ofertas referiam-se a *bolsa* e a *gratificação* deixa bem clara a disposição de escamotear o Art. 40, Parágrafo 4° da Constituição em vigor, que garante a revisão dos proventos da aposentadoria na mesma proporção e data dos servidores em atividade. Isso, no momento em que tramitava a reforma da Previdência (acabando com a aposentadoria especial para professores, tentando criar um redutor para o provento de aposentadoria, etc.), torna indiscutível a intenção, por parte do governo, de criar mecanismos excludentes em relação aos aposentados e demonstra que a questão da aposentadoria foi um dificultador das negociações.

A SITUAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS

Professores aposentados das IFES estão vinculados à folha de pagamento de cada universidade. O que percebem financeiramente vem do orçamento do MEC, configurando uma situação totalmente insustentável. Esse problema, aparentemente longe de estar resolvido, merece ainda discussões acuradas, tendo-se em vista o projeto governamental, dito de "autonomia universitária", que vem restringir e delimitar o Art. 207 da Constituição, no qual está garantido, às universidades, o gozo da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. No projeto de alteração do Art. 207, os aposentados estarão excluídos da folha de pagamento das universidades e não se sabe para onde irão.

Grande parte deles está sob a vigência do Regime Jurídico Único (lei no. 8112) já bastante alterado por medidas provisórias e reformas administrativas – outra questão a ser analisada.

Desde outubro de 1995, desrespeitando a autonomia das universidades, o controle dos contracheques foi centralizado em Brasília, no SIAPE. Diversos itens do pagamento, decididos no âmbito da UFMG, foram contestados pela administração SIAPE. Como resultado, o que poderia ser considerado como "ato jurídico perfeito" – a aposentadoria efetivada – vem sofrendo modificações, sempre em detrimento dos professores aposentados. Os atores principais dos cortes de proventos são o SIAPE e o Tribunal de Contas da União.

Percebe-se claramente que, de estável, não há nada na aposentadoria. Por essa razão, diante da ameaça representada pelo PID, não havia como os aposentados se colocarem fora da greve, como se nada os afetasse. Eles tinham, nesse contexto, interesses a defender.

APOSENTADOS E ATIVOS

Evidentemente, no âmbito das associações sindicais – ANDES, APUBH e diretorias das outras associações docentes das diversas IFES – a questão da aposentadoria já vinha sendo discutida, estudada, pen-

sada. Sempre esteve clara, por exemplo, a distorção representada pela computação de proventos como verba de educação.

Entretanto, no nível dos comandos de greve, assembléias e, sobretudo, no nível pessoal, houve dificuldades sérias para se compreender a situação dos professores aposentados. Foram inúmeras as tentativas de excluí-los, ignorá-los, afastá-los ou constrangê-los. Aqueles que radicalizaram, acusando de falta de ética o voto de aposentados nas assembléias, certamente desconhecem a legislação. O Art. 8º, inciso VII, da Constituição Federal, reza: "*o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais*".

Entre nós da UFMG, cerca de metade dos associados da APUBH – Seção Sindical são aposentados. Dessa forma, foram eles que financiaram, em grande parte, as despesas da greve.

De mais a mais, que instância mais adequada do que a greve para defender os direitos de aposentadoria dos professores e os interesses dos pensionistas e aposentados?

No final da greve, houve solidariedade, em todos os sentidos. Em âmbito nacional, quando os salários dos professores da ativa foram suspensos, os inativos os socorreram financeiramente. Pouco a pouco, a participação dos aposentados foi sendo compreendida e aceita. Por fim, a sua inclusão nos esperados ganhos da greve tornou-se questão de princípio, em nível de comando nacional.

ORGANIZAÇÃO DE APOSENTADOS

Por mais insignificante que tenha sido o resultado da greve, vale lembrar que aposentados e pensionistas, dependendo da interpretação e da aplicação da lei da GED, podem ter obtido ganho que não difere do dos professores da ativa. A primeira versão da GED, diferente do PID, já os incluía. Na versão final, Lei no. 9678, de 3 de julho de 1998, lê-se:

Art. 5º • *O docente aposentado ou beneficiário de pensão, na situação em que o referido aposentado ou instituidor que originou a pensão tenha adquirido o direito ao benefí-*

cio quando ocupante de cargo efetivo referido nesta Lei, tem direito à referida gratificação de estímulo calculada a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu.

Parágrafo 1° • *Na impossibilidade do cálculo da média referida no caput, o número de pontos considerados para o cálculo eqüivalerá a sessenta por cento do máximo de pontos fixados no parágrafo 1°. do art. 1°.*

As interpretações deste artigo e respectivo parágrafo diferem. A assessoria jurídica da ANDES deu parecer demonstrando que eles só se aplicam aos que vierem a se aposentar, ficando os restantes apenas com 60% da gratificação. Interpretação mais otimista aponta para a possibilidade de se obter a gratificação integral. Preocupante é o termo "impossibilidade" do parágrafo 1°. O que é uma impossibilidade, nessa lei? Falta de tempo e funcionários para vasculharem arquivos mortos? Preenchimento do número total de pontos da universidade apenas com os professores da ativa? Falta de verbas? Qualquer justificativa pode ser transformada em impossibilidade. Para alguns, os professores universitários poderiam, desde já, acionar a Justiça no sentido de fazerem valer seus direitos. Outros entendem que se deve aguardar o posicionamento da comissão nacional de avaliação.

Modesto ou não tão modesto, o ganho dos aposentados não veio gratuitamente. Fundou-se em uma organização preexistente, criada nos últimos anos, quando os direitos da aposentadoria foram, por diversas vezes, atingidos por medidas excludentes.

Na UFMG, criou-se a OAP (Organização de Aposentados e Pensionistas da UFMG), e na APUBH o Departamento de Aposentados, ambos ativos durante a greve, além de articulados entre si. Muitas outras associações docentes têm grupos organizados de aposentados. Em nível nacional, há a FENAPE (Federação Nacional de Associações de Aposentados e Pensionistas das Instituições Federais de Ensino), que se solidarizou com a greve através de "Moção de apoio e reconhecimento à ANDES, FASUBRA e entidades sindicais das IFES".

Discussão com colegas, participação em comandos de greve e em assembléias, gestão junto ao congresso nacional e junto à direção das universidades, ações isoladas ou conjuntas pesaram sobre o resultado da greve e atestaram a existência de uma organização de aposentados ativos.

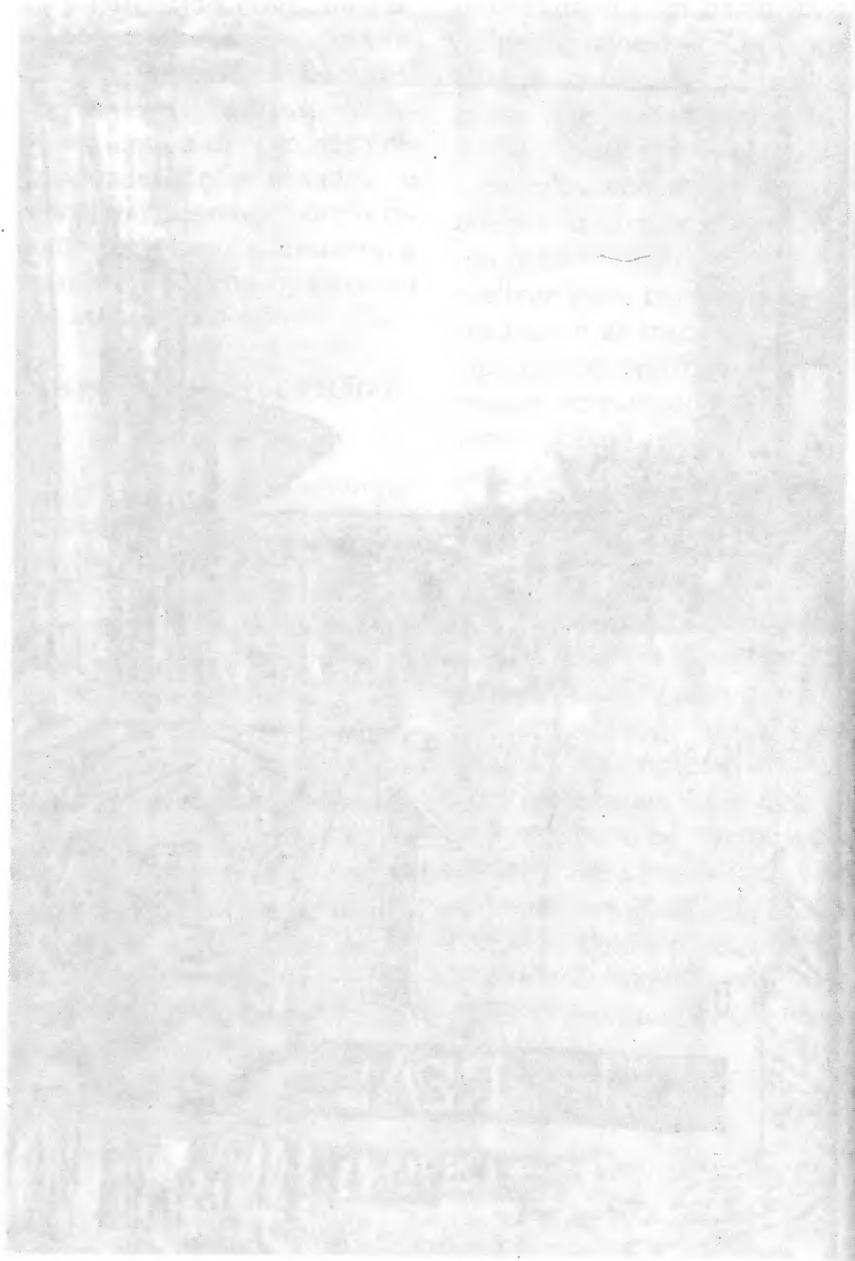
OS PREJUDICADOS E EXCLUÍDOS FINAIS

A vitória miúda estampa, entretanto, o que não se conseguiu evitar: uma enorme discriminação de muitos professores aposentados, aprofundada, pois a Lei no. 9678 tem um aspecto quase retroativo, privilegiando os professores mais titulados.

As aposentadorias se deram em tempos diferentes. Há aposentados recentes, mestres, doutores, titulares que ingressaram na universidade depois de 1968, ou seja, depois da reforma universitária que instituiu mestrados e doutorados. Há aposentados que conheceram uma carreira com parâmetros de progressão mais ou menos bem definidos. Mas há muitos outros que ingressaram quando não havia sequer plano de carreira ou cursos de pós-graduação suficientes no país, ou que não tiveram ocasião de realizar estes cursos, ou que seguraram as respectivas disciplinas enquanto outros se formavam no exterior. A estes últimos, porque não cumpriram uma carreira que não existia enquanto estavam em atividade, coube gratificações ridículas, desmerecedoras.

Finalmente, os que se aposentaram depois de se dedicarem, nas IFES, ao ensino de primeiro e segundo graus, inovando e criando esse ensino, nada perceberam. E é bom lembrar que estão há muitos anos do início de carreira, até já se aposentaram. Dificilmente têm idade e energia para recomeçarem. Ganharão, agora, uma bolsa? Pouco provável. Foram excluídos.


BANCO CENTRAL DO BRASIL
1
REAL



Três lições de uma longa greve

Délcio Vieira Salomon
Professor Aposentado do Departamento de Sociologia e Antropologia • FAFICH • UFMG

"Naquilo em que um espírito se satisfaz
mede-se a grandeza de sua perda."
(Hegel)

PRINCIPAL SALVAGUARDA DA INTEGRIDADE DA UNIVERSIDADE DIANTE DE QUALQUER INSULTO

Os especialistas em sociologia do trabalho informam-nos que a origem da greve é tão antiga quanto o próprio trabalho. A greve pertence às diversas formas ou armas de que dispõe o empregado nos *conflitos* surgidos nas suas relações com o patrão, ao lado das mais agressivas como: lista negra, boicote, protesto cole-

Caminhos
nºs 16 e 17 • dezembro de 1998

tivo com negativas em aceitar modificações unilaterais, "operação tartaruga", sabotagem, "operação-padrão", etc.

Em artigo publicado em *Caminhos* – nº 4-dez/91 – lembrei que historicamente a greve não surgiu com o movimento operário, ao consolidar-se a primeira revolução industrial. A greve dos professores também não apareceu como clonagem da greve dos trabalhadores '*stricto sensu*'. Citei, inclusive, J.Ben-David, um dos maiores especialistas em Universidade, que, ao estudar a origem da Universidade no século XII, colocou a greve como a *principal salvaguarda da integridade da universidade diante de qualquer insulto* que se fizesse à instituição. Há nove séculos, portanto, não era necessário atingir o ponto do aviltamento a que a universidade brasileira chegou progressivamente desde a ditadura militar implantada em 64 até o atual governo, para justificar-se uma greve de professores universitários. Bastaria qualquer insulto! ... Sintomático!

O fato de trabalhadores entrarem em greve é sinal de coesão social ou de manutenção de uma tradição de ação comum. Seja qual for a greve, há de ser vista sempre como atividade politica coletiva, embora haja sempre combinação de fatores que a fazem eclodir. Estes, por sua vez, tornam-se condicionadores de sua manutenção, dimensão, prorrogação ou mesmo de sua reversão. Entre tais fatores consideram-se relevantes: os sociais, os econômicos, os institucionais, os políticos e os sociopsicológicos. A greve, quando abrange toda uma categoria de trabalhadores ou um amplo espectro de determinado estamento social, torna-se um dos mais óbvios e dramáticos sintomas de mal-estar coletivo. É que a greve neste caso não reflete apenas mero desgaste nas relações de trabalho. Reflete o grau de deterioração da variável 'autoridade – submissão' e, no regime democrático, a quebra do *respeito* entre condutores e conduzidos.

O ATUAL GOVERNO HÁ MUITO PERDERA O RESPEITO PARA COM A UNIVERSIDADE

O final desta colocação, aparentemente moral, mas de natureza eminentemente ética, traduz *a primeira lição* a extrair da última longa greve das

universidades federais: os professores entraram em greve não apenas porque, desde a implantação do Plano Real, estavam com os salários, além de baixíssimos, congelados. Se o fizeram, foi sobretudo porque tomaram consciência coletiva de que o atual governo há muito perdera o respeito para com a Universidade. Fosse só o problema da reivindicação salarial em si, não haveria a unanimidade de adesão, nem o apoio maciço dos alunos, como ocorreu.

Se houvesse de fato reciprocidade de tratamento respeitoso, bastaria a simples *ameaça* de greve para que o governo logo atendesse às reivindicações da própria universidade. Mesmo se deflagrada, não se prorrogaria por tanto tempo.

Antes da greve a falta de respeito por parte do governo se revelava pela mordacidade, pela ironia, pelo cinismo, pela hipocrisia, até pelo descaso com que FHC e seu ministro da Educação tratavam as universidades federais e seus professores. Através de declarações públicas, artigos em jornais e revistas, entrevistas ou por medidas administrativas baixadas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE – do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, quando não por menoscaso a ações judiciais impetradas por grupos de professores ou por diversas seções sindicais da ANDES-SN. O desrespeito em pouco tempo de governo FHC ficou configurado quando o ministro Bresser Pereira zombou da autonomia administrativa da Universidade garantida pela Constituição Federal, centralizando no SIAPE a feitura da folha de pagamento, modificando inteiramente o contracheque de todos os professores, homogeneizando-o, independente da titulação, nível, tempo de serviço, regime de trabalho de cada um. Além de alterar valores de antigas rubricas.

A gravidade do acinte fica mais caracterizada quando se sabe que o Presidente e os ministros do MARE e do MEC são (ou foram) professores universitários. Será que a sina do Evangelho se aplica ao caso: – *inimici hominis domestici ejus* (parafraseando: *os maiores inimigos dos professores são seus pares*)?

Parece que sim, pois um mês depois desta violação da autonomia universitária, para mostrar o poder do tripúdio, o ministro do MARE publicou a lista dos marajás da educação universitária, generalizando indevida e demagogicamente para a opinião pública uma imagem negativa da universidade, quando sabia que eram pouquíssimos os privilegiados e carreiristas a merecer tal alcunha. E com uma agravante: mesmo estes pouquíssimos foram contemplados com altos salários sob o amparo da lei!

Se ambas as atitudes eram para mostrar austeridade e marcar posição na execução de um projeto de saneamento das finanças públicas, por que o governo não procedeu da mesma forma com os militares? Pelo que saiba a centralização do SIAPE só existe para o funcionalismo civil e a remuneração do oficialato está bem acima da atribuída ao magistério superior. Isso sem aludir ao pessoal do Legislativo e do Judiciário, onde estão os maiores salários. E mesmo dentro do Executivo, por que não se usou igual coerência com os inúmeros apaniguados colocados em altos cargos, por proteção e sem concurso? Por que não se estendeu a aleivosia à polícia federal e ao pessoal da receita e da fiscalização? Será que lá não existem marajás? Ou para com eles *respeito* tem outro nome?! [1]

Infelizmente esta primeira lição não foi aprendida pelo governo. Mal terminou a greve, o senhor Ministro da Educação veio a público para declarar que a qualidade do ensino da universidade federal melhorou por causa da aposentadoria de professores nestes últimos quatro anos! Em outras palavras: só depois que a inteligência universitária se livrou da mediocridade, da vagabundagem e do peso morto. E não bastasse esta sandice, já lançou o gérmen da discórdia entre os professores. Pretende dividir a universidade em duas (a velha aspiração do projeto GERES): um centro de excelência e o colegião de terceiro grau. O centro de excelência, formado só de pesquisadores – verdadeira casa de cristal de PhDs alienados e sem compromisso de intervir na realidade brasileira para transformá-la – seria alocado no Ministério de Ciência e Tecnologia e permaneceria público. O colegião de 3º

grau, para formar profissionais liberais e técnicos de nível superior, com o tempo seria privatizado. Tudo baseado na grande "descoberta" de um outro iluminado, hoje mentor do Ministro do MEC – o Sr. Cláudio de Moura Castro, assessor chefe para a Educação do BID. Segundo ele é uma "*falácia a indissociabilidade do ensino com a pesquisa*" (por sua mente privilegiada a *extensão* nem merece ser cogitada como função da universidade!). Por enquanto, porém, Moura Castro é contra a fusão da universidade com o MCT, apenas porque ainda não se operou a separação de ciência e tecnologia de um lado e educação (por ele identificada com o ensino) de outro. Eis o brilhante oferecido por sua argumentação:

> *"A educação superior é cada vez mais povão. Primeiro, esta educação era para a elite dos homens, depois das mulheres, depois para o irmão inteligente – o burro ia fazer outra coisa – depois passou a ser para os dois irmãos burros. Agora entram os dois burros e mais as mulheres. Ou seja é para todo mundo."* Além desta jóia de encomenda: *"Umas 15 universidades e uns 10 institutos é que fazem pesquisa. O mais está nas empresas".*[2]

O GOVERNO FHC AINDA NÃO CONSEGUIU DE TODO SUFOCAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFLITO

Uma *segunda lição* a extrair dessa longa greve das universidades federais é que através dela os professores conseguiram mostrar à nação que o governo FHC ainda *não conseguiu de todo sufocar a institucionalização do conflito,* como tem pretendido desde que assumiu o poder. Aparentou ter esta capacidade (a intenção manifesta já era óbvia!) quando arrasou com os petroleiros na greve de maio de 95. FHC manipulou de tal forma a mídia contra os petroleiros a ponto de levar a maioria dos jornais a publicar manchetes ou editoriais, com o mesmo teor, como este estampado na Folha de São Paulo de 22/05/95: "*para FHC a sobrevivência do combate à inflação e de seu governo depende do desfecho da greve dos petroleiros. Se o governo abaixar a cabeça estará sinalizando a favor das pressões de toda a sociedade, afetando as contas públicas.*"

Ou seja: os petroleiros foram transformados em inimigo público. A todos cidadãos de

bom senso ficou manifesto o propósito do governo de não permitir que o conflito se institucionalizasse, pois era inconcebível que o eleito pela maioria esmagadora do povo brasileiro tivesse pensado e dito que a greve dos petroleiros ameaçava a sobrevivência de seu governo e constituía risco ao Plano Real. Seria admitir a fraqueza de um e a inconsistência do outro. A hipótese de que estávamos diante de uma jogada demagógica com seu teor de chantagem, se comprovada, teria sido ainda mais desestabilizadora, diante da reconhecida inteligência e do pretenso conhecimento da realidade brasileira atribuídos ao presidente e a seus ministros, escolhidos (supõe-se!) por critérios de competência e independência. Estariam nossos dirigentes maiores cedendo a vaidades menores a ponto de provocarem os grevistas para o confronto? Ante o desenrolar dos acontecimentos foi possível constatar que não eram os petroleiros que estavam desafiando o governo, mas este é que estava desafiando aqueles.

Destaco um trecho de artigo à época escrito para o Estado de Minas, em que digo:

Na *Folha* de 18.05.95 foi reproduzida uma afirmação do eminente professor emérito da USP – Doutor Goffredo da Silva Telles – que, do pedestal de sua lucidez octogenária, assim sentenciou: *"Um governo sábio faria de tudo para entrar em entendimento e não em choque com eles"*. Os pronunciamentos do presidente e de seus ministros ao menos evidenciaram uma coisa: ao governo está faltando esta sabedoria, de que falou o doutor G.Telles. Lamentabilíssimo: está faltando sabedoria e sobrando arrogância.

Somente aos ingênuos ou aos já rendidos à sedução da política neoliberal implantada pelo governo FHC não haveria relação alguma entre esta última greve das universidades federais e a dos demais movimentos sociais; nem entre a arrogância com que tratou os outros e o cinismo com que ensaiou reagir aos professores universitários em greve. Bem que tentou por várias vezes jogar a ANDES-SN contra a opinião pública (seria 'incoerente' se não o tentasse!). Mas convenceu-se de que suas tentativas eram em vão.

Para o governo a única pedra no sapato até a greve das universidades federais era o Movimento dos Sem Terra (e todos sabemos o motivo!). Agora já ficou ciente de que ao menos tem duas (talvez uma sob cada pé). Ao agir com os demais, sobretudo com os professores universitários, como agiu com os petroleiros, surpreendeu-se com a dimensão que a greve das universidades federais ganhou na mídia e na opinião pública. O observador atento deverá ter percebido um detalhe: durante estes cento e poucos dias de greve, não houve um pronunciamento sequer do presidente FHC. Aparentou confiar em seu ministro da Educação, mas na realidade teve medo de expor-se ao desgaste.

Sua omissão poderia também ser interpretada como mais uma manifestação de *egoísmo* ou, no mínimo, de *egocentrismo*: a mesma explicação para sua *falta de solidariedade* a José Serra nas eleições para prefeito em S. Paulo, ao governador de Minas na greve da polícia militar do ano passado, a Covas nesta eleição para governador ... sem esquecer a facilidade com que 'administra' a traição (que o diga Itamar e os que acreditaram nele nas eleições de 94!...).

Todos sabemos que jamais permitiria ofuscassem sua vaidade! O que fatalmente ocorreria, porque não tinha contra-argumentação, sobretudo em se tratando de enfrentar seus antigos pares acadêmicos! Além disso, para sua volúpia e obsessão pelo poder, sua reeleição é a coisa mais importante no mundo. A universidade, a educação, a saúde, o desemprego... tudo passa a ser secundário.

Esta segunda lição, acredito deve ter calado fundo em quem tem um projeto de perpetuação no governo para ver seu nome escrito no panteon dos estadistas como o "maior de todos os presidentes da República Federativa do Brasil"! A mosca azul há muito já lhe soprou ao ouvido "*a glória*", deixando-o "*deslumbrado de tudo*", "*contente de pensar que tem um império*" em suas mãos, tal qual o poleá transformado em rei da Cachemira do poema de Machado de Assis.

Como corolário dessa segunda lição está ficando patente: apesar da sedução da maioria dos órgãos de comunica-

ção ao "pensamento único" (de que tanto nos tem alertado Luiz Fernando Veríssimo), com que FHC está tentando impor suas idéias e seus propósitos, a greve das universidades federais mostrou que nem toda a mídia se deixa ser tão manipulada assim. Acredito que o tempo de manipulação já está contado. Há de fato alguma esperança de que de repente o feitiço se volte contra o feiticeiro.

O PIOR GOVERNANTE É O INTELECTUAL

Uma *terceira lição* implícita nas anteriores é que esta greve das universidades federais de certa forma serviu para mostrar a validade de uma velha 'teoria' de cunho político, mas de origem popular, talvez com raízes no bom senso – a coisa mais bem partilhada no mundo, segundo Descartes. Poderia sintetizá-la dizendo: *o pior governante é o intelectual*. Sobretudo o intelectual vaidoso. Motivo: a vaidade, apesar de muitas vezes estimular a ousadia, bloqueia a mente, torna o indivíduo cego diante do óbvio e surdo diante das advertências alheias. Da vaidade para a auto-suficiência carregada de bazófia o escorregão é rápido, mas fatal.

Platão, em sua teoria aristocrática aplicada ao saber e à política, defendia que o governo deveria estar nas mãos dos filósofos e a história se encarregou de demonstrar sua falácia: quase sempre o rei filósofo acabou sendo ou tirano ou poltrão. Assim pôs tudo a perder...

Há algum tempo atrás Florestan Fernandes escreveu a respeito do papel dos intelectuais e especificamente dos sociólogos:

Seus papéis, no universo profissional ou acadêmico e nas instituições externas, em que trabalham como 'intelectuais', quando não são *destituídos de potencialidades práticas*, não contém eficácia política. A civilização baseada na ciência e na tecnologia científica (...) privou os sociólogos de qualquer poder autêntico. Eles foram convertidos em puros pesquisadores, teóricos ou professores, ou em *'servos do poder'*, do poder estabelecido nas sociedades capitalistas, socialistas ou mistas. Isto significava uma coisa, falando-se sociologicamente: *é inerente à posição dos sociólogos, ou, em*

termos mais gerais, dos cientistas sociais, uma falta de potencialidade dirigida para a ação prática significativa. (..) Os papéis desenvolvidos por esses processos foram absorvidos (e monopolizados) pelos chamados *'homens de ação', os 'entrepreneurs', os políticos, os burocratas,* etc, que se tornaram os controladores dos processos de mudança, das aplicações selecionadas das ciências sociais e, até, das aptidões e habilidades pessoais ou coletivas dos sociólogos. (grifos meus)[3]

Além desse motivo, há um de natureza mais psicossociológica do que política e que foi assim observado por Paulo Freire e Antônio Faundez:

À *leitura crítica da realidade*, tem de juntar a *sensibilidade do real* (...) O intelectual precisa saber que a sua capacidade crítica não é superior nem inferior à sensibilidade popular. A *leitura do real requer as duas.*(...)[4]

Palavras que naquele momento estavam fazendo eco a uma citação anteriormente extraída de Gramsci: "*o povo tem o sentimento, sente, atua; o intelectual compreende, mas não sente*".

Ora, o governar ou o conduzir gente coloca o sentimento, o sentir o outro e o vivenciar antes do teorizar e acima do entender e do próprio compreender.

O intelectual sabe disso, mas, infelizmente, uma vez guindado ao poder, facilmente se esquece.

A greve deve ter servido para despertar o presidente-sociólogo para esta dura realidade. Incapaz de agir com respeito a seus pares, demonstra estar comprometido com outros valores e certamente o está para agradar e cumprir ditames de aliados políticos que o converteram a sua cartilha neoliberal, fazendo-o *esquecer o que escreveu.* Na calada da noite certamente lhe pesarão aquelas palavras de Hegel, que provavelmente algum dia terá repetido:

> Naquilo em que um espírito se satisfaz mede-se a grandeza de sua perda.

Ou, dialeticamente, porque a recíproca é verdadeira (Hegel haveria de concordar!): mede-se também a grandeza da perda de seu contrário! ...

Notas

[1]Há quase um ano, foi concedido aumento em média de 260% a três setores escolhidos como estratégicos: os advogados e procuradores da União – o pessoal do Serviço de Informação – os técnicos que trabalham a reforma agrária. Enquanto todos os demais setores do funcionalismo público federal continuam desde 93 até hoje sem nenhum reajuste salarial. Não é sintomático num governo que se diz austero e quer "enxugar o Estado"?!...

[2]Citado por Dora Kramer em sua coluna do Jornal do Brasil de 23.08.98

[3]FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977, p.266-7

[4]FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.39.


IRELAND
IRELAND

Ambigüidades neoliberais na greve de 1998

Nilcéia Moraleida Gomes
Professora Aposentada do Departamento de Ciência Política • FAFICH • UFMG
Carlos Roberto Horta
Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política FAFICH • UFMG

Durante os últimos anos, o movimento de professores tem se referido, sistematicamente, a um projeto de desmonte da universidade pública que vem sendo conduzido pelo governo FHC. Este projeto é visto como exterior às universidades e localizado "no governo", visando reformulá-las de fora para dentro, por imposição de um modelo de funcionamento e gerenciamento ainda ausente de nosso cotidiano. No entanto, a última greve evidenciou, de forma bastante clara, o quanto a UFMG já se encontra atravessada por uma série de concepções e práticas sociais, que pertencem ao

Caminhos
nºs 16 e 17 • dezembro de 1998

universo das crenças e práticas neoliberais (ainda que seus adeptos sempre busquem afastar o nome da coisa). Elas ficaram expressas em certas atitudes e intervenções surgidas no desenrolar do movimento, e mostram como a Universidade e seus intelectuais, como de resto aconteceu em outros países, inscrevem-se num ambiente social e político no qual novas formas de ser e relacionar-se com sua própria coletividade, com suas práticas sociais e com a sociedade em geral, vão tomando forma. É dessa "mentalidade" e, em especial, de seu avanço e de seus efeitos, que este artigo quer tratar. Mas, antes de entrar nesses aspectos particulares de nossa "cultura política" atual, queremos sublinhar algumas características da última greve, que balizam nossa argumentação.

Concordamos com a maioria dos balanços acerca da greve, que consideram que ela foi deflagrada e manteve-se como uma forte reação à deterioração de nossas condições de trabalho e às perdas significativas no quadro docente da UFMG e das federais em geral, como assinalou o Boletim nº 2 da APUBH, de agosto de 1998. Nesse contexto, a longa greve das universidades federais teve um papel exemplar, em vários sentidos: conseguiu revitalizar, a duras penas, um movimento de professores combalido e desmobilizado, no qual grande parte dos participantes não tinha experiência das amplas mobilizações passadas, por força da profunda alteração havida no corpo docente. O movimento também foi marcado pelo desgaste das direções sindicais, em virtude dos equívocos cometidos na condução política da greve, pelos conflitos no interior das instâncias de representação e entre elas e sua base, nas assembléias e escolas.

Assim, a greve desenvolveu-se numa conjuntura adversa, tanto por exigir a reconstrução das práticas de participação dos docentes, quanto por ter de enfrentar um governo que, por sua adesão ao programa neoliberal, além do evidente autoritarismo, tem como pressupostos básicos o não-diálogo com o movimento sindical ou com a movimentação social em geral, e o desrespeito sistemático a direitos instituídos. Essa postura arrogante do

governo FHC só tem se alterado diante de movimentos poderosos na mobilização da opinião pública (como o MST), justamente porque organizados para colocar ativamente na cena nacional o peso da nossa questão social.

Nesse sentido, o enorme apoio e a legitimidade nacional conseguidos pela greve, por parte da população em geral, da mídia e da solidariedade ativa dos estudantes, em meio às dificuldades internas à universidade e à mobilização, mostraram a sintonia entre um movimento combativo de defesa dos direitos sociais e do patrimônio público, e os interesses da maioria da sociedade brasileira neste momento. Portanto, a greve demonstrou tanto as dificuldades, quanto as possibilidades futuras que a retomada da participação e a construção de projetos coletivos na universidade enfrenta hoje.

Nesse ponto, vale a pena inserir algumas reflexões sobre as mudanças que vêm se operando na vida das universidades públicas e sobre a emergência de formas de solidariedade e espírito coletivo atravessados por um individualismo que, sob uma aura de modernidade, dá sentido à maioria das iniciativas que busquem a ação coletiva nos nossos dias.

UM COTIDIANO EM TRANSFORMAÇÃO E UM "ETHOS" QUE REPRODUZ AS IDÉIAS DOMINANTES

Nos últimos anos, ocorreu uma perda gradativa dos espaços coletivos de discussão e a fragmentação dos professores em atividades cotidianas, na busca de soluções individuais para a deterioração salarial. Essas estratégias criaram situações perversas de privatização de espaços e interesses que deveriam ser tratados como públicos na universidade, transformando-se em instrumento para multiplicar possibilidades de ganho para si e para seu grupo de adesão, com a exclusão dos demais. Tornaram-se comuns, na disputa pelos ganhos complementares na forma de bolsas, projetos, etc., e na busca de recursos exteriores à universidade, através de convênios, venda de serviços, distinção de grupos "mais eficazes", por diversos títulos, à obtenção desses recursos. É

visível o efeito dessa nova "cultura empreendimentista" no cotidiano de nossas instituições. Sobre esse pano de fundo vão se instalar as propostas governamentais de "flexibilizar" nossos salários (e nossos direitos de trabalhadores da educação), introduzindo medidas de "produtividade individual" como as concebidas pelo MEC, que incidem diretamente sobre as atividades de ensino. Todos aqueles que conhecem os debates contemporâneos da Sociologia que tratam da reestruturação do trabalho hoje, no mundo, sabem o significado dessas "inovações".

Somadas à precarização do trabalho que já caracteriza boa parte do quadro docente (na figura do professor substituto), às dificuldades de realização da atividade de pesquisa, aos cortes nas bolsas de estudo e à multiplicação dos formandos sem alternativas de emprego, temos uma visão clara do quadro de insegurança e baixa valorização social, que caracteriza a vida do professor nas universidades públicas, no momento.

Durante as assembléias de 98, algumas situações saltaram aos olhos por sua adequação a este quadro geral: desde movimentos anteriores (e na vida de boa parte dos departamentos), os professores substitutos não dispõem de canais de participação, sequer são ouvidos. Constituem um apêndice informe, descartável e sem direitos. No entanto, no início da década de 80, quando se multiplicavam os "professores colaboradores", também desprovidos de contratos regulares e direitos trabalhistas assegurados, eles eram membros ativos do movimento, e foram incorporados ao quadro docente por pressão de uma das primeiras greves nacionais das universidades federais.

Na greve deste ano, ficaram evidentes ainda as dificuldades de inserção dos setores e categorias de menor poder de barganha, como os aposentados e os colegas lotados no ensino de primeiro e segundo graus e, mais do que tudo, a naturalidade com que certos segmentos aprovaram níveis diferenciados de reajuste. A remuneração desigual é a ponta de lança para uma divisão interna que tende a enfraquecer definitivamente a categoria, dificultando no futuro as iniciativas de movimentação

coletiva em torno de uma identidade comum, conquistada em longos anos de mobilização. Trata-se de uma das características mais perversas em curso no mundo do trabalho hoje: a diferenciação para baixo, que desagregou a força de trabalho e as lutas sociais no chamado "Primeiro Mundo", e que seduz as mentalidades de nossa elite colonizada, fortalecida pelos discursos e práticas dos governos neoliberais.

No que se refere aos aposentados, surpreende a facilidade da adesão de muitos à justificativa falaciosa da desigualdade: o argumento de que a população idosa cresce muito, pesando sobre os trabalhadores da ativa e inviabilizando os direitos das gerações futuras. Trata-se da ignorância do verdadeiro debate, que começa a se travar no mundo, sobre a redistribuição social dos ganhos de produtividade do trabalho, na sociedade de tecnologia avançada: a velha luta que se processou ao longo do capitalismo, em torno da duração da jornada de trabalho ao longo da semana, do ano e da vida dos assalariados e que, em menos de cem anos, reduziu nossas jornadas à metade, garantiu direitos sociais avançados e poderia multiplicar os empregos escassos hoje em dia. Porque a riqueza crescente produzida pelo trabalho, se não está concentrada apenas no lado do capital (que hoje reduz salários e extingue direitos), é capaz de gerar formas de vida muito melhores para as maiorias, que resultam sempre das lutas sociais[1].

A adesão fácil aos dogmas neoliberais reflete ainda a aceitação tácita da sociedade apoiada na exclusão. Nela, o Estado deixa de garantir o equilíbrio e a coesão social, abre mão da tributação sobre o capital e as altas rendas, que possibilita construir as proteções sociais, e entrega a seguridade ao capital privado e ao setor financeiro. O que é a base de direitos universalizados e de sociedades mais democráticas, transforma-se em objeto da especulação privada e da cidadania de primeira e segunda classe: há os cidadãos que compram no mercado sua (in)segurança na velhice e os que têm "direito" às mixarias da previdência pública, à "cidadania invertida", à moda da sociedade norte-americana[2]. A título de exemplo,

em entrevista concedida ao programa Jô Soares Onze e Meia em 29/05/98, José Aristodemo Pinotti mostrou como o valor máximo da aposentadoria do INSS, hoje em torno de dez salários mínimos, estará reduzido a três salários mínimos no ano de 2.004, a prevalecer a lógica atual.

É espantoso que os colegas que aprovaram a diferença desfavorável aos aposentados, permitindo que se estabeleça a disparidade e justificando-a com os argumentos da dessolidariedade usados pelo governo, provavelmente não se lembrarão dessa greve e desse voto quando, na idade avançada, seu próprio salário valer quatro, cinco vezes menos que o de um colega da ativa, na suposição de que a destruição dos direitos de quem trabalha é inevitável. No fundo dessa lógica perversa encontra-se também a idéia, cara aos dias atuais, de que os velhos precisam de menos dinheiro para viver e que são um peso para a sociedade, como destroços que a vida produtiva vai multiplicando, à margem da sociedade de consumo.

Impressiona como toda essa nova mentalidade, que atende às expectativas de um "ethos concorrencial", competitivo, vai se instalando no nosso cotidiano e mostrando suas conseqüências sobre as práticas e as concepções, e constituindo discursos próprios, que se alimentam de teorias há muito conhecidas no campo das Ciências Humanas.

CORAÇÕES E MENTES: EFEITOS PERVERSOS DA LÓGICA DO MERCADO SOBRE A VIDA COLETIVA

Entendemos por "mentalidade" a configuração das atitudes, comportamentos e representações coletivas inconscientes, que se combinam à cultura e às escolhas ideológicas ou, como apontou o historiador francês Michel VOVELLE, o cruzamento entre o "pensamento claro" e o discurso do inconsciente. Pode ser reconhecida nas atitudes, opções e comportamentos coletivos, refletindo as relações entre a vida real e as representações que os homens usam para si, ou as relações entre as "condições objetivas" da vida dos homens em certo período, e a maneira como eles a narram e como a vivem[3].

Num excelente artigo publicado pelo caderno "Mais!" da Folha de São Paulo há poucos meses[4], o sociólogo Pierre BOURDIEU (que tem desempenhado um papel político fundamental no debate francês atual, acerca dos efeitos do "pensamento único" e de sua penetração na intelectualidade), apontou os pressupostos teóricos do neoliberalismo, seu vínculo com as transformações no trabalho e com a insegurança social, e principalmente seus efeitos destrutivos sobre as relações sociais e políticas. Segundo ele, o fundamento teórico dessa ideologia é uma formidável abstração que, "... *em benefício de uma concepção tão estreita quanto estrita da racionalidade, identificada à racionalidade individual, consiste em pôr entre parênteses as condições econômicas e sociais das disposições racionais e das estruturas econômicas e sociais que lhe são a condição de existência*".

O mito da "teoria pura", originário da teoria econômica do século XIX cunhada por Auguste WALRAS, instituiu "*...a oposição arbitrária [...] entre a lógica propriamente econômica, fundada na concorrência e plena eficácia, e a lógica social, submetida à regra da equidade.*" Sendo uma teoria dessocializada e desistoricizada desde sua origem, baseia hoje um "discurso forte", que "*...só é tão forte e difícil de combater em razão de ter a seu lado o poder de um mundo de relações de forças que ele contribui para que se torne o que é, orientando as escolhas daqueles que dominam as relações econômicas e a elas acrescentando sua força própria, particularmente simbólica*". Passando por verdadeira e empiricamente verificável, essa "teoria" sustenta o discurso neoliberal, criando condições para seu efetivo funcionamento como um programa de destruição metódica da coletividade.

A plena efetivação desse programa depende da total individualização de salários e trabalhadores, da atomização das relações de trabalho e das relações sociais em geral, de técnicas de submissão racional para enfraquecer a solidariedade coletiva, e de um sistemático ataque e desmonte daqueles segmentos a que chamam "forças conservadoras" – as instâncias coletivas capazes de

fazer frente à "maquina infernal" do neoliberalismo, como a chamou BOURDIEU. Para ele, o fundamento último dessa ordem, "*que se acha sob o signo da liberdade*", é a violência estrutural do desemprego, da precariedade como um fenômeno de massa, sustentando uma espécie de darwinismo moral, assentado na luta de todos contra todos, e o cinismo. A passagem ao "liberalismo" ocorre assim de maneira imperceptível, "*como a deriva dos continentes, ocultando à vista os terríveis efeitos a longo prazo*".

No domínio do conhecimento, as áreas de Ciências Humanas têm sido particularmente férteis em produzir adesões a essas idéias, gerando os formuladores abertos ou velados das justificativas para o momento que vivemos. No Brasil, seu impacto é enorme, tendo levado uma expressiva camada da intelectualidade a exercer diretamente o poder de Estado, em nome delas e da hegemonia econômico-financeira que representam hoje. É nesse sentido que pode-se interpretar certas posturas e confusões que emergiram dessas áreas, na greve da UFMG, gerando a adesão tardia ao movimento, o não acatamento das deliberações da assembléia geral, a proposta de saída unilateral da greve e a pressão estudantil para que os professores se mantivessem paralisados.

Observando o funcionamento das relações de trabalho e das relações de poder no interior da instituição universitária, torna-se possível compreender como se viabiliza o que chamamos de cooptação em favor dos canais que se autodefinem como portadores da "verdade" sobre as relações sociais. Os que, sem se darem conta, foram envolvidos por essa perspectiva, acabam por se dessensibilizar sobre o fato de que o professor universitário é um trabalhador assalariado e, por isso mesmo, se insere na luta mais geral e permanente dos trabalhadores contra a exploração que sofrem. Produz-se aqui uma espécie de esquecimento, impulsionado pelo desejo manipulado pela atmosfera globalizada e concorrencial, reforçado por formas narcísicas de gratificação do *ego*. A premiação atinge o cerne da auto-estima e do projeto de realização pessoal. Ser

um "especialista de renome" configura um processo em que o envolvimento se dá de maneira inconsciente, com uma autêntica crença no saber. Este saber, por sua vez, surge e funciona desvinculado dos interesses políticos polarizados da sociedade e é sancionado apenas pelos seus pares.

Em várias áreas da universidade, embora ligadas, como todas as demais, à produção do conhecimento, vai ficando incomum ouvir-se falar do compromisso com a transformação da realidade social. É freqüente a desqualificação dos projetos com temáticas e propostas voltadas para a melhoria das condições de vida das populações excluídas, enquanto assistimos à adesão alegre e pragmática aos financiamentos empresariais e à lógica estrita da razão instrumental[5]. Hoje, cada vez mais, a concepção de conhecimento que predomina nas instituições acadêmicas responde à necessidade de se promover algum tipo de limitação sobre o saber humano, reduzindo o escopo, o tempo de duração dos projetos e programas, o alcance téorico das interpretações, o conjunto de relações e variáveis que se pretende abordar. Faz sentido, nesse contexto, dessolidarizar-se de sua própria categoria, da movimentação social e das dificuldades de construção de um outro projeto de universidade e de ação coletiva dos professores.

DESACREDITAR O MOVIMENTO E SUAS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS

Todos aqueles que vivenciaram a experiência das universidades federais nos últimos vinte anos sabem que nossas condições salariais e de carreira, e as alterações em momentos de degradação das condições de trabalho, foram garantidas pela ação do movimento docente e de funcionários. A ação institucional e política dos dirigentes acadêmicos em momento algum conseguiu reverter, sozinha, esses quadros, na relação com os governantes. Por outro lado, ao longo desses anos o movimento de professores foi perdendo sua capacidade inicial de forjar concepções de vida universitária que ultrapassassem a pura ação sindical, e com isso reduziu seu espaço de influência na universidade brasileira, no sentido de construir uma cultura ampla e ativa da participação crítica.

Por isso, a precarização de nossas condições de trabalho e de vida acadêmica, combinada à degradação que caracteriza a vida social em nossa época, abriu um espaço considerável para as posturas que refletem a atomização dos professores, para a necessidade de desqualificar as práticas autônomas dos "resistentes", e para a tentativa de enquadrá-los rapidamente nas propostas dominantes.

A resistência ao amplo debate coletivo e à penosa construção de práticas e discursos políticos adequados ao novo momento que vivemos nas universidades, e a indisposição de ouvir o Outro combinam-se ao ataque sistemático aos processos de deliberação coletiva nas assembléias (que tem, aliás, uma longa história no movimento docente na UFMG, desconhecida por muitos dos jovens professores). Talvez se trate apenas de uma peça dessa encenação da extrema individualização e da segmentação entre "os que sabem", os dotados da racionalidade eficaz, e a "massa irracional", desprovida da educação política necessária, que compõe as assembléias e engrossa as fileiras do sindicalismo. Triste é constatar que este tipo de visão é partilhado por conservadores e militantes supostamente de esquerda, ocupados em "desmontar" o movimento, assim como muitas das idéias que vimos tratando até aqui.

Podemos lembrar ainda a arrogância como comportamento distintivo que, sendo secular nas elites brasileiras, nesses últimos tempos tem alcançado graus inéditos de exacerbação, na relação entre os que têm poder (e os que se identificam com os poderosos) e os demais. Esta postura pode até reconhecer ao Outro o direito de pensar – desde que não fale. No mais das vezes, seus portadores já desqualificam seu oponente como "despreparado", "ignorante", "incompetente", dispensando-se do trabalho de ouvi-lo ou de reconhecer seu direito à divergência.

O desinvestimento no projeto coletivo no interior da universidade pública pode também ser associado a uma certa cultura dominante, no momento: na separação entre a "racionalidade" dos grupos que se colocam acima da sociedade, e a do "resto", con-

forme apontou o cientista político José Luiz FIORI, em artigo na revista Carta Capital[6] . Trata-se do que ele chamou de "descolamento das elites" governantes que, neste final de século, se desinteressaram de seus povos e das suas nações, vivendo no narcisismo excludente de seu próprio sucesso, encapsulados e fechados em grupos que representam os interesses econômicos dominantes ou de "analistas simbólicos", que se afastam cada vez mais de suas sociedades de origem. Ao analisar, no caso brasileiro, a metamorfose de acadêmicos e professores em "professores-banqueiros" e professores "neo-sociais", descreve os segundos como dedicados a escrever planos estratégicos, programas eleitorais e/ou assistencialistas, rigorosamente irrelevantes e inúteis para os que, dentre eles, assumiram abertamente sua condição de representantes do capital financeiro hegemônico. São os "distribuidores de sanduíches para miseráveis", na fina ironia do autor em questão.

Esse movimento de "secessão" em relação à suas raízes sociais e nacionais, no caso da universidade, poderia ser acrescido da recusa de tratar a realidade social e política atual na sua verdadeira dimensão de exclusão e perversidade, contentando-se o intelectual acadêmico com o projeto de excelência da torre de marfim e sua arrogância autosuficiente. Este, normalmente adapta-se bastante bem às normas impostas pelo poder de turno e significa, muitas vezes, a esterilização de todo projeto de desenvolvimento da universidade, salvo na relação utilitária com o meio envolvente.

Notas

[1]AZNAR, Guy. *Trabalhar Menos, para Trabalharem Todos.* SP, Scritta, 1993.

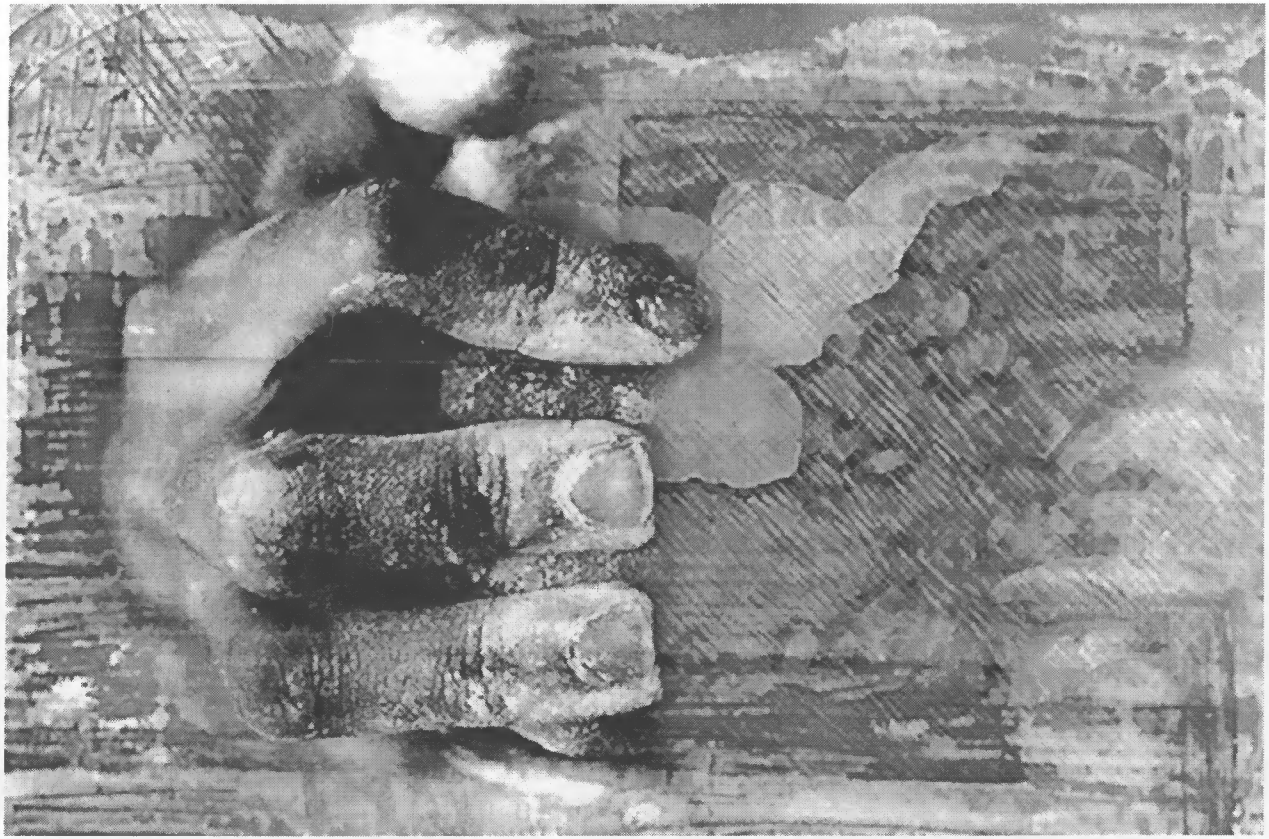
[2]FLEURY, Sônia. *Estado Sem Cidadãos. Seguridade Social na América Latina.* Ed.Fiocruz, 1994, cap.III.

[3]VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades.* SP, Brasiliense, 1987, "Introdução".

[4]BOURDIEU, Pierre. *"A máquina infernal"*, Caderno Mais!, FSP, 12/07/98.

[5]SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade.* Porto, Afrontamento, 1994, cap. 8.

[6]FIORI, José Luiz. *"Secessão, ano IV"*, Revista Carta Capital nº 81, 02/09/98.



1998 • O resgate da nossa dignidade

Otávia Fernandes de Souza Rodrigues
Professora Aposentada do Departamento de Sociologia e Antropologia • FAFICH • UFMG,
1ª Vice-Presidente da APUBH e 3ª Tesoureira da ANDES-Sindicato Nacional

Até o final dos anos 70 não havia na Universidade quase nenhum movimento reivindicatório dos professores. Era a indignação contida que caracterizava a sociedade brasileira naqueles tempos do regime militar. Muitos professores nem se consideravam trabalhadores e greve era "coisa de trabalhador". Como funcionários públicos, os professores das Federais não tinham reconhecido o direito de greve.

Na esteira da grande movimentação da sociedade na luta pela democracia no país daquele final de década, a Universidade era palco privilegiado. A primeira grande greve das Universidades Federais ocorreu em 1979 e, a partir daí, muitas outras se sucederam, tendo

Caminhos
nºs 16 e 17 • dezembro de 1998

como motivação imediata a reivindicação salarial, melhoria nas condições de trabalho e a defesa da Universidade.

Por sua natureza, a greve dos professores da Universidade se diferencia das greves de outras categorias de trabalhadores. Primeiro, suas reivindicações, quando atendidas, trazem resultados imediatos não só para a categoria, mas para a própria Universidade como um todo. Por exemplo, com a greve de 82 se conseguiu o enquadramento dos professores colaboradores; em 84, a não-transformação das Federais em Fundações; em 87, o PCS (Plano Único de Cargos e Salários); além de se conseguir mais verbas para a Universidade, com a greve de 89. Segundo, enquanto paralisação de uma instituição pública, a greve afeta diretamente parte importante da população e, fundamentalmente, uma parcela que é parte da própria instituição – os alunos. Terceiro, os professores são a única categoria que repõe o seu tempo de trabalho relativo aos dias parados, com um calendário que prevê o mesmo tempo e conteúdo das atividades, o que significa uma arma contra o corte de salários no período de duração da greve. Quarto, no caso da greve das Federais, o opositor é imediatamente visível e personificável – o governo. Diferente, por exemplo, da greve dos trabalhadores da FIAT, em que ninguém sabe, ninguém vê o patrão; ou dos comerciários, que têm muitos patrões como opositores.

Até recentemente, no Brasil, a maioria dos estudos sobre greve, inclusive os clássicos, tratava das greves de operários, ou de outras categorias de trabalhadores na produção ou em outros setores da economia. A greve dos professores universitários deste ano teve como uma de suas principais características a de ser conhecida e reconhecida por toda a sociedade.

Nenhuma greve ocorre de uma hora para outra, sem uma motivação clara e sem um mínimo de preparação. O sucesso de uma greve pode mesmo estar condicionado ao trabalho de preparação. Como ação coletiva, exige, além de uma pauta de reivindicações definida, a mobilização para a luta. A mobilização pode variar, dependendo do momento e das condições em que se encontra

a organização dos trabalhadores. Pode, inclusive, ocorrer por outras formas de luta, como as greves de advertência.

A greve das Federais tinha uma pauta de reivindicação clara: o reajuste emergencial, depois de mais de três anos de salários congelados, a defesa da Universidade Pública e outros pontos como aumento de vagas e abertura de concurso. O processo de mobilização, importantíssimo, dada a inércia em que se encontrava o Movimento Docente, começou com a declaração do estado de greve, pelo Congresso Nacional da ANDES-SN, realizado em fevereiro, seguido pela paralisação de dois dias e pela realização de assembléias e reuniões para debater o encaminhamento da luta. No caso da UFMG, a greve teve condições de ser deflagrada em 26 de março, mesmo antes da data indicada pelo Sindicato Nacional (31 de março).

O processo da greve tem princípio, meio e fim. O primeiro momento é o da organização, da divulgação e da preparação de atividades de mobilização. Na UFMG a greve se iniciou com uma assembléia de mais de 500 professores e a instalação do Comando Local de Greve, cuja primeira tarefa foi a elaboração do folheto: "O Governo está destruindo a Universidade Pública". Esta foi a primeira mensagem que levamos à população.

Imediatamente, através de reuniões nas unidades e Assembléias semanais, começaram os debates das questões mais importantes e da preparação da resposta à afronta do PID (Programa de Incentivo à Docência), apresentado pelo Governo. Durante todo o processo se buscavam definir as formas de enfrentamento, a cada investida ou ameaça do governo. A força do movimento foi construída não só dessa forma, internamente, mas também através do apoio externo.

O encerramento da greve é o momento mais difícil do processo. É necessário medir as forças em confronto e o grau de possibilidades de atendimento às reivindicações. Uma greve pode ser encerrada mesmo sem o atendimento de nenhuma reivindicação imediata ou ser apenas suspensa, dependendo das negociações. Na greve das Federais este foi o momento mais difícil e complicado, levando o movimento a

uma situação de quase "morrer na praia".

A medida da eficácia de uma greve como essa deve levar em consideração alguns elementos que caracterizam não só o movimento em si mesmo, mas também o contexto histórico em que ela se realiza, as ações empreendidas em sua condução e os resultados obtidos.

A greve será mais forte e apresentará maior grau de eficácia se alcançar maior **amplitude**, não se restringindo ao âmbito local ou mesmo regional. A das Federais foi uma greve nacional, que paralisou praticamente todas as IFES num só movimento.

Essa greve teve como característica marcante a **grande adesão**, não só pelo número de IFES envolvidas, mas pela participação dos professores, medida pelas assembléias, sempre representativas. Pode-se dizer que foi uma greve feita pela base, mesmo que sob a direção das lideranças.

A greve alcançou amplo **reconhecimento** da sociedade. E o governo (o patrão), apesar de inicialmente fingir que nada estava acontecendo, teve de reconhecer e respeitar a força do movimento.

A greve foi realizada num **contexto político** de aprofundamento da crise da sociedade brasileira e especificamente da Universidade Pública. Ela eclodiu num momento em que se explicitavam posições e propostas para os rumos do país, através do processo das eleições gerais. Isso influenciou não só o processo da greve, mas também o nível político dos debates travados, muito além de um simples conteúdo corporativo.

Além disso, o momento da greve também foi marcado pela eleição da Diretoria do Sindicato Nacional, em cujo processo se explicitaram e se confrontaram divergências internas de concepções e de posições. Estas permearam os debates e ações durante a greve, do princípio ao fim.

Considerando os elementos externos e os internos do contexto político, seus aspectos positivos e negativos, pode-se perceber o seu significado no grau de eficácia alcançado pelo movimento.

Se essa foi uma greve levada pela base do Movimento Docente, também ela se caracterizou pela **organização**. A força do movimento estava em

que soubemos levar uma luta organizadamente até o fim, o que o diferenciava dos de outras categorias de funcionários públicos. A organização de um Comando Nacional, com representantes das IFES sob a coordenação do Sindicato Nacional e de Comandos Locais, coordenados pelas Associações de Docentes de cada IFES, possibilitou não só a articulação entre os movimentos locais de todos o país, mas também ações coordenadas no nível nacional.

Dependendo das condições da negociação e da força do movimento, uma greve pode ser mais ou menos longa. A das Federais deste ano teve uma **duração** de mais de 100 dias. Duração necessária diante da intransigência e do autoritarismo do governo. E ela foi possível pela disposição de luta dos professores para mudar as péssimas condições de trabalho e de salário que vêm se acumulando há vários anos.

A eficácia de uma greve se mede também pelos seus **resultados**. Ela pode terminar mesmo sem o atendimento às reivindicações imediatas. Mas tem eficácia se apresentar apenas um saldo político, isto é, quando possibilita aumentar o grau de organização, de mobilização e de envolvimento da categoria e se possibilitar o reconhecimento da sua luta e a reafirmação da sua dignidade. Os resultados imediatos dependem das forças envolvidas e da capacidade de negociação da direção do movimento. Daí, a grande responsabilidade do Sindicato, que tem como tarefas básicas organizar, coordenar e representar a categoria nas negociações.

Uma das questões mais discutidas hoje é a debilidade do sindicalismo brasileiro, decorrente das mudanças no mundo do trabalho, provocadas seja pelo avanço da modernização capitalista, seja pelas políticas governamentais de adaptação das relações de trabalho às exigências desse avanço, ou para atender aos interesses do capital financeiro, cujos resultados mais evidentes são o desemprego e o trabalho informal, que excluem muitos trabalhadores do Sindicato. Não cabe aqui uma análise aprofundada dessas causas. Mas uma outra razão daquela debilidade apontada pelos analistas é o anacronismo da própria estrutura organi-

zativa dos sindicatos. Além da estrutura vertical e corporativa herdada do regime populista, há pouca organização por local de trabalho e a sindicalização é muito baixa.

No caso do Sindicato dos professores da Universidade, talvez pelo fato de ter sido recentemente criado (há pouco mais de duas décadas), ou pela natureza do trabalho, essas debilidades internas são menores. A organização em Sindicato Nacional e em Seções Sindicais em cada Instituição de Ensino Superior é um modelo próximo da organização por local de trabalho, se considerarmos o alto grau de homogeneidade de interesses dos trabalhadores das várias unidades dentro da cada IES. Essa é a forma hoje proposta para sanar alguns dos problemas estruturais do sindicalismo.

Além disso, no caso das IFES, a Sindicalização é bastante alta. Na UFMG é hoje próxima de 70%. As altas taxas de aposentadoria dos últimos anos não enfraqueceram o Sindicato, pois os aposentados, em sua imensa maioria, continuam filiados nas mesmas condições dos professores em atividade.

Outra questão importante é que, enquanto os sindicatos de trabalhadores em geral, em decorrência mesmo das mudanças no mundo do trabalho, têm-se caracterizado por uma prática corporativa e defensiva, tendo pouca influência nas decisões de políticas gerais ou econômicas, o Sindicato dos professores tem conseguido influenciar, em certa medida, as políticas do governo referentes à Universidade e à Educação, além da defesa dos interesses propriamente corporativos.

Nessas condições, a organização sindical dos professores não foi tão duramente atingida pela "crise" do sindicalismo brasileiro dos últimos anos. Por isso o Sindicato foi capaz de exercer o seu papel de organizador e de dirigente do Movimento Docente na greve. E, por outro lado, a greve também serviu de canal realimentador do Sindicato, mostrando suas debilidades políticas e organizativas, seus acertos e o rumo de suas ações futuras.

Mesmo sendo a greve uma exigência do conjunto dos professores naquele momento, ela não foi espontânea. O Sindicato exerceu papel importante na preparação, na mobilização e na condução do movimento.

Nessa greve, uma das questões mais debatidas e que dividiu as opiniões foi a da debilidade do Sindicato no processo de negociação e de preparação do encerramento da greve, quando a agilidade e a flexibilidade eram fundamentais, sobretudo quando se enfrentava a intransigência e o autoritarismo do governo e quando, apesar disso, tinha o respaldo de um movimento forte e organizado.

Em todo o processo da greve, é importante pensar não só na expressão do nosso movimento no contexto nacional, mas também no papel desempenhado pela APUBH, nossa entidade Sindical, e no lugar de destaque que a UFMG ocupa no conjunto das Universidades Federais.

A UFMG tem sido referência, não só pela qualidade do trabalho de seus docentes e de sua expressão no contexto social mais amplo, como pela força do Movimento Docente e dos funcionários. A APUBH, por sua vez, tem-se destacado no conjunto das Associações de Docentes que compõem a ANDES – Sindicato Nacional. Nessa greve, a diretoria da APUBH, apesar de recém-empossada, conduziu satisfatoriamente as ações do Sindicato no sentido de preparar e mobilizar a categoria para a luta. Soube acatar e encaminhar a decisão da base de deflagrar a greve, mesmo antes da data indicada pelo Sindicato Nacional. Exerceu seu papel na coordenação e direção da greve, nas ações de mobilização e na divulgação do movimento, através da mídia e de outros meios.

Além de ter sido espaço de debate, de críticas e de sugestões, fundamentais para a entidade e sua Diretoria, a greve também reafirmou o reconhecimento da APUBH pelos professores e evidenciou a sua importância enquanto entidade representativa e dirigente do Movimento Docente na UFMG. Saímos da greve fortalecidos, mas também com imensa responsabilidade diante dos desafios apontados.

Durante os mais de 100 dias de greve foram realizadas muitas e variadas atividades conjuntas com os funcionários e estudantes. Atividades que tinham por objetivo mobilizar os professores, buscar apoio da população e pressionar o governo. Através delas, o movi-

mento demonstrou força, disposição e responsabilidade. E mostrou que, apesar da dureza da situação, é possível fazer a luta com descontração e alegria.

Num processo tão longo, chega uma hora em que o cansaço, a incerteza do desfecho, a preocupação com as ações pós-greve e as pressões do governo vão minando a força do movimento. É nesse momento que se exige da direção a capacidade de avaliar não só as vitórias parciais já alcançadas, a força, a unidade e coesão do movimento, mas também as condições da negociação.

Na greve das Federais, este foi o momento mais difícil. O governo manteve sua intransigência, enviando ao Congresso o Projeto da GED (Gratificação de Estímulo à Docência), sem considerar uma contraproposta. A Direção do movimento demorou demais para apresentar alternativa concreta de negociação. A premência do tempo imposta pelo próprio governo já não permitia maior protelação, mesmo com o grande apoio de um grupo de parlamentares, desde o início da greve.

A essa altura várias Assembléias já indicavam o fim da greve, algumas até já a haviam encerrado. Somando-se a tudo isso, muda-se a direção do Sindicato Nacional. A posse da nova Diretoria, em 26 de junho, deu-se no CONAD realizado em Campina Grande – PB, longe do Comando Nacional instalado em Brasília. Foi uma transição tumultuada: faltava afinamento entre o Comando Nacional de Greve e a nova Diretoria, sobretudo no que se refere à avaliação política do momento, às possibilidades de negociação e à flexibilidade exigida.

Esse momento, em geral, tem sido objeto de diferentes avaliações da greve e de seus resultados. Pensando, porém, o processo como um todo e, mesmo que as reivindicações não tenham sido todas atendidas, nem mesmo as salariais, pode-se considerar essa greve vitoriosa, seja pelo seu próprio significado, no plano interno da categoria mesma, seja no plano externo, da sociedade mais ampla.

No plano interno, a greve das Federais expressou a força do movimento docente, que, adormecido há algum tempo, explodiu com um ímpeto nunca visto antes. Ela serviu de

palco para a expressão da indignação que pairava calada entre os professores. Foi momento rico de debates e do pensar coletivo das questões mais importantes que afetam a Universidade Brasileira. Trouxe à tona as qualidades e as debilidades da Universidade e de seus docentes. Apontou desafios e dificuldades, mas também esperanças de futuras vitórias. Foi o reencontro do Sindicato com suas bases, na perspectiva da unidade.

No plano externo, a greve das Federais foi, sem dúvida, o mais importante movimento social urbano dos últimos anos no Brasil. Num momento de defensismo e até inércia dos movimentos sindical e popular de agora, essa greve ampla, de caráter nacional, conseguiu envolver parte significativa da sociedade brasileira, teve sua expressão política evidenciada pelo apoio dos diversos segmentos e pela força que demonstrou ao imprimir algumas derrotas ao governo, inclusive questionando a arrogante segurança do Presidente da República.

Ao denunciar o descaso do governo para com as questões sociais, com a Educação e com a Universidade Pública, em particular, levando a luta dos professores para as ruas, a greve aproximou a Universidade da Sociedade; e mostrou à população que ela também é responsável pelo imenso patrimônio que ela mesma ajudou a construir.

A greve das Federais resgatou a dignidade de seus professores, enquanto docentes e enquanto cidadãos.

A UFMG merece?

Míriam Oliveira e Rocha
Professora do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas • Faculdade de Farmácia • UFMG

Aderir a uma greve nunca é uma decisão fácil. Nós, professores, conhecemos bem as suas conseqüências. Por isso, o período que a antecede é acompanhado de momentos de grande ansiedade.

Foi assim que, ao se iniciar a nossa última greve, me veio, certa noite, a insônia. Meu pensamento se detinha nos alunos, nas medidas punitivas que poderiam advir, nos prejuízos para a Universidade e para a sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, sentia a urgente necessidade de reagirmos contra a deterioração das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Com crescente ansiedade, levantei-me da cama e, num desabafo, passei para o papel todo

aquele sentimento, toda a minha indignação com o tratamento dado às IFES pela União.

Foi desta forma que surgiu o texto que se segue.

Há vários anos, ou melhor, há muitos anos, sou professora da UFMG. Não sou da área de Letras, nem possuo o dom da retórica. Também não sou da área das Ciências Exatas e não irei me expressar através de números. Gostaria de falar com o coração, apesar de não ser, tampouco, da área médica.

Durante todos estes anos aprendi a amar a UFMG. Assistimos ao crescimento desta instituição de ensino, pesquisa e extensão, com o seu nome se impondo como uma das melhores, senão a melhor, Universidade Federal do Brasil. Por merecimento, a UFMG deveria receber do Governo Federal incentivos pela sua atuação. Entretanto, o que temos assistido é justamente o oposto. Há mais de três anos seus professores e funcionários não recebem reajuste salarial, que associado às mudanças nas regras de aposentadoria, tem provocado uma debandada de professores, doutores e mestres, muitos deles autoridades respeitadas internacionalmente.

A cada ano as verbas destinadas à UFMG e demais Instituições Federais de Ensino são mais escassas. Falta dinheiro para o pagamento de despesas básicas como água, luz, telefone. O que dizer sobre a escassez de verbas para a aquisição de material de consumo e equipamentos para as aulas práticas da graduação? É necessário exercermos a prática da mendicância junto a firmas e laboratórios para a doação de kits, reagentes, etc., a serem utilizados nestas aulas. Desta forma, nos acomodamos. Lutamos por manter o mesmo nível de ensino.

O que estamos assistindo é à desestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior. O mesmo processo ocorreu anos atrás com as Escolas Públicas de 1º e 2º graus. O baixo salário dos professores e a falta de infra-estrutura resultou em um ensino de má qualidade na maioria dessas escolas. Vários dos atuais professores da UFMG estudaram em escolas públicas. Hoje, somos obrigados, quando nosso salário o permite, a matricular nossos filhos em escolas particulares, a fim de garantir-lhes um ensino de boa qualidade.

Será que o mesmo acontecerá com a UFMG? Será que daqui a alguns anos os melhores cursos universitários estarão nas universidades particulares?

Sou cidadã brasileira e em meu peito bate um coração que ama esta pátria, que ainda se emociona ao ouvir o hino nacional. Um coração que ama a UFMG e que se pergunta: **A UFMG merece?**

Este texto foi lido em uma assembléia da Faculdade de Farmácia, logo no início da greve.

Os dias foram passando e a greve se prolongava. Não víamos o empenho do Ministério da Educação e Cultura no sentido de solucionar o problema com a urgência necessária.

Ao reler o texto, percebi que, mesmo já tendo se passado mais de um mês, ele continuava atual, persistindo o mesmo sentimento de descaso, acrescido de grande indignação, por ver o Ministro da Educação se utilizar da mídia para veicular informações de que eles estavam negociando, mas os professores se mantinham intransigentes.

Foi quando resolvi apresentá-lo em uma Assembléia Geral da UFMG, procurando compartilhar, com os demais professores, aquele sentimento.

Hoje, após o término da greve, retomamos as nossas atividades. Obtivemos um pequeno ganho financeiro, pouco significativo diante dos percalços por que passamos e da lamentável exclusão dos professores de 1º e 2º graus desses ganhos. Gostaríamos que a Universidade tivesse sido tratada com o respeito que merece e que toda a nossa pauta de reivindicações tivesse sido atendida, contribuindo efetivamente para a melhoria das nossas condições de trabalho e, conseqüentemente, para a melhoria do ensino.

Pena que não conseguimos tudo! Mas estamos de cabeça erguida. **LUTAMOS!** Lutamos até onde nos foi possível, até onde pudemos resistir. Resgatamos a nossa auto-estima, acumulamos forças para lutas futuras que, com certeza, virão.



A greve das universidades públicas: erros, conquistas e desafios

Florivaldo Dutra de Araújo
Professor Adjunto do Departamento de Direito Público •
Faculdade de Direito • UFMG

MOMENTO DE NECESSÁRIA REFLEXÃO

A universidade brasileira sempre foi marcada por constantes e variados percalços. Nem poderia deixar de ser assim, tratando-se de um reduto de discussão e reflexão crítica no contexto de um país que, em seus 500 anos de existência, jamais conheceu democracia econômica e somente, como grata exceção, experimentou a democracia política.

As transformações atuais do Estado brasileiro, caracterizadas por sua inserção subalterna no processo de globalização e liberalização da economia mundial, vieram aguçar como nunca este estado de constante crise. Há mesmo quem duvide que consigamos resistir

por mais tempo às investidas contra o ensino superior público.

Embora compreensível, o desânimo não se justifica, pois ele só serve, se não ao agravamento da situação, pelo menos a nos deixar incapazes de encontrar saídas. A universidade tem forças para resistir e isto foi mostrado pela recente greve, apesar dos sérios problemas do movimento docente, por ela revelados.

No presente texto, não tenho a pretensão de realizar grandes análises sobre o movimento docente e a universidade, mas apenas compartilhar algumas inquietações, que pude constatar, durante e depois da greve, serem também de outros colegas. O intuito não é o de simplesmente criticar, mas o de colaborar com o avanço do movimento docente, que tem à sua frente, a meu ver, talvez os tempos mais difíceis de sua existência.

Divido esta reflexão em duas partes: a) da greve em si e da atuação das instâncias do movimento docente no seu transcurso; b) dos resultados da greve e perspectivas futuras.

A GREVE, O MOVIMENTO DOCENTE E SEUS PERCALÇOS

A possibilidade de sucesso de uma greve depende em muito da forma como é conduzida. Neste aspecto, muito ficou a desejar.

Como primeiro problema, aponto a organização do movimento docente para a greve em si. Não me ocupei de examinar os estatutos desta organização, porque quero analisar os fatos, e não aquilo que poderia ou deveria ter sido.

A forma como se deu a deflagração da greve e se montou o Comando Nacional (CNG) parece-me de um "amadorismo" e de um voluntarismo injustificáveis. Penso que o correto é criar uma estrutura de negociação menos sazonal e casuística como se mostrou o CNG.[1] Negociação de condições de trabalho, aliás, é algo que se deve buscar de modo contínuo, justificando uma estrutura permanente para tanto dentro do sindicato, criando-se instâncias apropriadas para definição de reivindicações, encaminhamento de negociações e eventuais greves.

O Comando Nacional foi-se formando por muitos dias depois da deflagração da gre-

ve. Parece-me claro que, assim, contribui-se para a lentidão de todo o processo e da falta de preparo para a luta, que deveria estar posta desde o seu início.

Outro aspecto que não poderia prevalecer foi a ausência constante de muitas entidades sindicais no CNG. Dever-se-ia fazer um grande esforço para que todas estivessem todo o tempo ali representadas, contando-se com a cotização das despesas para aquelas que, por motivos financeiros, não pudessem arcar sozinhas com os custos da manutenção dos delegados em Brasília.

Em termos de assessoria técnica também não vislumbrei maior organização, tanto lá em Brasília como aqui em Belo Horizonte. Prova disto é que ainda nas vésperas da votação do Projeto de Lei da GED no Congresso, discutíamos propostas sem qualquer respaldo de dados técnicos mais precisos, que deveriam estar sob controle de uma estrutura de assessoria jurídica e econômica desde antes da greve montada e continuamente responsável por tais aspectos.

Outro ponto negativo foi a relação entre CNG e Comandos e Assembléias locais. Todo o fluxo de informações foi centralizado no CNG, que somente divulgava propostas que obtivessem pelo menos trinta por cento dos votos no CNG, segundo alegado, com base no seu regimento. Se fosse apenas isto, já seria um absurdo, uma vez que tal regra significa impedir o direito de manifestação da minoria, merecendo ser modificada. Mas nem mesmo isto foi cumprido, ou melhor, foi cumprido na medida em que interessava à maioria dominante no CNG. Só para dar um exemplo, a famigerada greve de fome foi reprovada pela maioria das assembléias docentes, mas mesmo assim o CNG resolveu encampá-la.

Não obstante estes problemas que, a certa altura, ninguém mais deixava de perceber, muitos colegas defenderam até, ou quase até o fim, o acatamento de toda a orientação do CNG, sob o argumento de que se tratava da "instância democrática" do movimento. Na verdade, o CNG funcionava nos moldes de um "centralismo democrático" na sua versão pervertida que a História conheceu. Apoiando-se em argumentos puramente formais

para legitimar seu procedimento, mas sem qualquer cerimônia para deixar de lado estes mesmos argumentos quando não lhe interessava.

Ademais, a paralisação foi deflagrada no período da eleição para a direção da ANDES. Somente alguém muito ingênuo poderia supor que isto não iria afetar negativamente a condução da greve. E quem acompanhou de perto os acontecimentos sabe como isto se deu o tempo todo. As posições políticas da antiga diretoria da ANDES conseguiram o controle do CNG e a disputa com a oposição, depois eleita, passou a tomar lugar das atenções com a greve em si.

Durante todo o período da greve diversas assembléias encaminharam propostas para se buscar mais rápida saída para o impasse. O comportamento do CNG foi sempre o de afirmar que ainda não estava na hora de discuti-las. Ao final, ficou claro que o menos importante para o CNG era encontrar uma saída para o conflito.

Controlado por posições inconseqüentemente vanguardistas, o CNG apostava no prolongamento máximo da greve, talvez acreditando que dali sairia o impulso definitivo para a "derrubada do neoliberalismo" ou a "redenção dos trabalhadores", objetivos justos, mas que não acredito possam ser alcançados por meio de greves.

A diretoria eleita da ANDES, empossada na última semana de junho, tinha duas opções: ou se submetia às posições do CNG, que ao final raiavam ao delírio, ou buscava uma saída possível para o impasse criado diante da votação do Projeto de Lei da GED no Congresso. Corretamente, optou pela segunda e, se assim não fosse, ficaríamos com nada, em decorrência do jogo de tudo ou nada montado pelo CNG.

Que esses erros sirvam-nos de aprendizado para futuros embates, pois seria lamentável se viéssemos a repeti-los.

A GED E A POLÍTICA GOVERNAMENTAL PARA OS SERVIDORES E A UNIVERSIDADE

Além de termos posto na ordem do dia a discussão sobre os rumos da universidade pública, alcançando grande e positiva repercussão na mídia

e na opinião pública, e de termos mostrado a necessidade de romper com o desânimo e o individualismo que têm enfraquecido os movimentos populares e sindicais, também alcançamos um ganho remuneratório, embora não significativo, diante das defasagens acumuladas ao longo dos anos.

Do ponto de vista salarial, a greve levou à conquista da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Restrita em relação às reivindicações que nos levaram à paralisação, ainda não totalmente implementada, por estarem em curso os estudos visando à sua completa regulamentação, mas que não pode ser subestimada.

Nem tampouco identificada ao PID, que se constituía em programa de bolsas, portanto, de caráter instável e precário, pois não protegido pela regra constitucional da irredutibilidade de remuneração. Ademais, muito mais restrito, pois excluía completamente os aposentados e somente alcançava uma percentagem dos professores da ativa.

É necessário lembrar que muitos, apesar de votarem pela greve, não acreditavam no início que seria possível qualquer ganho financeiro imediato. Pensamento justificado, tendo em vista a terrível situação econômica do país, posto num beco sem saída pela irresponsável política governamental de sustentar uma aparente estabilidade monetária por meio de uma política de juros exorbitantes, recessão econômica e endividamento público sem precedentes.

Este quadro econômico foi, ao meu ver, o principal motivo da proposição do PID e a razão pela qual se pode chegar, ao final, no máximo, à instituição da GED.

Embora certas concepções de política educacional e universitária possam estar em jogo como fundamento da GED, discordo daqueles que atribuem apenas ou preponderantemente a elas a sua proposição pelo Governo.

A razão me parece mais grave e, ao mesmo tempo, mais simples de compreender. Ocorre que o Governo federal tem consciência, tanto ou mais que a oposição, da delicadeza da situação econômica do país e da falta de alternativas consistentes para, dentro de sua margem de opções políticas,

encontrar saídas para a crise. No contexto desta, o *déficit* público representa um dos maiores pontos de estrangulamento.

Para fazer frente ao *déficit*, a orientação do Governo tem sido a de cortar ao máximo os gastos públicos, pouco importando que atinjam áreas essenciais, como saúde e educação, e mesmo que cada corte só represente uma gota no oceano sempre em expansão da impagável dívida pública.

O Governo não tem qualquer intenção de conceder reajustes de vencimentos aos servidores públicos nos próximos (longos) tempos, exceção feita a uma ou outra categoria, cuja insatisfação possa causar problemas maiores no quadro do funcionamento das instituições. Exemplificando, não é à toa que a Emenda Constitucional 18, combinada com a 19, recentemente aprovadas, visa extinguir qualquer vinculação entre os reajustes de civis e militares. Assim, quer o Governo ficar livre para conceder reajustes aos militares, deixando de lado os servidores civis, que não têm armas para pôr em risco a segurança do Estado com movimentos reivindicatórios.

Neste quadro, aumentos setorizados, acaso concedidos aos servidores, devem ter o mínimo de impacto possível. Por tal lógica, a exclusão dos aposentados, por exemplo, é bastante oportuna. Basta examinar outros aumentos concedidos pelo Governo nos últimos anos a certas categorias, tais como a das carreiras jurídicas do Poder Executivo, ou do pessoal da área de ciência e tecnologia. Todos vieram sob a forma de gratificações de produtividade, estabelecidas de modo a excluir da sua incidência plena os aposentados.

Tal política busca respaldo na orientação do Supremo Tribunal Federal, que, interpretando o art. 40, § 4.º, da Constituição Federal, decidiu várias vezes que, embora este dispositivo determine a revisão dos proventos de aposentadoria "na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade", esta isonomia não é irrestrita, decidindo por sua não aplicação em alguns casos, por exemplo, de gratificação de produtividade.

Por isto, parece-me fugir à real dimensão do problema

quem vislumbra na GED uma imensa conspiração contra a universidade pública e autônoma. Os riscos para o ensino público existem, mas não podem ser atribuídos a fatores como a GED.

Quanto à autonomia universitária, creio ser assunto a ser tratado com muito cuidado e sem jamais excluir a ativa participação da sociedade e do Estado na avaliação do ensino superior público. Certas reações a instrumentos de avaliação podem transmitir a negativa impressão de que somos uma corporação avessa ou temerosa diante dos olhos críticos da sociedade, tornando-nos sem o indispensável apoio da opinião pública na luta pela continuidade e melhoria da universidade pública e gratuita. Este é outro problema que está a exigir de nós reflexão mais profunda, menos passional e sem os costumeiros jargões que tanto impedem o debate e conspiram contra nós mesmos.

Nota

[1]Tendo recentemente ingressado como professor na Universidade, foi a primeira greve que vivenciei nesta posição. Segundo me foi dito por alguns colegas, a forma de organização das greves dos professores universitários tem sido a mesma há anos. Se acaso não tiverem ocorrido anteriormente problemas da dimensão que vimos na última greve, não acredito, porém, que isto seja argumento para deixar as coisas como sempre foram. A experiência da última greve, por si só, fala pela necessidade de mudanças substanciais.

Reflexões sobre a greve dos docentes das IFES de 1998

Daniela Motta de Oliveira
Professora do Departamento de Matemática
Colégio de Aplicação João XXIII • UFJF
Márcio Antônio de Oliveira
Professor Aposentado do Departamento de
História do ICHL • UFJF

A CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

Desde a década de 70, o mundo apresenta um quadro de transformações marcantes em relação à configuração herdada da 2ª Guerra Mundial. A imposição do "padrão dólar" pelo governo Nixon, como moeda de referência para as transações internacionais, a crise internacional do petróleo, os estertores da guerra do Vietnã dão os sinais de que o capitalismo entrava numa crise, que se mostrará brutal, sobretudo para os países ditos em desenvolvimento, como o Brasil. Esta crise de rearranjo

será o ponto de partida para o acirramento da competição do capital, sua concentração desmesurada, ao par da introdução de novas tecnologias com modificações substanciais na estrutura de produção e organização do trabalho.

Na década de 80 agudiza-se o desmonte financeiro na América Latina, sinônimo de crise da dívida externa. O endividamento foi conseqüência dos anos anteriores. Com a crise do petróleo, na década de 70, os capitais em fase de reorganização e disputa redirecionaram seus interesses. A disponibilidade de recursos para projetos de interesse nacional, sucedida pela lógica das aplicações medidas em risco, quer dizer de retorno mais conveniente de capitais de reprodução financeira. O volume da dívida crescente trouxe como resultado o crescimento da dependência externa dos países periféricos, forçados a submeter-se ao dilema de ir ao FMI (ter sua economia monitorada) ou não ir (ter suas atividades paralisadas).

Nesse contexto, ganhou espaço a política da globalização, com o emblema mais charmoso de "modernização". A multilateralidade nas relações comerciais foi imposta pelos E.E.U.U., embora as regras fossem mais válidas para os outros parceiros, cabendo aos americanos inevitavelmente o poder de mando do jogo, isto é, para o seu país cabiam exceções, como gendarmes do mundo em todos os aspectos. Ao mesmo tempo enfraqueciam-se as referências "reais" do socialismo: a URSS e a Europa Oriental perdiam fôlego no emaranhado de suas burocracias políticas e suas economias eram incapazes de gerar tecnologias competitivas capazes de manter alternativas viáveis para o mundo. A queda do muro de Berlim, e a conseqüente unificação da Alemanha, o debacle nos Bálcãs com a secessão da Iugoslávia, o desnudamento do vexame político em países como a Romênia, reforçaram o sentimento de orfandade, elevando os E.E.U.U. à categoria de superpotência mundial – centralização do novo império – e, por fim, levaram os arautos do liberalismo a ressuscitar o mote de Fukuyama: "a história acabou".

Nesse período, as dificuldades no Brasil são sobejamen-

te conhecidas e estão relacionadas às peripécias do capital, ou seja, à sua mundialização. Obrigada a se retrair, a ditadura militar teve que reconhecer a complexidade da nova crise mundial e ceder espaço às forças da redemocratização, porém o fez de forma gradual e contida. Não foi mera concessão. Mas, sim, o reconhecimento de sua incapacidade de continuar o ordenamento político a serviço do capital. A pressão social dos trabalhadores organizados, da luta pela cidadania e da luta pela democracia, inclusive dos docentes e da Universidade, tiveram papel relevante nas transformações políticas ocorridas no país. A nova Constituição de 1988 consubstanciou os anseios de um povo, ainda na realidade muito aquém dos direitos por ela estabelecidos. Porém, confiante nos mecanismos democráticos de sua aplicação.

As eleições de 1989 para Presidente da República centralizaram as preocupações da retomada da democracia. As urnas deram vitória a Collor de Mello – o xerife do capital – largamente apoiado pela direita e os setores conservadores. Coube ao então presidente Collor iniciar o processo de modernização, de escancaramento do Brasil ao capital externo, de privatizações, tudo de acordo com o ideário neoliberal. Situação que provocou resposta da sociedade brasileira, levando à queda do presidente Collor, corrupto servidor das forças internacionais. Reacendeu-se a luta pela democracia. Itamar Franco, garantindo a transição democrática, manteve o programa de modernização, ainda que tenha estabelecido controles e condicionantes. Mas favoreceu o projeto, através do Plano Real, de garantia de continuidade do programa neoliberal, com Fernando Henrique à frente, eleito em 1994, novamente derrotada a candidatura do campo popular, representada por Luiz Inácio da Silva, Lula.

Os quatro anos de FHC honram os setores da direita que o apoiaram. Com a sustentação do Congresso mais conivente dos últimos anos, FHC concluiu a venda de quase todo o patrimônio público brasileiro: empresas elétricas, ferroviárias, de comunicação; organizou a entrada do capital internacional no campo da segu-

ridade, retraiu a presença do Estado nas atividades públicas minimamente necessárias – saúde, educação, habitação. Além disso, realizou as "reformas" do Estado – Administrativa e Previdenciária, desestabilizando os serviços e o servidor público em geral, favorecendo contudo segmentos minoritários das denominadas carreiras de Estado. As mudanças constitucionais patrocinadas pelo governo FHC levaram ao desmonte dos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988. FHC impôs o arrocho salarial ao conjunto dos servidores públicos, e inaugurou uma cínica política de ataque aos trabalhadores e à sua organização sindical. Favorecendo, sim, o empresariado, e mantendo uma aliança de conveniência com o sindicalismo pelego. Às demandas dos trabalhadores, respondeu com a força, como no caso dos petroleiros, e, além disso, com as tergiversações da Justiça, como no caso dos servidores públicos, mantidos muitas vezes imobilizados; ou então depreciando acintosamente as críticas das oposições e de todos que têm outra visão das finalidades do Estado. Tudo com o apoio da mídia e de setores adesistas.

OS PROFESSORES NO CONTEXTO DA LUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Os Servidores Públicos Federais(SPF), durante o primeiro ano da era FHC, buscaram incessantemente o diálogo, na perspectiva de verem suas reivindicações atendidas, bem como de manterem as conquistas garantidas pela Constituição de 1988 ou advindas dos embates anteriores, agora ameaçadas pelas reformas administrativa e da previdência propostas pelo atual governo.

O Movimento Docente (MD), preocupado com a proposta de educação colocada, alertava a sociedade para o fato de que a Universidade Pública vinha sendo comprometida pelas políticas públicas implementadas, denunciando a intervenção, na educação, por diversas agências internacionais, notadamente o Banco Mundial. Na perspectiva de assegurar uma universidade que atendesse aos anseios da sociedade, inúmeras audiências com o MEC foram solicita-

das, quer para se discutir a questão salarial, quer para se propor uma agenda sobre autonomia, carreira, vagas, dentre outros itens da pauta de reivindicações.

Indiferente aos movimentos sociais organizados, o Governo manteve sua postura de intransigência, não recebeu sistematicamente as entidades e desconheceu a data-base dos servidores públicos federais. Por isso, os SPFs deflagraram a greve de 96, buscando o reconhecimento da data-base, o reajuste linear e os pontos de pauta específicos de cada categoria. Para o Movimento Docente, a greve de 96 foi uma forte tentativa de banir e denunciar a farsa governamental e sua clara política de desmonte da Universidade Pública. A greve dos SPFs cresceu e se consolidou, mas a ambígua decisão do Supremo Tribunal Federal, que, embora reconhecesse o achatamento salarial dos servidores, não acatou a data-base dos servidores públicos federais, favoreceu a desmobilização da categoria.

Um outro aspecto que merece ser referenciado como fator desmobilizador na greve dos SPFs foram as reivindicações específicas de cada categoria profissional, as quais de alguma maneira dividiam acentuadamente a força do movimento, contribuindo para que a greve conjunta terminasse, mantendo-se em greve apenas a ANDES-SN e a FASUBRA. Foram sessenta e nove dias paralisados. Porém a postura intransigente do governo, negando-se ao diálogo e à negociação, levou à suspensão da greve e as universidades federais voltaram a funcionar, apesar da indignação do MD. Naquele momento, o Governo ainda contava com a anestesia geral de "sucesso" do seu Plano. No entanto, no imobilismo imposto pelo Governo, esse movimento constituiu o sinal claro de luta dos servidores públicos em geral e dos servidores das universidades em defesa dos trabalhadores e do patrimônio público nacional.

Passados dois anos, a realidade era ainda mais nefasta: os salários aviltados por quatro anos sem reajuste, péssimas condições de trabalho, vagas não preenchidas decorrentes de aposentadorias precoces, a implementação das reformas de FHC, a que se somavam os ataques à Universidade Públi-

ca e Gratuita, em especial à sua autonomia e democracia interna – agressões incompatíveis com o anseios da comunidade universitária. Mesmo tendo sido protocolada e reafirmada desde 1996, o Ministério da Educação manteve sempre uma postura de recusa à discussão da Pauta de Reivindicações das IFES.

1998 – OS DOCENTES RETOMAM A GREVE

O acúmulo de problemas na Universidade, causados pela ação predatória do Governo, bem como a recusa do MEC em negociar soluções, levaram a Diretoria do Sindicato a propor, no Caderno de Textos preparatórios ao XVII Congresso, a realização de forte movimento dos docentes – uma greve – em defesa da Universidade, por melhores salários e condições de trabalho.

Em janeiro deste ano, o Governo alardeou que iria conceder um "substancial" reajuste salarial aos docentes das IFES. Reunidos, em fevereiro, no XVII Congresso da ANDES-SN, os professores foram surpreendidos pelo anúncio do "aumento", apresentado aos Reitores, pelo Ministro da Educação, por meio do Programa de Incentivo à Docência – PID, que instituía bolsas para os professores que atuavam na graduação. A indignação tomou conta dos delegados e observadores presentes ao congresso, diante da afronta direta à Universidade, fazendo aprovar o Estado de Greve nas IFES. As Assembléias Gerais responderam imediatamente com aprovação do Estado de Greve e a seguir do Indicativo de Greve, iniciando-se a construção de um dos mais fortes e coesos movimentos do Setor das Federais da ANDES-SN. Paralelamente à discussão do MD, os Conselhos Universitários, em sua ampla maioria, foram unânimes em rejeitar o PID, posição que a ANDIFES corroborou, demostrando claramente ao governo a insatisfação da comunidade universitária com suas políticas.

Deflagrada no dia 31 de março, a greve nacional dos professores das IFES cresceu rapidamente, envolvendo 52 Seções Sindicais em 49 IFES, não obstante a demora de algumas Seções Sindicais em aderir ao movimento. A greve teve amplo apoio dos estudan-

tes e técnicos administrativos, que viriam a deflagrá-la um pouco mais tarde.

Iniciou-se, então, intenso diálogo com a sociedade: a mídia, numa atitude ainda não vista pelo MD, passou a dar cobertura nacional à greve; articulistas apoiaram o movimento em seus textos; a sociedade reconheceu a greve como instrumento legítimo de luta dos professores. No bojo dessa discussão, diversos Conselhos Universitários emitiram nota de apoio ao movimento, que cresceu em força e legitimidade. Importante apoio veio da Frente Parlamentar em Defesa da C&T, que intermediou reuniões entre o MEC e os grevistas.

Destaca-se, nesse meio tempo, a iniciativa do governo propondo a Gratificação de Estímulo à Docência – GED, que teve duas versões – nada mais que o PID disfarçado. Em sua proposta, foi mantida a exclusão dos aposentados (pois só teriam direito a 60% dos valores dos professores da ativa), dos professores de 1º e 2º graus das IFES, dos substitutos e dos visitantes. Além disso, a GED atrelou o número de aulas à avaliação por produtividade. Indignados, os professores continuaram em greve, rejeitando em suas assembléias a GED, bem como reafirmando a não-aceitação da exclusão de professores de quaisquer reajustes que viessem a ser propostos.

Nesse cenário configurado, a vitória da Chapa 2 – *Ganhar a Andes para não perder a Universidade* – nas eleições do Sindicato, estabeleceu um conflito sem precedentes no MD: as críticas do Presidente eleito ao Comando Nacional e à Diretoria que findava seu mandato, amplamente divulgadas pela imprensa nacional, geraram uma série de insatisfações na base da ANDES-SN. Documentos repudiando as manifestações do Presidente começavam a chegar ao Comando Nacional de Greve – CNG/ANDES-SN, demonstrando a insatisfação que ora se iniciava.

A greve, nesse momento consolidada, sofreu uma dura admoestação: o MEC suspendeu os salários dos docentes, cumprindo ameaça já anunciada; pressionou os reitores para que informassem a lista dos grevistas, condição para a liberação do pagamento, e diante das negativas reteve os venci-

mentos e exigiu que a situação se normalizasse. No entanto, ao contrário do que o governo esperava, radicalizou-se ainda mais o movimento. Em várias Seções Sindicais, aposentados e substitutos que tinham recebido seus vencimentos criam fundos de solidariedade aos "sem-salário", novas adesões ao movimento ocorrem e tem início a discussão da mais emblemática ação da greve: a *Greve de Fome*.

Inicialmente pensada para forçar a liberação dos salários retidos e a abertura de negociações, foi instalada mesmo após o MEC ter efetuado o pagamento. Avaliou-se, naquele momento, que a radicalização do movimento era necessária, face à intransigência do governo em aceitar negociações com MD.

Ante as pressões adivindas do Congresso Nacional para votar o PL que criava a GED e tendo em vista o recesso parlamentar, o Movimento, respaldado pelas deliberações de suas Assembléias Gerais, apresentou uma proposta substitutiva, que contemplava todos os docentes: ativos, inativos, de 1º e 2º graus, reafirmando, naquele momento, a disposição do MD de flexibilizar para abrir negociações.

Entra em cena a Diretoria eleita da ANDES-SN. Arrogando-se autoridade conferida pelas urnas, passa a negociar, paralelamente ao CNG/ANDES-SN, instituindo uma crise sem precedentes no seio da categoria, que culminou com o fim da greve e a solicitação de convocação de um CONAD Extraordinário por grande número de Assembléias Gerais, demandando a discussão da democracia interna do Sindicato.

A GREVE, O CNG/ANDES-SN E A DIRETORIA DA ANDES-SN

Desde que o MD faz greve, a prática consagrou formas de funcionamento pautados na disciplina e respeito às decisões democráticas de base. Mesmo quando a greve era indicada por nossas "Instâncias Superiores", sua caracterização como greve nacional era determinada pela decisão da maioria das Assembléias Gerais das IFES em greve. A prática, também, consagrou a organização do CNG/ANDES-SN, com regimento de funcionamento, contendo regras de administração do momento

político da greve. Alguma rigidez poderia ocorrer, mas o objetivo era tão-somente a garantia de respeito às decisões do conjunto em greve. Assim, firmou-se na experiência a participação da Diretoria no CNG/ANDES-SN, através de representantes, geralmente não ultrapassando o número de (03) três. Embora a vida do Sindicato continuasse a fluir, em relação à greve sempre foi questão fechada que o Presidente ou qualquer Diretor agia por determinação do CNG/ANDES-SN ou quando autorizado, sempre de acordo com a prática de expressar a maioria, portanto as deliberações das Assembléias Gerais em greve. A lógica desse procedimento decorria do fato de que a greve constitui um momento de excepcionalidade, e como tal deve ser tratada. Fundada no respeito às nossas Instâncias maiores, a Diretoria deve submeter-se ao que for decidido pelo coletivo do momento especial da greve, mesmo intervindo, é claro, para levar suas posições e defendê-las, com ardor se preciso. Esse procedimento não é novidade, como tática de enfrentamento no momento difícil que é a greve e faz parte da história dos movimentos sociais. Não é também privilégio do CNG/ANDES-SN. Há pouco tempo, no final da greve dos petroleiros em 1994, apesar da grande pressão, a Federação dos Petroleiros somente pôs fim ao movimento após deliberação de suas Assembléias de Base.

A eleição da Diretoria da ANDES-SN, em maio/1998, em pleno movimento grevista, resultou numa nova configuração política. A Diretoria em exercício perdeu. Ganhou a oposição. Não cabe discutir aqui a oportunidade da eleição. A sua não realização traria tantas interrogações políticas, que complicariam mais que ofereceriam soluções.

É preciso relembrar que a entrada na greve foi diferenciada, como foram também as estratégias de parte das Seções Sindicais, assim como havia divergências em relação à pauta. O que se quer explicitar é que, embora prevalecessem democraticamente as deliberações da maioria das Assembléias Gerais, as diferenças geravam tensões, cuja responsabilidade foi atribuída às eleições. A verdade é que, subjacentes às diferenças, existiam

projetos, perspectivas e compreensões diferenciadas da greve, da universidade e do MD. Voltando às eleições, nem bem era proclamado o resultado, surgiu a tentativa de constituição de um poder paralelo de intervenção na greve, por meio da diretoria eleita, principalmente pelo seu Presidente, Professor Renato de Oliveira.

Esse posicionamento distanciava mais que aproximava a futura diretoria das bases. As críticas vieram de todas as partes, inclusive de sua base de sustentação. Ainda que tentando aplainar as dificuldades criadas pelo Presidente eleito, no entanto, parte da futura Diretoria contribuiu para o enfraquecimento do CNG/ANDES-SN, sobretudo nos últimos momentos da greve e principalmente no comecinho da nova gestão. Ações do tipo a "nova Diretoria apresenta a sua posição" corriam abertamente no Congresso Nacional. O CNG/ANDES-SN visitava gabinetes, onde já haviam passado os novos diretores com outra proposta. O argumento invocado era a existência de outra Diretoria, portanto com outra posição, como se o CNG/ANDES-SN não existisse. Aliás, é meio difícil, os de fora, partidos políticos inclusive, entenderem a democracia interna da ANDES-SN que se busca respeitar, diferentemente dos acordões de tendências, firmados casuisticamente. O Presidente da ANDES-SN, eleito e depois empossado, desrespeitou o CNG/ANDES-SN, quis desautorizá-lo, invocando o Estatuto do Sindicato Nacional, esquecendo-se que uma crise interna não se resolve com o simples enunciado da autoridade e que essa, para se legitimar, deve ser sancionada no respeito às decisões de maioria. Legitimidade só se obtém no exercício da democracia. O processo de crítica e desrespeito ao CNG/ANDES-SN foi iniciado pelo Presidente com procedimentos não utilizados em nosso Sindicato. Depois da posse, o "decreto" de término da greve no dia 09/07 (para dar satisfação ao MEC e ao "sustentáculo" da República ACM) e de encerramento do CNG/ANDES-SN, evidenciou o caráter patético desses atos que acirraram mais ainda os ânimos. Não cabe, pois, atribuir ao CNG/ANDES-SN a responsabilidade pela crise advinda dos atos da nova Diretoria.

Emocional e sensível foram adjetivos utilizados para caracterizar a *Greve de Fome*, recurso extremo a que aderiram voluntariamente 19 companheiros. Essa atitude estratégica, discutida e avaliada no CNG/ANDES-SN, foi uma opção política e que atingiu plenamente seus objetivos, criando um constrangimento político para o governo para obrigá-lo a atender as reivindicações do MD. No momento dos "acertos" com o governo, a Diretoria eleita também desconsiderou o sacrifício extremo dos companheiros. Os grevistas de fome atrapalhavam o "acordo" que previa a votação do PL da GED e sua sanção pelo Presidente da República até o dia 04/07. Essa GED, que afinal foi aprovada, depois de tanta costura, era o PID, já rejeitado pelo Congresso Nacional.

Por que o CNG/ANDES-SN foi contra e por que a *Greve de Fome* dos contra? Porque o velho PID, agora GED, concedia uma gratificação diferenciada entre os docentes em exercício e os aposentados, e mesmo entre os docentes em exercício (exclusão do 1º e 2º graus), além disso a serem submetidos, os da ativa, a uma avaliação de produtividade, largamente e muitas vezes rechaçada pelas nossas instâncias, e que não será resolvida com o estabelecimento dos critérios da avaliação a serem constituídos em uma comissão, também prevista na lei, com a participação minoritária de nossos representantes.

O movimento de greve, que nas suas diversas etapas impôs graves derrotas ao governo, foi colocado diante do dilema de permanecer em greve, para forçar o Governo a conceder um ganho igual para todos os docentes, ou sair da greve com a GED, produto das "negociações" entre a nova diretoria, o MEC e o Congresso. Embora a maioria das Seções Sindicais apresentasse fôlego, a votação do PL da GED levou ao fim da greve, cujo encerramento se deu em 13/07 por indicação do CNG/ANDES-SN, acatada pela grande maioria das Assembléias Gerais.

Ao fim e ao cabo, ainda que a obtenção da GED tenha sido contabilizada como "vitória" pela nova Diretoria, o governo conseguiu o que pretendia: dar termo à greve, na ver-

dade impondo-lhe uma derrota. Se acabou por fazer uma concessão, o fez nas suas condições, abrindo caminho para implantação de parâmetros de Universidade indesejáveis. O que houve foi mais que um acordo para acabar com a greve. Houve, sim, um acordo que abre caminho para a reorganização da "Universidade Modernizada", ferindo o seu caráter público e gratuito, findando com a isonomia e atrelando-a ao mercado.

O Movimento Docente ganhou! Em tudo, por tudo adquiriu nova força, em organização e enfrentamento. Fez a maior greve dos últimos tempos, durante 104 dias. Greve quase única, com os técnicos administrativos e estudantes das IFES, no conjunto dos movimentos sociais brasileiro. Do movimento de greve participaram companheiros, muitos com pouco tempo de ingresso na Universidade, introduzindo sangue novo na dinâmica do movimento. Na ordem do dia, para a sociedade, a greve recuperou, mesmo para o movimento, a luta histórica pela Universidade Pública e Gratuita, Autônoma, Democrática e de Qualidade socialmente referenciada, e por condições de trabalho – salário, carreira e capacitação. A greve também deixou claro que embora se caracterizasse como específica, não deveria haver perda de referências do geral e que o acúmulo de ganhos específicos desejados só teria qualidade se contribuísse para o avanço do conjunto da maioria da população.

Fica, pois, a forte convicção de que o Movimento Docente vai continuar lutando. Pela frente tem a PEC 370, o enfrentamento do ensino pago, a produtividade canhestra da avaliação da GED, o autoritarismo da Lei de Escolha de Dirigentes e os mecanismos de controle do MEC. O nosso Sindicato está vivo. A luta continua, baseada nos princípios da democracia e na defesa intransigente da construção de uma sociedade digna e justa.



Tecnologias da informação como aporte ao movimento docente

A experiência da greve de 1998

Maria Aparecida Moura
Professora do Departamento de Organização e Tratamento da Informação • Escola de Biblioteconomia • UFMG

As novas tecnologias da informação no contexto da sociedade contemporânea têm imprimido feições bastante peculiares em todos os aspectos da vida humana. Isto se faz perceptível numa breve análise da produção teórica recente; que ressalta que estaríamos vivendo sob uma nova égide, determinada sobretudo pelo caráter estratégico exercido pela informação na atualidade.

Tecnologia da Informação (TI) é uma nova denominação para um conjunto de tecnologias que até então eram de naturezas e antecedentes não interligados. Estas tecnologias envol-

Caminhos
nºs 16 e 17 • dezembro de 1998

vem computação, telecomunicação, eletrônica, que, somadas à aplicação das técnicas de gerência de recursos informacionais, potencializam a circulação de informações.

Hoje, o acesso à informação tornou-se condição *sine qua non* para sobrevivência nas sociedades de capitalismo avançado e periférico. Isto se deve sobretudo à noção de simultaneidade e interatividade no acesso à informação que, em termos globais, foi fixada pelas tecnologias.

Como reflexo dos impactos das tecnologias no cotidiano, vê-se, por exemplo, que em alternativa aos endereços territoriais, têm surgido os endereços eletrônicos, cuja referência básica diz respeito às posições geográficas de equipamentos informáticos. Neste contexto é possível não ser proprietário de um espaço territorial e, ao mesmo tempo, possuir uma identidade eletrônica, que dá a possibilidade de ir e vir no *ciberespaço.* Neste espaço virtual é possível aprender, comunicar e produzir coisas, eventos e idéias, independente de espaços físicos e temporalidades reais.

Nos últimos anos estas tecnologias têm feito parte do cotidiano dos projetos educacionais e obviamente reúnem em torno de si opiniões divergentes quanto aos seus propósitos.

As tecnologias da informação estiveram em evidência no movimento grevista deflagrado pelos docentes das IFES em março de 1998, e contribuíram significativamente para o estabelecimento de articulações e desdobramentos que foram muito além da necessária reivindicação salarial.

A Internet, instrumento articulador dos militares americanos em suas origens, tornou-se ferramenta fundamental para mobilização, articulação e divulgação dos propósitos das nossas reivindicações. Foi certamente através deste novo instrumental que se conseguiu recuperar a dimensão pedagógica do Movimento Docente.

A defesa intransigente da Universidade pública, gratuita e de qualidade para todos foi o catalisador dos esforços que uniram num mesmo movimento cidadãos comuns, estudantes, aposentados e jovens professores.

No processo de consolidação da greve houve dificuldades decorrentes da enorme renovação de quadros, já que as recentes reformas ocasionaram um número acentuado de aposentadorias nas instituições públicas. No entanto, e apesar disto, simultaneamente iniciou-se toda uma renovação de estratégias que fortaleceram e estabeleceram novas formas de mobilização do Movimento Docente.

Neste aspecto, os professores mais experientes tiveram um grande alento: a renovação se consolidava em bases firmes. As lições de cidadania, mescladas em suas aulas nas décadas de 80 e 90, foram incorporadas aos discursos e práticas da nova geração de docentes. E se a condição de "novos" fragilizou o Movimento em seu nascedouro, foi exatamente ela que possibilitou ousar novas formas de articulação da greve.

Através da elaboração de tapetes temáticos, aulas públicas, concertos, palestras e do apaixonado abraço ao Campus, renovaram-se as preocupações com os rumos da educação no Brasil.

Certamente estas preocupações ultrapassaram os limites da paixão e ajudaram a repensar as ações de resistência aos constantes ataques à Universidade pública brasileira presentes nos cortes de verbas, e nos miraculosos projetos governamentais que trazem em seu interior o forte intuito de solapar e vilipendiar ainda mais o patrimônio público.

Buscando unir esforços, os docentes conseguiram colocar as suas competências técnicas a serviço das diversas necessidades postas pelo movimento, tais como a elaboração de análises econômicas, traduções, *releases*, aulas, palestras, performances artísticas, organizações de informações, estruturação de *home pages,* dentre outras. A cada rodada de negociações com o governo ou o surgimento de contra-informações sobre a natureza da greve, iniciava-se uma rápida corrida contra o tempo cujos objetivos eram construir ferramentas de qualidade que ajudassem a nortear de forma coerente os rumos do movimento.

Neste aspecto o uso e a divulgação de informações fi-

zeram a diferença. Várias foram as *home pages* construídas com o objetivo de articular as informações produzidas. Comparativamente, estas novas estratégias de mobilização superaram em agilidade os antigos boletins informativos e foram extremamente úteis, na medida em que no ambiente acadêmico é uma ferramenta bastante disseminada. A visita aos *sites* da APUBH, ANDES e MEC tornou-se atividade obrigatória nestes novos tempos.

Assim também realizaram-se a passeata cibernética e o envio de *e-mails* orquestrados a deputados, senadores e à grande imprensa nacional com intuito de estabelecer um canal de comunicação que buscou dentre outras coisas sensibilizar e esclarecer sobre os reais objetivos da greve.

Compreender a dinâmica interna deste movimento tem exigido muita maturidade dos docentes; desde questões elementares como o esclarecimento acerca do significado das diversas siglas adotadas (AD, AG, GED, CONED, etc.) à compreensão das lógicas de organização e representação sindical no Brasil. A participação ativa da base do movimento na consolidação de seus rumos sinaliza um desafio a ser enfrentado pelas lideranças sindicais.

Se, por um lado, a nova dinâmica estabelecida para reconstrução do movimento docente representa *prova de fogo* para as lideranças sindicais, por outro significa a rearticulação das forças vivas presentes nas Universidades públicas brasileiras, o que sinaliza para o firme propósito de defendê-las ante os projetos que buscam ajustá-la aos novos tempos de globalização.

Neste sentido parece-nos fundamental a permanente incorporação crítica das tecnologias da informação ao cotidiano do movimento docente, na perspectiva de fortalecer as nossas práticas e de fazer face às requintadas políticas de sucateamento da Universidade pública.

Universidade

(Des)estímulo programado

Sérgio Martins
Professor do Departamento de Geografia • Instituto de Geociências • UFMG

"Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço."
(Ítalo Calvino)

Neste início de ano, nós, professores das instituições federais de ensino superior, retomamos nossa campanha por reposição e aumento salarial, que, afinal, não percebemos já há mais de três longos anos. Neste ano, porém, nos deparamos com um fato novo, por assim dizer. Trata-se do Programa de Incentivo à Docência, amplamente divulgado pelo governo federal no mês de fevereiro como um

"aumento salarial significativo" para nós, professores universitários, reconhecendo (a contragosto) que nossos salários encontram-se defasados. Contudo, não se trata de "aumento indiscriminado", como fez questão de salientar na ocasião o sr. presidente da República.

De fato, o texto da medida provisória pela qual foi instituído o PID (mais uma sigla para o cipoal burocrático), publicado oficialmente só após sua divulgação espetacular pela imprensa, esclarece que o programa não visa a todos os docentes das IFES. Quanto ao regime de trabalho em que se encontram, somente dele serão "beneficiários" os do quadro efetivo em regime de trabalho de dedicação exclusiva ou 40 horas semanais, ficando, portanto, excluídos os docentes em tempo parcial de 20 horas semanais. Quanto às atividades, considerando-se a finalidade do referido programa de "estimular e valorizar o envolvimento de docentes com o ensino, especialmente com a modernização e transformação do ensino de graduação", somente serão "concedidas" bolsas (que é, afinal, do que se trata) aos que dedicam no mínimo 10 horas semanais à docência, com ao menos seis delas dedicadas ao ensino de graduação em sala de aula.

Talvez seja difícil para boa parte da sociedade, que sequer suspeita quais são as atividades desenvolvidas pelos professores universitários, compreender que (ao menos nas universidades ditas públicas) nossa jornada de trabalho não se resume aos compromissos com as salas de aula, ou, num plano mais amplo, com o ensino. Quais os professores que não encontram dificuldades para explicar que o seu tempo de trabalho não se dispõe apenas com preparação de aulas, aulas propriamente ditas, atendimento a alunos sob diferentes formas, entre outras atividades relacionadas diretamente com o ensino? Quantos já receberam de vizinhos e parentes indagações, olhares curiosos, ou pior, indignados, por cumprirem uma jornada de trabalho diferente dos padrões a que são submetidos trabalhadores da indústria, do comércio, do setor de serviços? Há muito que os professores universitários encontram-se mergulhados numa jornada de trabalho flexibilizada, para utilizar uma

palavra-chave da moda em vigor. Para a maioria, tal jornada representa bem mais que 40 horas semanais. Gostaria de conhecer algum professor que não teve sua vida pessoal e familiar freqüentemente invadida e minada pelos afazeres da universidade, acarretando inquietações e angústias não raro carregadas para dentro de casa. Aquilo que para outros trabalhadores aparece como tempo do lazer, como tempo do não-trabalho, bem delimitado em relação ao tempo do trabalho propriamente dito, embora dedicado à reposição de suas capacidades produtivas, é algo mais difuso para um professor universitário, especialmente para aqueles envolvidos com atividades de pesquisa. E aqui me aproximo do ponto central destas reflexões.

Não é preciso grande esforço para reconhecer que este programa, alardeado de antemão pelo governo federal como um "aumento significativo" para nós, não implica qualquer aumento salarial, nem mera reposição de perdas do salário real, tampouco faz o salário nominal avançar um milímetro, ou melhor, algum mísero real. Essas distinções, das quais qualquer aluno mediano de economia é conhecedor, são ardilosamente manipuladas pelos homens de Estado, sobretudo pelos de fé cega na ação supostamente redentora de todos os males da modernização, essa noção tão genérica quanto imprecisa. Estamos, de fato, diante da concessão de bolsas – em número limitado – para uma das chamadas atividades-fim do trabalho universitário, o ensino de graduação. A constatação de que se trata em verdade de cotas de bolsas destinadas às IFES, diferenciadas de acordo com a titulação dos docentes (60% do total de doutores; 50% dos mestres e 40% dos especialistas), e que, portanto, não abrangerão a todos, revelou (inclusive para muitos dos acometidos por demasiado ceticismo) a indisposição do governo federal em retirar nossos salários da situação de arrocho a que foram condenados. Somado à insinceridade com que o presidente da República e seu ministro da Educação apregoavam à opinião pública a concessão de um aumento substancial de salários a nós, isso logo serviu para elevar o nível de indignação.

O efeito imediato de mais esta afronta (que certamente não será a última) pôde-se perceber através do expressivo número de professores presentes nas primeiras assembléias. A indignação provocada pelo programa foi rapidamente avaliada como um "tiro pela culatra", em direção aos que esperavam, através dele, arrefecer a disposição dos docentes em participarem da campanha salarial. Nas assembléias – bem mais concorridas que nos dois anos anteriores – vários professores destacaram que as preocupações e esforços devem estar centrados na reposição das perdas salariais acumuladas ao longo deste largo período. Entretanto, é importante ter em conta que indignações, não raro formuladas em termos morais, podem até incomodar, mas não bastam para deter ou reverter as ações estratégicas diante das quais nos encontramos. A permanecer nesse plano, as respostas que vierem a ser formuladas estão fadadas à assimilação. Ou seja, algumas concessões são passíveis de serem feitas (e já começaram a ser feitas) para acomodar as inquietações e descontentamentos provenientes (e até previsíveis) da abertura de mais este capítulo de efetiva imposição de um modelo desastroso às universidades federais. Não se trata, portanto, de mero episódio. Concessões que, evidentemente, buscam preservar o essencial: a modernização das universidades.

É significativo que o desdobramento subseqüente deste capítulo, a saber, o envio (no dia 4 de março) de um ofício circular do secretário de educação superior aos dirigentes das IFES com alguns esclarecimentos sobre o PID, já contivesse algumas concessões com o sentido a que aludi. Despercebidas num primeiro momento, permitiram as mais diversas interpretações. Tomemos o que se passou na assembléia geral de professores desta universidade realizada no dia seguinte: vários colegas mencionaram a desfaçatez governamental, facilmente reconhecível quando, por exemplo, se lê no referido ofício que a quantia de recursos financeiros definida para este programa "não implicou e nem [sic] implicará em concorrência com os recursos destinados à pós-graduação e à pesquisa". Como é sobejamente conhecido, o chamado

"pacote fiscal" imposto pelo governo federal no final de 1997 provocou um "sumiço" de recursos da mesma monta para as bolsas de pesquisa de pós-graduação e de iniciação científica. Entretanto, alguns colegas chegaram a afirmar que outros dos demais "esclarecimentos" sobre o PID já poderiam ser entendidos como uma primeira vitória resultante da mobilização dos docentes. Uma análise mais acurada, difícil de ser feita naquela ocasião, decerto, pode, todavia, colocar a descoberto contradições presentes no texto e no contexto. Para tanto, é preciso salientar desde logo a presença de um certo equívoco nas referências à lógica deste governo. Inadvertidamente o reconhecemos como perfeitamente estruturado e dotado de certa coerência. Ora, não existe lógica do Estado no sentido em que os filósofos o representaram nas suas cabeças, como edifício monolítico que coroa a sociedade. O que há são estratégias políticas (com maiores ou menores possibilidades de êxito) pelas quais grupos e/ou frações de classes sociais procuram orientar o conjunto social de acordo com seus interesses. Um exame menos apressado deste PDI e seus "esclarecimentos" subseqüentes permite ver que, ao contrário, as fissuras no edifício são muitas. Algumas mais expostas podem ser elencadas:

1 • à primeira vista o programa carrega um "pecado original" em relação à autonomia universitária. A destinação de uma determinada quantia de recursos financeiros para as IFES com prescrição do onde e do como deve ser gasta passa ao largo, evidentemente, de qualquer coisa que possa ser denominada de autonomia. No caso específico, ficam desconsideradas as instâncias das universidades nas quais é discutida e definida a política dos cursos de graduação. Mas a pergunta capital tem de ser feita. O que se entende por autonomia universitária?

2 • o PID se propõe a estimular o envolvimento dos docentes com o ensino, mas ficou agora ressalvada a possibilidade de os envolvidos com a burocracia universitária (cargos de direção e chefia ou em função gratificada, e que, portanto, já são remunerados por isso) participarem dele. Essa contradi-

ção flagrante é denunciadora do esforço governamental em acomodar as inquietações oriundas dos que se encontram à testa da universidade. Ora, o exercício de atividades diretivas deve ser ocasional, ao menos para os que não o têm como fim último de sua presença na universidade. Partindo-se do princípio de que os chamados "carreiristas" e seu mundo específico devem ser combatidos, não sei como esta concessão feita pelo governo federal pode ser entendida como uma primeira vitória da mobilização;

3 • nem todos os cursos dispõem de atividades vinculadas à graduação (especialmente disciplinas) em quantidade suficiente para permitir a amplo número de docentes que se credenciem ao recebimento das bolsas. No caso específico das disciplinas (decisivas para o credenciamento ao programa), há que salientar as pressões da cúpula universitária, através da pró-reitoria de graduação, para que as alterações curriculares nos cursos contemplem a redução da sua participação relativa na formação dos alunos pela incorporação, para fins de obtenção de créditos, de diversas outras atividades, a maioria, aliás, já existente. Portanto, a situação de verdadeiro engalfinhamento entre professores por disciplinas, que já se esboça, se acirrará;

4 • os docentes que ficarem ao desabrigo, isto é, não receberem bolsas, não têm seus compromissos com o ensino de graduação cancelados. Isso é válido, e trágico, especialmente para aqueles já condenados à condição de meros "aulistas", aqueles que da universidade só conhecem bem o giz, o quadro negro e algum outro recurso didático tido como moderno. Os que se encontram em regime de dedicação exclusiva continuarão a preparar cursos, ministrar aulas, orientar alunos, considerando-se a preservação da indissolubilidade entre ensino e pesquisa já seriamente afetada pela política de concessão de bolsas à pesquisa, que outrora estabeleceu uma grave distorção na atividade universitária. A oferta de bolsas para o ensino de graduação não pode ser lida como mais uma distorção?

Essas considerações iniciais visam não só a colocar dú-

vidas com relação à suposta eficácia do programa que, como tudo o que provém da racionalidade estatista, assume ares de perfeição. Elas servem para adentrar no amplo terreno da crise da universidade. Como? Crise da universidade? Ouve-se e fala-se cada vez menos nela. Forte indício de que a ação modernizadora tem progredido a passos largos nas universidades, que, afinal, abraçaram o "modelo certo". Para questioná-lo, as denúncias recorrentes de "desmonte" da universidade têm fôlego curto, a meu ver, se não forem acompanhadas de uma análise concreta capaz de, ao menos, explicar o que tem sido posto em escombros e o que vem sendo feito com os cacos. A consciência do estilhaçamento das universidades não significa conhecimento sobre o processo de *integração desintegradora* no qual se fundamenta a construção de uma universidade cujas feições vão adquirindo nitidez.

Ao mesmo tempo, deve-se ter em consideração que a ideologia da modernização e as estratégias que a acompanha não são novas, nem estranhas à universidade. Elas não foram criadas pelos que agora se encontram aboletados no Estado em consonância com os que ali sempre estiveram. A rigor, não estamos diante da criação de algo novo para a universidade, ou, se quisermos ser mais generosos, da criação de uma nova universidade como resultante da colocação em prática das idéias engendradas pelos que recentemente ascenderam ao poder do Estado. A modernidade tem isto de particular: faz o "neo" assumir ares de criação, do inteiramente novo. Faz a imposição de modelos à sociedade parecer projeto de transformação, quando, em verdade, assistimos ao aprofundamento e à reiteração do que já estava posto. Sintoma, ademais, do esgotamento das possibilidades criativas da modernidade, isto é, das forças políticas e econômicas nela prevalecentes.

O solo no qual as universidades estão sendo reconstruídas vem sendo preparado e adubado desde os anos 40 e 50, quando então algumas sementes nele lançadas germinaram. Já tive oportunidade de me deter um pouco mais sobre isto noutra ocasião. Quero apenas enfatizar que muitas das se-

mentes que brotaram, sobretudo no início dos anos 60, com a fundação da UnB por exemplo, e foram depois semeadas *manu militari* pela reforma universitária de 68, eram sementes "alteradas geneticamente". Explico-me: as proposições em favor da modernização da universidade brasileira compareciam, especialmente naquele momento, como "idéia-força" dos segmentos sociais que viam a sua alteração como necessária às tentativas de modificação da própria sociedade. Dentro da universidade a reforma era tida como *conditio sine qua non* para a "eliminação dos entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil", por exemplo, pela UNE[3]. Tratava-se de combater, em especial, a auto-reprodução de uma universidade onde se abrigou aquele "mundo fora do mundo" de que já falava Sérgio Buarque de Holanda, ou seja, aquela "cultura" de homens que se deleitavam, em seu amor às letras, com uma "realidade artificiosa e livresca", deveras apropriada aos membros de uma elite que tinham horror da dura realidade do mundo às suas voltas, da qual, no entanto, se nutriam[4]. As idéias de Álvaro Vieira Pinto no começo dos anos 60, que muito influenciaram o movimento estudantil da época, eram impiedosas a este respeito[5]. Em certo sentido, porém, as diferentes frações da classe dominante, então organizadas em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), possuíam preocupações similares a respeito do que uma figura de proa dos primórdios do regime militar chamava de "universitário desocupado"[6].

Não se pode esquecer que o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia (atualmente travestida) de que a prioridade dada ao crescimento econômico não apenas asseguraria o desenvolvimento social, mas desembocaria nele, reverberava dentro e fora da universidade, ecoando fortemente em todos os seus escaninhos. Um certo "pensamento" que então se dizia inspirado em Marx, e bafejava concepções de grupos políticos "à esquerda", teve grandes responsabilidades nesse processo. Como equivalente à modernização (termo não-marxista), a expressão "crescimento das forças produtivas" guardava também um caráter mistificador, uma vez que es-

tava embebida na concepção etapista e linear de que o processo histórico passa necessariamente pelo fortalecimento do capitalismo (da ação econômica burguesa) como condição para alcançar o socialismo. Essa concepção mecânica da História (duramente desmentida) não poderia fazer outra coisa a não ser amplas concessões à reprodução ampliada da sociedade vigente. No caso específico da redefinição das universidades nos anos 60, essa vulnerabilidade traduziu-se na incorporação desfigurada das proposições modernizadoras formuladas "à esquerda" pela chamada reforma universitária, implementada então pelos militares. As recomendações privatistas dos assessores da USAID (United States Agency for International Development) só fizeram ratificar e reforçar o atrelamento do ensino superior ao gosto e arbítrio do Estado e do grande capital, ambos necessitados de formação de pessoal especializado (pois, em parte, é para isso que lhes convém a educação em geral e a universidade em particular), sendo que o último também estava interessado nas possibilidades de ampla mercantilização do ensino superior a serem abertas pela pouca expansão do ensino financiado pelo Estado.

Apesar do momento político nada "arejado" dispensar os burocratas de então da necessidade de apresentarem argumentações a respeito da modernização em curso, era recorrente a retórica de que o ensino público gratuito é privilégio de poucos e sua "democratização" só seria alcançada pelo "estímulo" à expansão do ensino pago[7]. Na realidade, o modelo de modernização imposto ao ensino superior no Brasil propiciou, desde então, a abertura de um campo bastante fértil, no qual ainda hoje proliferam grupos empresariais que não têm outro compromisso a não ser o de atender ao "mercado consumidor" que demanda seus produtos, ou seja, os cursos que oferecem. Como se sabe, nas faculdades e universidades particulares os imperativos da busca do lucro, que as norteia, não raro as leva a dar preferência aos cursos que requerem menos investimentos (em geral os de ciências humanas). Não é certo, portanto, que haja uma formação de pessoal em sintonia com as

demandas do mercado de trabalho.

Além desse aspecto mais visível do que é chamado de privatização do ensino, a partir dali cavava-se também, nas universidades financiadas pelo Estado, o fosso entre os "centros de pesquisa" e os "colégios de 3º grau" que, ao contrário do que se pensa, coexistem em qualquer instituto ou faculdade. O que ocorre na prática das unidades em que se decompõem as universidades são aquelas atividades denominadas por Marilena Chauí[8], a saber:

1 • as da escola do prestígio curricular, onde o docente não é pesquisador e tampouco se dedica à docência em tempo integral, mas a exerce parcialmente pelo fato da apresentação em seu currículo como docente de uma universidade pública render-lhe prestígio e dinheiro nas atividades que exerce fora dali;

2 • as da escola de complementação salarial, que tem como regra o financiamento extra-orçamento de pesquisas reduzidas à condição de prestação de serviços encomendados, na qual a autonomia universitária é pouca ou nula, uma vez que os temas e objetos, a metodologia, os prazos, bem como a utilização dos resultados, têm origem e finalidades externas; e, finalmente,

3 • aquelas próprias à universidade pública propriamente dita, onde os docentes encontram-se em dedicação integral ao ensino e à pesquisa. "[...] é a que mantém um vínculo interno entre docência e pesquisa, portanto, entre formação e criação, conhecimento e pensamento, realizando as pesquisas fundamentais, ou seja, as de longo prazo, independentes, que acarretam aumento de saber, mudanças no pensamento, descobertas de novos objetos de conhecimento e novos campos de investigação, reflexões críticas sobre a ciência, as humanidades e as artes, e compreensão-interpretação das realidades históricas."[9].

Os dois primeiros grupos de atividades compõem o núcleo duro do modelo de modernização, que consiste no divórcio entre as atividades de docência e pesquisa, produzindo, assim, "a 'universidade de serviços', baseada na docência e pesquisa 'de resultados'"[10]. Neles estão contempladas mo-

dalidades de privatização da universidade pública. A "escola do prestígio curricular" permite uma apropriação individual do que ainda há de prestígio nas universidades públicas visando à legitimação de carreiras não-acadêmicas. Há que se acrescentar, porém, que o ensino na universidade está fadado a ser o terreno árido dos meros retransmissores de conhecimentos de cujo processo de criação e desenvolvimento não participaram. A presença do "aulista" e seu ensino tristemente rotinizado, preconizada pela LDB (itens II e III do art. 52), onde não mais figura o regime de dedicação exclusiva (cuja defesa veemente não pode ser esquecida), se estenderá em função da deliberada indistinção entre democratização das universidades e massificação do ensino de 3º grau. Em contrapartida, ou melhor, como contraface da mesma moeda podre da privatização, o segundo grupo de atividades concerne fundamentalmente àquelas pesquisas que, pela quantidade de recursos nelas envolvidos, propiciou o surgimento de uma gama de fundações e centros de pesquisa especializados e, ao mesmo tempo, desprovidos de vínculos orgânicos com a acepção mais rica de universidade a que se refere o terceiro grupo de atividades. O financiamento de pesquisas em função de interesses específicos, quer de corporações empresariais, quer mesmo de órgãos e/ou empresas governamentais (que hoje encontramos sob o epíteto de "parcerias"), foi, e continua sendo, a brecha maior pela qual se estabeleceu, na prática, a integração desintegradora da universidade.

Aqui, mais uma vez, o lado visível é o menos perverso. A participação de docentes nos centros de pesquisa passou a afastá-los das atividades do ensino propriamente dito em virtude da prioridade que as atividades de pesquisa passaram a ter, quer pelas pressões dos contratos celebrados, quer pelos resultados monetários auferidos através deles, quer por ambos. Os demais, não-participantes do "banquete", passaram a ter, então, duas alternativas para tentar alguma recomposição salarial: abraçar o "carreirismo", que recobrará fôlego em função das perspectivas de majoração das gratificações que percebem, ou o

duro e longo percurso das campanhas salariais, como a que estamos vivendo neste dias. É por conta dessa fragmentação que os apelos à unificação do movimento docente, comuns em momentos como este, não passam de apelos lançados ao vento. Encontram-se no mesmo caminho (a meu ver equivocado) as avaliações que consideram este capítulo recente como uma sinalização efetiva do governo federal no sentido de valorizar o ensino.

Creio ter deixado claro que o trajeto da redução das atividades universitárias à "docência e pesquisa de resultados" implica na desintegração da própria universidade enquanto perda da capacidade de oferecer aos que a ela chegam e a vivenciam as condições para que se ponha, ao indivíduo, as possibilidades de rompimento das barreiras de classe, de superação dos bloqueios e limites encerrados na posição social que ocupa e a partir da qual percebe e pratica o mundo, redefinindo e ampliando, assim, o sentido e as perspectivas de sua participação nele. A formação de pessoal, papel a que a universidade vem sendo fortemente impelida a desempenhar, foi, no curso desse longo processo histórico, apartada das preocupações e ações em favor da formação de pessoas. Sua participação no processo ressocializador, potencialmente libertador, como diria Paulo Freire, foi condenada à obsolescência por esse desestímulo programado, e encontra-se, quando muito, acantonada em alguns poucos cursos das chamadas ciências humanas.

Esse mar de embotamento, de comprometimento e deslumbramento nauseantes com o poder e os poderosos em que têm sido transformadas as universidades, demonstra que nenhum caminho vem sendo trilhado. Há uma distinção entre caminho e modelo[11]. Este último é imposto, pela força, ou, pior, pela persuasão. Não é senão um instrumento político poderoso do qual se servem as estratégias redutoras que procuram circunscrever as diferentes capacidades humanas (a ciência, a técnica, a arte, a criação e a imaginação), ao mundo das mercadorias, no qual a celebração e consagração do poder do dinheiro pelo saber é apenas a resultante das investidas contra as práticas poten-

cialmente criadoras. Não se pode, portanto, imaginar que das atuais cabeças "bem-pensantes" que coabitam o Estado possa sair algo para além da histórica incapacidade demonstrada pelas classes e frações das classes dominantes deste país (caudatárias de uma mundialidade na qual pouco ou nada deliberam) em universalizar as conquistas da humanidade entre nós.

Não se trata de uma terrível contradição o fato de terem saído das próprias universidades (*locus*, por excelência, da produção de conhecimento novo) esses personagens pouco interessantes, subservientes à factualidade e à fatalidade, incapazes de perceberem o inferno, tornando-se dele indistintos? Abrir espaço para tentar sair desse campo estreito de representações, onde as labaredas já vão alto, é tarefa e desafio que se colocam à prática criadora e ao pensamento crítico.

NOTAS

[1]Este texto, elaborado durante as primeiras semanas de mobilização dos docentes das IFES que antecederam a extensa greve de mais de 100 dias, foi lido e discutido com alunos de graduação no dia 18 de março (primeiro dia de "paralisação" dos docentes das IFES), tendo sido, inclusive, utilizado por outros professores como tentativa de convidar os alunos a uma reflexão não simplificada sobre a universidade brasileira e seu momento recente. Decidi mantê-lo do mesmo modo como chegou às salas de aula, isto é, como reflexões datadas, feitas no contexto de nossas incertezas quanto às possibilidades a serem abertas e realizadas por uma greve cuja deflagração estava, naquela ocasião, apenas se esboçando. Por esse motivo, as referências imediatas concernentes à atuação do governo federal naquele momento, caso específico do PID (cujos pressupostos essenciais encontram-se preservados sob a forma da GED), perderam atualidade. O que não revoga a discussão de fundo referente à integração desintegradora, como denomino o processo de mo-

dernização das universidades brasileiras, que agora vem sendo aprofundado. O PID e a própria greve com seus desdobramentos são o capítulo mais atual desse processo.

[2]MARTINS, Sérgio. *Notas e reflexões sobre a universidade de privações.* Universidade e Sociedade, São Paulo, ano 7, n.13, jul. 1997, p.108-116.

[3]CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica*: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, P.240-241

[4]HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, [1936] 1994.

[5]PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, [1961] 1986.

[6]No Fórum "A educação que nos convém", organizado pelo IPES no final dos anos 60, o então ministro do planejamento do regime militar expôs o que chamou de "defeitos genéricos" da educação brasileira, particularmente da universidade. Entre eles Roberto Campos destacou o fenômeno do literato desocupado", apresentando-o como segue: "[...] o desajustamento entre o tipo de ensino fornecido e as vocações práticas exigidas pela sociedade, criou esse fenômeno do letrado ou do universitário desocupado. Se persistirmos no Brasil num planejamento tradicionalista da educação, é muito possível que enfrentemos fenômenos semelhantes. É claro que a produção, por exemplo, de advogados está francamente superior, no momento, à demanda do mercado de trabalho, resultando que eles têm que ser desviados para ocupações alternativas, que possivelmente exigiriam um treinamento mais rápido e mais barato. Suspeito que também os economistas, em breve, apresentem problema semelhante. [...]
O advogado não-especializado e o economista mal treinado, figurarão provavelmente nas listas dos excedentes. Não de excedentes à espera de educação, mas de excedentes de mão-de-obra mal treinada, segundo critérios irrealistas à luz do mercado de trabalho' ". (CAMPOS, Roberto de Oliveira. Educação e desenvolvimento econômico. In: IPES. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1969, p.75).

[7]Há mais de 30 anos, o sr. Roberto Campos afirmava o seguinte: "Apenas 5% da população universitária provêm de grupos econômicos que não podem pagar educação universitária; 95% são representadas por classes que podem pagar, porque são de renda alta.
É necessário estudar o problema de modo que aquelas classes que representam 95% paguem, a fim de que com esse dinheiro possamos criar bolsas de estudo para uma grande massa de estudantes pobres que não podem chegar aos bancos universitários." (CAMPOS, Roberto de Oliveira. Educação e planejamento. In: BASTOS, Humberto (coord.). *Educação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1966, p.19-20).
Recentemente o atual presidente do Banco Central expressou publicamente este raciocínio bastante raso, inclusive com os mesmos números. Certamente não se deve apenas a esta "coincidência" o seu reconhecimento como uma "versão atualizada" do sr. Campos. O certo, porém, é que esta forma de raciocínio encontra-se indelevelmente fossilizada em muitas das cabeças "bem-pensantes". Algumas delas no interior das universidades públicas.

[8]CHAUÍ, Marilena. USP 94: a terceira fundação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n.22, set./dez. 1994, p.49-68.

[9]Ibid., p.52-53.

[10]_____. Em torno da universidade de resultados e de serviços. *Revista USP*, São Paulo, n.25, mar./mai. 1995, p.54-61.

[11]LEFEBVRE, Henri. *Le manifeste différentialiste*. Paris: Éditions Gallimard, 1970.

GIBEVE 98

A greve de 98: um depoimento

Maria Dirlene Trindade Marques
Professora do Departamento de Ciências Econômicas • FACE • UFMG

INTRODUÇÃO

Avaliar a greve dos professores de 1998 é uma tarefa complexa diante da grandiosidade do movimento, do momento de crise econômico-social e do extremado autoritarismo do governo. Minha participação nesta greve foi pautada por certa cautela. Em diversos momentos evitei assumir papéis mais ostensivos, como por exemplo no primeiro ato conjunto com os estudantes e no "Abraço à UFMG". Mesmo nas Assembléias Gerais procurei manter uma atuação mais discreta. Essa postura em grande parte se explicava, seja pelo fato de haver recentemente encerrado mandato de Presidente da APUBH, seja também por pertencer a uma

das chapas que concorriam à direção da ANDES-SN.

Decorridos agora cerca de três meses de sua suspensão, tentarei fazer neste artigo uma análise mais isenta da greve de 98, sem perder, porém, o referencial de compromisso com a construção de uma sociedade mais igualitária e solidária, de uma universidade mais ética e de manutenção de princípios pessoais de honestidade e sinceridade.

Entender esta greve passa por entender de um lado a história da ANDES, da APUBH e da Universidade. Ela foi um instante em que se questionou não só nossa forma de organização e posições históricas, mas também a universidade e a nossa relação com outros movimentos, em especial o do funcionalismo público. De outro lado, passa por entender o quadro mais geral do enfrentamento de um governo truculento, com um projeto muito claro para a sociedade, onde as universidades públicas devem se transformar em Organização Social. Estas situações vão permear todo o movimento grevista.

BREVE HISTÓRICO

A greve vai ser a última alternativa encontrada pelo movimento ao fechamento do governo que, através de Medidas Provisórias (MPs), implementava seu projeto de uma universidade produtivista, autoritária e elitista. As MPs eram editadas indiscriminadamente, abordando desde questões acadêmicas até as de organização interna, como a escolha de dirigentes e as formas de avaliação.

O Movimento Docente tem sempre buscado atualizar seu plano de luta através de suas instâncias democráticas. A posição ultimamente predominante é a de que a defesa de nossos salários e da Universidade deve ser uma luta da sociedade e de todo o funcionalismo, pois passa pela Reforma do Aparelho do Estado; da forma como está sendo imposta pelo governo, ela destrói todas as conquistas históricas dos trabalhadores. Explica-se assim nossa união com os aposentados e com o restante do funcionalismo contra a reforma da Previdência. Procuramos em 1996 construir uma greve conjunta com os Setores Públicos

Federais (SPFs), quando após um ano de constantes intervenções sobre a universidade (provão, escolha de dirigentes, LDB, cortes de bolsas etc.), o governo desconheceu a existência de uma data-base para o funcionalismo. A resposta a essa iniciativa foi pouco positiva, inclusive na UFMG.

Não conseguimos uma mobilização maior devido à inexistência ainda de condições objetivas ou por causa da proposta de luta conjunta com os SPFs? Ou por essas duas simultaneamente? Enquanto continua o debate sobre estas questões e não se redefinem as posições, intensifica-se o trabalho de denúncia e de mobilização da sociedade em defesa da universidade e dos serviços públicos que estavam sendo destruídos. A campanha com maior repercussão foi a dos SPFs: 1000 dias sem reajuste salarial, desencadeada em agosto e setembro de 1997.

No final de 1997, a diretoria da ANDES, a partir da análise de que diante da fragilidade organizativa dos SPFs não se visualizava uma mobilização maior e de que o desrespeito para com a universidade e seus profissionais já tinha criado um clima de indignação capaz de levar os docentes a uma mobilização bem sucedida, propõe, no caderno de textos do Congresso, uma greve específica dos professores. O fator determinante para desencadear o movimento foi dado porém pelo governo, com a arrogância que lhe é habitual, ao editar uma medida provisória estabelecendo um *Programa de Incentivo à Docência (PID).* Este Programa, que estabelecia critérios aritméticos de valorização do trabalho docente, também usados na GED (Gratificação de Estimulo à Docência), foi rechaçado por unanimidade. Suas normas são simplistas, incompletas, ineficientes e, sobretudo, visam gerar um produtivismo quantitativista, que poderá levar as IFES à mediocrização, estimulando a competição desenfreada, favorecendo a instalação de mecanismos espúrios e, no limite, clientelistas e corporativos. Tudo isto em detrimento do espírito crítico e da reflexão criativa que deveriam nortear uma produção científica, tecnológica, cultural e artística, capazes de garantir um projeto de desenvolvimento com compromisso social e ao mes-

mo tempo voltado para a inserção soberana do país no atual contexto globalizado. Com intensa indignação o Congresso de Professores propôs o estabelecimento não só do Estado de Greve, e a discussão do PID nas diversas universidades, mas também a recomendação de se estudarem novas formas de mobilização.

A resposta foi imediata: grande presença nas Assembléias Gerais que, com indignação semelhante à manifestada no Congresso dos Professores, repudiam o PID. A partir daí, desencadeou-se toda a dinâmica do movimento na busca de uma difícil unidade nacional, dadas as peculiaridades regionais, o nível de mobilização de cada AD e a posição das diferentes lideranças. Após todo o processo de assembléias locais e reuniões nacionais, definiu-se um dia nacional de paralisação e indicou-se o dia 31 de março para o início da greve. A reunião do Setor das Federais, nos dias 27 e 28 de março, contando com a participação de 31 AD's, define-se pela greve a partir de 31 de março (17 votaram pela greve a partir de 31, 5 contra e 9 abstenções). Todas as AD's se manifestavam favoráveis a uma intensificação da mobilização, variando a forma do que fazer e do instante adequado.

No caso da UFMG, fomos para esta reunião nacional com a greve deflagrada na Assembléia do dia 26 de março. A proposta de se esperar para uma entrada unificada no dia 31 foi derrotada, com o argumento de que o exemplo da UFMG motivaria as outras universidades. Essa primeira posição, a de não assumir a unidade, a partir de uma orientação da reunião do setor, vai se repetir na UFMG no encerramento da greve.

A partir do dia 31, deflagrada a greve nacionalmente, esta se alastra, conquistando a comunidade universitária, a sociedade e a mídia, de forma surpreendente[1]. Em um oportuno artigo no *jornal Hoje em Dia*, o escritor Roberto Drumond expressa sua visão:

"Muita gente tem medo da greve, de um modo geral.
Muita gente dirá:
– Meu filho (ou minha filha) ficará sem aula.
Muita gente dirá:
– Está bem, a greve é justa, mas ... e os 13 mil alunos da UFMG, que ficarão

sem aulas?
Aos que pensam assim, eu direi: é urgente que os professores das Universidades Federais do Brasil (e os da UFMG, em particular) tenham alegria de ser professores. Não apenas a alegria que vem do coração, que essa eles já sentem. Mas a alegria de saberem que são tratados com o respeito que merecem e, também, é claro, recebendo o salário que merecem."

Foram muitas as dificuldades de mobilização em várias AD's. Em um balanço realizado no comunicado do dia 3/04 vamos encontrar AD's importantes contrárias à greve (APUFPR, ADUFMS, ADUFPI, ADURGS), por considerarem reduzidas ou nulas as chances de vitória. Dois argumentos mais fortes eram levantados: os insucessos das greves anteriores, em especial a de 96, que desgastaram o instrumento da greve junto às bases e avaliações de conjuntura que viam o governo fortalecido na correlação de forças. Muitos acreditavam ser possível negociar com o governo proposta baseada em reajustes diferenciados por titulação, por dedicação exclusiva e outras, sem necessidade de entrar em greve.

A GREVE

Sua pauta era muito clara, consistindo em dois itens:

a) Pauta emergencial: reajuste linear de 48,65% para todos os docentes, reposição das vagas e expansão de quadros – e a rejeição ao PID.

b) Formação de uma mesa de negociação para discutir todos os itens da pauta anteriormente protocolada no MEC (26/12/96), que continha, entre outros pontos, a implantação de uma nova Carreira Docente, incorporação da GAE etc.

Esta pauta enxuta, além de ajudar na organização e divulgação do movimento, abria também espaço para a possibilidade de integração com o restante do funcionalismo – considerando que os 48,65% eram uma reivindicação comum – e para a possibilidade de contemplar especificidades locais. Na UFMG, por exemplo, o apelo maior era de natureza salarial. Dominava nas nossas assembléias a posição de que a luta era pelos salários e que não se deveria aceitar um centavo a menos. Algumas falas minoritárias privilegiavam a defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade

e consideravam o congelamento dos salários parte da política de desmonte desta universidade. Buscavam tanto denunciar a política do governo como conquistar a participação dos estudantes, funcionários e o apoio da comunidade.

O governo, durante os 104 dias de greve, portou-se da forma esperada: truculento, intransigente, mentiroso, autoritário e, acima de tudo, inarredável em sua determinação de vincular a conexão de qualquer melhoria salarial à imposição de seu modelo privativista e mercadológico de universidade pública. Além de atrelado à lógica da produtividade quantitativista e mediocrizadora, este modelo rompe a integração entre ensino e pesquisa, tornando-se aliado de um projeto de inserção subalterna do Brasil ao processo de mundialização do capital.

Esta é a questão! Estava em jogo a universidade, patrimônio da sociedade mineira e brasileira, construída com recursos do povo e que oferecia ensino de qualidade, pesquisas voltadas para a nossa realidade e extensão endereçada à comunidade. Construída com a visão de que a educação, tal como a saúde e a infra-estrutura, são direitos da condição humana e do exercício da cidadania, a manutenção da Universidade deve ser considerada obrigação do Estado. Sendo um bem público, sua qualidade deve ser rigorosamente avaliada pela sociedade, cabendo ao Estado ampliar continuamente sua oferta gratuita a todos aqueles que dela queiram fazer uso. A educação vista como um bem público não deveria estar sujeita à mercantilização lucrativa.

É preciso, definitivamente, colocar a questão dos direitos do cidadão e da obrigação do Estado. Não se trata de defender as universidades públicas e gratuitas apenas como forma de proteção às categorias que a compõem, como o governo quer fazer crer, mas como forma de garantia do cumprimento de um dever do Estado e de um direito à cidadania.

Essas instituições de ensino possuem virtudes e defeitos: preservar ou ampliar as virtudes e minimizar os defeitos deveria ser vontade política do Estado. Nossa mobilização buscava assim despertar esta vontade política do Estado.

O governo tem exagerado os defeitos da Universida-

de para angariar o apoio popular, destruí-la e colocar outra em seu lugar. Para atingir esta meta, promove o desmonte do seu funcionamento atual com corte de verba, arrocho brutal dos salários, intensificação das aposentadorias, redução do número de professores em dedicação exclusiva e contratação precária de professores substitutos, com salários irrisórios. A curto prazo, essa estratégia afeta inevitavelmente a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Ao estimular a pesquisa contratada e a extensão paga, como forma de aumentar os salários, o governo leva os professores do quadro permanente a assumirem uma sobrecarga de trabalho. As bolsas de pesquisas e o seu financiamento, ficando cada vez mais reduzidos, refletem-se sobre o ensino e a produção científica a médio e a longo prazos. Aderir à política sistematicamente proposta pelo governo é aceitar a transformação da UFMG de uma instituição com elevada qualidade do ensino – onde a pesquisa e extensão para a comunidade fazem parte da busca de aprimorar seus conhecimentos – em uma instituição meramente repetidora, de conhecimento pessoal. A greve, colocando a nu os propósitos governamentais, fez a discussão sobre a educação superior tornar-se parte da agenda da mídia e da sociedade.

GREVE NA UFMG UNIDADE DO MOVIMENTO PARA ENFRENTAR O AUTORITARISMO DO GOVERNO

Diante de um inimigo tão poderoso e com um projeto tão claro, restava-nos a busca da unidade do movimento, do envolvimento da comunidade universitária e do apoio da sociedade. Divergências internas – não procurar entender a posição do outro, mas distorcê-la para ganhar posição –, em vários instantes, foram a tônica do movimento na UFMG. Um exemplo, entre outros que consideramos paradigmático: o do chamado "atrelamento" aos SPFs.

Não encontrei uma vez sequer a presença desse termo em qualquer dos comunicados do CNG, agora que os releio com possibilidade de maior isenção. Na discussão, se deveríamos estar ou não atrelados aos SPFs, foi encaminhada

em uma Assembléia Geral da UFMG, coincidentemente na primeira após a Universidade Viva e o Abraço à UFMG, para as reuniões nas unidades. Como era de se esperar, dado o bom senso e a história do movimento docente na UFMG, todas as unidades repudiaram o "atrelamento".

A partir daí, essa vai ser a discussão mais recorrente nas assembléias, fazendo a identificação entre a posição do CNG, da Diretoria da Andes e da Chapa. Qualquer tentativa de mostrar que a diretoria não tinha voto no CNG e que a chapa Andes Autônoma e Democrática era diferente da diretoria não encontrava espaço. É também quando se torna mais aguda a contradição com o CNG, pois qualquer posição, seja de solidariedade, seja de busca de apoio junto às outras categorias, ou ainda de não se apresentar proposta ao MEC, eram vistas como "atrelamento" aos SPFs. Esta foi uma distorção equivocadamente enfrentada pelas partes envolvidas extremamente prejudicial. Sabemos que qualquer movimento sério repudia a idéia de qualquer "atrelamento" – em especial a Andes – que tem pautado sua história pela defesa da democracia e da autonomia. Está previsto no art. 4º de seus estatutos: "A ANDES-SINDICATO NACIONAL é uma Entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias".

Ninguém atrela o movimento. Dentro da nossa categoria, as decisões, mesmo quando definidas democraticamente, não são implantadas automaticamente. Quem está na direção do movimento procura encaminhar as deliberações nacionais, como forma de garantir a unidade do sindicato nacional, às instâncias de deliberação local. Como então "atrelar"? Só se também se rompesse com a democracia do movimento. Uma acusação como esta nunca foi feita àquela diretoria da Andes.

É interessante que a chapa vitoriosa da Andes, que acusava a chapa 1 de "atrelamento", no IV CONAD extraordinário vá defender a indicação do voto no Lula, indo contra toda a história da Andes, que nunca defendeu votar em um nome, mas em uma proposta.

A discussão não era esta. O que estava em disputa era, de um lado, a manutenção da posição histórica da Andes, do estabelecimento dos laços de solidariedade e da luta conjunta, e, de outro, a luta isolada de cada categoria.

No caso atual, a situação era ainda mais complicada, pois precisávamos da participação dos estudantes e dos funcionários. Como era possível fazer o Abraço à UFMG sem a participação de ambos? Ou só os chamaríamos para engrossar as nossas lutas, mas não participaríamos da deles? A mesma situação se colocava quanto ao restante do funcionalismo, em que cada um mantém sua especificidade, sua forma de organização, de negociação (até os ministérios são diferentes), mas partilhamos várias identidades, entre elas, a luta por salários. Poderíamos assim fazer atividades conjuntas, como a luta da Previdência. Mas, "atrelar", nunca.

Outra questão intrigante: a direção da Andes será contra a greve dos docentes, pois não havia ela já apresentado esta proposta no caderno de texto do Congresso?

Tivemos várias divergências sérias com as posições do CNG. Não era necessário criar mais uma. Esta do "atrelamento" provocou uma indisposição desnecessária (a não ser ganhar as eleições, mas como não sou partidária de que os "fins justificam os meios"...), dificultando tratar um coletivo como é o CNG, com o respeito que ele merece. As discussões de nossas assembléias eram consumidas em criticar o CNG e não em analisar a truculência e a posição do Governo.

Mas, como disse um professor apoiador e militante da chapa vitoriosa da Andes: na disputa eleitoral vale tudo para ganhar, inclusive distorcer premeditadamente as posições. Fatos como este impossibilitaram a discussão de pontos importantes para o movimento: como nos relacionarmos com as outras categorias? Isso fortaleceria as nossas reivindicações? Ou não? O argumento do governo era correto?

O governo argumentava que o reajuste linear não seria concedido porque o obrigaria a estendê-lo para as outras categorias. Na UFMG, a maioria aceitou esta argumentação, acreditando que a Universidade teria um tratamento diferen-

ciado, tal como já havia acontecido com outras categorias do Executivo, onde foram distribuídos ganhos baseado na produtividade. Era o mesmo que ofereciam para nós com o PID. Só que nós os recusamos com todas as suas conseqüências (competitividade, quebra da isonomia, exclusão). Havia, porém, outra interpretação para o governo não conceder o reajuste linear: ele visava separar os aposentados e o 1°.e o 2°. graus das universidades, desta forma implantando parte de seu projeto. Esta era uma questão polêmica entre nós.

A indisposição contra o CNG era tão grande que, apesar do choque que todos tiveram ao ver a negociação feita pelo novo presidente da Andes com Antônio Carlos Magalhães, aceitou-se o fato usando-se de justificativas as mais diversas. Neste episódio, o grave não foi negociar com o presidente do Senado, o grave foi romper com nossa estrutura, construída democraticamente. Tal prática tinha como pressuposto a visão de que estas prerrogativas de negociação eram legítimas a partir do momento em que os negociadores de ambas as partes foram eleitos. Esta posição nega, porém, a postura histórica do movimento docente, da democracia direta por deliberação das assembléias gerais. Aceitou-se este rompimento diante do argumento de que era "tudo ou nada". Supondo que fosse correto (ninguém tem certeza), será que os "fins justificam os meios"?

Em um mundo, como o atual, onde avanços tecnológicos têm trazido possibilidades nunca antes imaginadas para melhorar as condições de vida da população, o que a realidade tem mostrado é uma ampliação, também nunca antes imaginada, de exclusão social e de perda de princípios históricos tão caros a muitos de nós. Nesta situação, todos aqueles que querem uma sociedade justa, igualitária e humana, não podem se submeter e se contentar com o reino do "possível". A manutenção da utopia de um mundo melhor é que traz a possibilidade da transformação.

Os limites do possível nos levam a fazer o raciocínio das elites: aumento da produtividade e da competitividade para se ampliar a acumulação do capital. Neste sentido, justifica-

se tudo. Justifica-se a intensificação do ritmo de trabalho, o aumento das horas extras, a perda das conquistas sociais, a redução salarial, o aumento do desemprego, a quebra da solidariedade. Significa aceitar que os benefícios do desenvolvimento tecnológico se reflitam apenas no aumento da acumulação de capital, na melhoria das condições de vida de uma pequena parcela dos trabalhadores e na exclusão da maioria da população.

É contra isto que nos insurgimos. A greve foi a expressão maior de nossa capacidade de luta coletiva contra as amarras e o controle de um projeto imposto a todos pelo governo.

O pós-greve nos reserva desafios agudos. Teremos que enfrentar os desdobramentos da ação governamental no sentido de normatizar e implantar sua avaliação produtivista, além do confronto estratégico de fundo, relativo à natureza da autonomia universitária a ser implementada e ao futuro do próprio sistema público de ensino superior. Para isto, precisaremos ter a serenidade e a tolerância necessárias à reconstrução de nossa unidade interna, se quisermos fazer da ação coletiva nosso instrumento de luta.

Nota

[1]O detalhamento dos diferentes passos do movimento grevista de 1998 pode ser encontrado no *Boletim da ANDES-SN "InformANDES Ano IX, nº. 82 – junho/98"*

A 283058307 B
EDUCAÇÃO

A greve diante do reposicionamento da educação superior e a luta sindical

Celi Nelza Zulke Taffarel
Professora Adjunta do Departamento de Educação Física
do Centro de Ciências da Saúde • UFPE

"Enfrentamos o pior ataque à cultura brasileira, dentre todos os que já foram intentados em nosso país (...).Esta atitude criminosa, quando se trata do Estado, vem sendo assumida *sine ira et studio* pelo governo de universitários brasileiros a soldo do sistema mundial de poder"[1]

INTRODUÇÃO: O CONTEXTO DA DECOMPOSIÇÃO CAPITALISTA

A situação do Ensino Superior no Brasil está informada pela profunda crise do sistema capitalista, que tem caráter mundial. Não se trata de uma crise do sistema internacional de especulação financeira, como podem deixar transparecer as freqüentes e constantes quedas das bolsas de valores em todo o mundo. É

uma crise do próprio capital em todas as suas figuras: financeira, comercial e industrial. Para responder à crise, o Grupo dos 7 busca ajustes ao projeto de globalização da economia [2], que significam, em última instância, estratégias para manutenção das taxas de lucro do capital, a qualquer custo[3]. Fatos atuais demonstram a franca decomposição do sistema e que não existem perspectivas, pois esgotaram-se suas possibilidades civilizatórias.

Segundo as denúncias de FRIGOTTO[4], o ufanismo apologético de uma ordem mundial unipolar ressuscitou as teorias conservadoras e neoconservadoras (neoliberais), mascarando a mais profunda crise do capitalismo imperialista, neste final de milênio, decretando o fim da possibilidade de uma alternativa ao capitalismo e das teorias que o sustentam. Ao favorecer esta perspectiva unipolar que se abate sobre instituições e sujeitos políticos, defende-se o "fim da história" (Fukuyama)[5], "fim" das ideologias, das utopias e das classes sociais, conseqüentemente do proletariado, e a emergência da sociedade pós-industrial ou a sociedade do conhecimento[6]. Mas, o balanço da literatura marxista[7] mostra que a forma capital de relações sociais evidencia, neste final de século, ter esgotado a sua capacidade civilizatória, e somente pode manter-se mediante maior ímpeto de destruição. Daniel SINGER[9], ao sintetizar o pensamento de MËSZÄROS[8], que faz um balanço da crise civilizatória, deixa claro este esgotamento:

> "Na verdade, já há algum tempo o capitalismo perdeu a sua função "civilizatrória" enquanto organizador impiedoso mas eficiente do trabalho. (...) Simplesmente para prosseguir existindo o sistema funda-se cada vez mais no desperdício, na "obsolência planejada", na produção de armas e no desenvolvimento do complexo militar. Ao mesmo tempo, o seu impulso incontrolável para a expansão já produziu efeitos catastróficos para os recursos naturais e o meio ambiente. Nada disso impede ao sistema de produzir (...) desemprego em massa. Além disso,(...) o capitalismo vem, abolindo todas aquelas concessões que, sob o genérico nome de Estado de Bem-Estar, supostamente justificavam a sua existência."

Tais fatos podem ser constatados nas pesquisas de Susan GEORGE, socióloga americana especialista em dívida externa, do Instituto de Pesquisas

das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social[10], onde são demonstrados os altos faturamentos das transnacionais, que não têm nenhuma instância internacional para controlá-las, e que são superiores ao PIB de muitas Nações. Este sistema de mercados imbricados, regidos pelas leis do mercado capitalista, procura: a) *trabalhadores mais produtivos a menor custo*; b) *matérias – primas mais baratas; c) mínimo de regulamentação.* Livre de qualquer controle político ou jurídico, o mercado mundial dispõe de uma aparente legitimidade e sustentação ideológica, presente em mecanismos pseudodemocráticos como as eleições, reformas e privatizações, desencadeados sob os auspícios de governos aliados aos ditames do triunvirato (Banco Mundial, FMI e Organização Mundial do Comércio). O objetivo deste triunvirato e do G7, principalmente dos Estados Unidos, é promover a aceitação (voluntária ou forçada) dos princípios econômicos neoconservadores, erroneamente denominados de neoliberais.

Estes princípios neoconservadores significam, na prática: a) instaurar um comércio livre de regulamentação; b) possibilitar a máxima integração em um mercado mundial submetido à concorrência internacional, viabilizado pela desvalorização nacional; c) assegurar a flexibilidade da mão-de-obra (deterioração dos salários e das condições de trabalho, retirada das conquistas sociais); d) privatizações; e) redução drástica do papel do Estado.

Ainda segundo GEORGE[10], o sistema acentuou desigualdades, provocou desemprego maciço e insegurança para a maioria das populações. Esta autora aponta o paradoxo do sistema atual:

> "Surpreendente paradoxo: tornou-se urgente, talvez vital, a necessidade de se proteger o mercado, de impedi-lo de se autodestruir. Seu comportamento aberrante, já que não controlado, pode mergulhar a humanidade em um caos financeiro generalizado(....)"

Esta urgência pode ser confirmada nos ajustes dos planos – reformas – e em análises rigorosas sobre os ciclos clássicos de crise do capital, a saber: a crise de superprodução, estreitamento do aparelho produtivo, destruição das forças produtivas, relançamento da

produção e reconquista do mercado e, por fim, o elemento dominante da fase atual, que é ***o parasitismo econômico e a especulação.*** Portanto, a incapacidade do capitalismo em abrir um futuro à humanidade pode ser ***verificada pelos fatos***. Prossegue e agrava-se o declínio das forças produtivas neste sistema baseado na propriedade privada dos grandes meios de produção.

O BRASIL NA CRISE

O Brasil é um centro nevrálgico da especulação financeira internacional e não escapa da crise. A *supervalorização da moeda*, com o Plano Real, vem afetando negativamente as exportações, alimenta as importações e exige aumentar a dívida externa para financiá-la. As contradições contidas e subsumidas com o Plano reaparecem, e de forma violenta. As privatizações implicam ingresso de capital estrangeiro para financiá-las e o *câmbio fixo* permite o ingresso massivo de capital especulativo, o que revaloriza a moeda, *estimula importações e restringe exportações*.

Desta contradição delineia-se a crise política. O que se apresenta de comum entre as propostas de enfrentamento da crise por parte do governo, de segmentos da burguesia e de setores da classe trabalhadora cooptada é que a crise deve ser paga pelos trabalhadores, com restrições na educação e saúde, pela destruição das conquistas sociais e do patrimônio público. No quadro de colapso, os programas propostos pelo governo para enfrentar a crise, e que vêm sendo acatados por dirigentes sindicais traidores da classe trabalhadora, são negociações que têm implicado demissões, congelamento de reajustes salariais e perda de direitos e conquistas trabalhistas.

O Governo de FHC porta-se como um agente do capital em crise. Ao procurar dar continuidade ao seu mandato, busca consolidar o arcabouço jurídico-institucional às custas das conquistas sociais e educacionais. Ao nível da Universidade Pública, além do ataque frontal com propostas avassaladoras e destruidoras, utiliza, também, a cooptação não somente de intelectuais isolados, mas das próprias direções sin-

dicais. O desfecho da recente Greve nas IFES/98 indica tal direção.

A UNIVERSIDADE NA CRISE: O NOVO ORDENAMENTO LEGAL E A PRIVATIZAÇÃO

A natureza estrutural da crise da Universidade não é seu sistema de financiamento, como apregoam os arautos do governo. A privatização da educação, especificamente do Ensino Superior, vem assumindo formas brutais e somente pode ser entendida no bojo da crise estrutural do capital, e não com olhares específicos de recursos existentes, como sugere DURHAM[11].

O Novo Ordenamento Legal, expresso na LDB (Lei 9.394/96), consolida os quatro princípios que subjazem a terceira onda de reestruturação educacional, no bojo da recomposição hegemônica do capitalismo, a saber: individualismo-meritocracia, excelência-eficiência, qualidade total-produtividade, financiamento social-privatizações. O tensionamento para a definição do Novo Ordenamento Legal decorre de quatro âmbitos:

a) Dos ajustes estruturais – reestruturação tecnológica e produtiva, estratégias do processo de reestruturação neoliberal impostas aos países em desenvolvimento, que reduzem a lógica dos direitos sociais à racionalidade e à cultura do universo econômico, a lógica do mercado;

b) Das exigências estabelecidas pelas agências financiadoras como o Banco Mundial, que vem participando da definição de políticas educacionais no Brasil.[12]

c) Do estabelecido pela LDB (Lei 9.394/96 Artigo 53 Inciso II), que se coaduna com o disposto na Lei nº 9.131 de 15/11/95, com o disposto no Decreto 2.026 de 10/10/96 e o Artigo 14 do Decreto 2.306 de 19/08/97.[13]

d) Da necessidade de "***sintonizar a Universidade com uma Nova Ordem Mundial***, para adaptar diferentes perfis profissionais às contínuas transformações do mercado de trabalho, visando à adaptação dos profissionais graduados aos novos paradigmas da sociedade moderna – o ***Paradigma Científico-Tecnológico***[14] –, para enfrentar o desafio

do cenário mundial, que se caracteriza pelo uso de novas tecnologias, pelo processo de globalização, de transformação da geopolítica mundial com o surgimento dos grandes blocos regionais e a falência do comunismo. Urge adequar os cursos a esta situação"[15].

A Educação superior deve ser transformada em um negócio rentável, sujeito ao controle de qualidade total à lógica do mercado. Para isso é imprescindível quebrar todas as conquistas históricas dos docentes, técnicos-administrativos e estudantes, firmadas em anos de luta. Isonomia, Regime Jurídico Único, reajustes salariais, avaliação qualitativa com base no padrão unitário de qualidade nacional, socialmente referenciado, são descartados e combatidos pela política do MEC.

A Privatização da Universidade tanto assume a forma de ***"privatização branca"*** pela via da captação de recursos externos, "***a privatização por leis e Decreto"***, conforme intenta a PEC 370, à "***opção pela privatização, por parte das Universidades em vias de cooptação pelo MEC".***

Analisando os programas que o Governo vem propondo às Universidades, como o PRONEX (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência)(17), PID (Programa de Incentivo a Docência – Artigo 6º da MP 1657-18 rejeitado pelo Congresso em 12/05/98, por força do movimento grevista nas IFES), o PNG (Programa Nacional da Graduação, Edital Nº04/97 SESu/MEC em implementação nas IFES), reconhecemos os indicadores da estratégia do governo que é implementar a privatização nas IFES e estabelecer a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, a separação entre as próprias Universidades – de ensino, de pesquisa, de extensão – , concentração de pesquisa em centros de excelência, com alta performance de qualidade e produtividade e gestão flexível de recursos humanos vinculados a projetos específicos, desinstitucionalizando recursos e pesquisadores, abrindo o caminho acelerado à privatização, "sintonizando a Universidade com a Nova ordem Mundial, a lógica do mercado".

O investimento em "nichos tecnológicos", em detrimento dos investimentos em uma ampla base de competên-

cia educacional, científica e tecnológica nacional, pode ser a diferença entre a vida e a morte num mundo onde o crescimento depende do conhecimento científico e tecnológico[17]. Verifica-se aí a submissão do trabalho docente e de pesquisa a padrões e finalidades externas, determinados pelas exigências do mercado. Decreta-se aí o fim da Universidade Pública como instituição, em geral, e como instituição democrática de garantia de direitos.

Destacando o "Programa Nacional para a Graduação (PNG)", por exemplo, podemos reconhecê-lo no quarto ponto das recomendações do Banco Mundial[18]. O PNG é "uma ação da política de Ensino Superior do MEC, conjunta com a SESu e o Fórum de Pró-Reitores de Graduação que objetiva ***organizar novas diretrizes gerais dos currículos dos cursos de graduação e redimensionar a direção do processo de formação humana nos projetos de escolarização das IES***"[19]. Tal Programa desdobra-se em duas linhas básicas, uma reconhecida como "Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior"[20] e outra o PID – Programa de Incentivo à Docência –, rejeitado pelo Congresso em 12/05/98, por força do movimento grevista nas IFES, mas reapresentado e vitorioso no Congresso Nacional, com a colaboração da nova Direção Nacional da ANDES (1998-2000), na forma da GED (Gratificação de Estímulo à Docência). As diretrizes curriculares correspondem aos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica[21]. Representam a direção centralizada da orientação curricular sob os auspícios do Estado Burguês.

Reconhecemos aí expressões da proposta do Banco Mundial, enquanto estratégia de reforma, que está sistematizada em quatro pontos:

1 • Maior diversificação dos tipos de instituição, propondo instituições não-universitárias para atender à demanda do mercado e diminuir custos;

2 • Diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas de ensino superior através de três iniciativas:

a) ensino pago;
b) doações;
c) atividades universitárias que gerem renda;

3 • Redefinição da função do Estado no que concerne ao Ensino Superior, cujo ponto central é autonomia financeira;

4 • Adoção de políticas de qualidade e eqüidade, com nenhum ou pouco aumento dos gastos públicos.

Segundo TORRES[22], o Banco Mundial não apresenta idéias isoladas, mas uma proposta articulada – uma ideologia e um pacote de medidas (...), de reformas propostas aos países em desenvolvimento, que abrangem um amplo conjunto de aspectos vinculados à educação, das ***macropolíticas até a sala de aula***", políticas estas que declaram o objetivo de elevação da qualidade do ensino, enquanto implementam a redução dos gastos públicos para a educação e mantêm-se indiferentes à carreira e ao salário do magistério. As famigeradas diretrizes curriculares representam um assalto às consciências e um amoldamento da subjetividade humana às respostas de recomposição hegemônica da crise do capital, no âmbito educacional.

Impõe-se como imperativo da consciência histórica da classe que vive do trabalho, que não cabe ao Governo a ingerência sobre construção de diretrizes, mas sim garantir o financiamento para que, com autonomia cientifica e pedagógica, com base em processos coletivos internos, democráticos, com ampla participação e representação, construam-se eixos norteadores comuns para a formação acadêmica, inicial e continuada, cujo referencial seja o ***padrão unitário de qualidade para uma sólida formação teórica***[23].

AS LIÇÕES DERIVADAS DA GREVE NAS IFES/98

RESISTÊNCIA ATIVA À DESTRUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA X COLABORACIONISMO SINDICAL

A GREVE NACIONAL DAS IFES, deflagrada pelo Movimento Docente (ANDES-SN) em 31/03/98 e ampliada com a decretação da greve dos técnico-administrativos (FASUBRA), estudantes (CNGE-UNE) e Escolas Técnicas (SINASEFE), situa-se em um contexto de lutas e manifestações populares entre as quais destacam-se a Marcha Nacional Contra o Desemprego e Por Direitos Sociais e a Marcha do

MST, que sinalizam posições contra a destruição dos serviços públicos, contra as privatizações, contra a destruição da Nação. Lutas pela democracia, pela cidadania, pela justiça social, pela soberania de um povo, luta de resistência ativa contra a destruição das forças produtivas. É desencadeada no momento em que o Governo investe intensivamente para implementar sua política privatista nas IFES e avança na política de contenção de investimentos na Educação Superior.

Coerente com a lógica do Estado mínimo, primeira tese do neoliberalismo, e a perspectiva do mercado como regulador de todas as relações, não só econômicas, mas também as relações cultural e da produção cientifica e tecnológica, a segunda tese neoliberal, o Governo de FHC impõe profundos cortes nos recursos destinados às atividades-fins nas IFES. O professor-presidente FHC e o professor ministro da Educação, Paulo Renato, fiéis às diretrizes do Banco Mundial para a Educação na América Latina, revelam-se eficientes executivos destas diretrizes, atacando um dos patrimônios nacionais de maior importância, que são as IFES. Este ataque revela-se na política de ***não-reajuste dos salários do funcionalismo público, entre os quais os docentes das IFES,*** há mais de três anos e meio, além do corte de recursos para a pesquisa, para bolsa de pós-graduação e, em especial, o corte de recursos para o funcionamento das IFES. A proposta do Governo foi o "PID – Programa de Incentivo à Docência", rejeitado pelos docentes.

No marco das resistências ativas, a GREVE NAS IFES representou a defesa da base do maior e melhor Sistema de Ciência & Tecnologia da América Latina e da Educação de qualidade para as futuras gerações, condição "sine qua non" para o exercício da cidadania e da soberania nacional. Representou a resistência ao modelo de Universidade ditado pelo Banco Mundial, que vem sendo paulatinamente implementado no Brasil, com Emendas Constitucionais (PEC 370[A]) com projetos de Lei (PID, GED) e também com programas como o das Diretrizes Curriculares e a Avaliação, que representam um assalto às consciências e um amolda-

mento das subjetividades aos interesses do capital. Retiram-se direitos e impõe-se o conformismo a um horizonte desumanizante.

A luta de classe mostra a resistência dos trabalhadores ao quadro desolador que lhe reserva o capitalismo deste final de século. Como as greves dos trabalhadores na França contra a desregulamentação da previdência, as prolongadas greves dos portuários de Liverpool (Inglaterra), dos trabalhadores dos transportes, no México, e a greve do setor automobilístico, nos Estados Unidos, a Greve nas IFES é exemplo do processo de resistência no Brasil. Visualiza-se um quadro de resistência ativa da classe trabalhadora à recomposição destruidora do capitalismo. Mas, apesar de ser um marco de luta contra a destruição do patrimônio público, não podemos negar, houve dificuldades, erros e colaboracionismo.

Entre as dificuldades situa-se a relação com a imprensa e a penetração nos meios de comunicação de massa, mais ostensiva e menos dependente das decisões dos editorialistas, o que implicava recursos financeiros que deveriam ser levantados em um Fundo de Greve Intersindical, o que não ocorreu.

Entre os erros está a não-construção imediata da unidade com os técnico-administrativos e os estudantes, o que influiu na relação de forças. Um comando unificado, com pauta unificada e ações unificadas, reforçaria os passos que foram dados na coordenação dos diferentes setores em luta.

Como colaboracionismo estão os encaminhamentos da nova diretoria da ANDES – Sindicato Nacional, encabeçada por Renato de Oliveira, apoiado nas eleições ocorridas durante a Greve, por membros da Executiva Nacional da CUT, identificados com a Articulação Sindical e a Corrente Sindical Classista. Diretoria que passou a criticar, pela imprensa, o Comando Nacional de Greve (CNG-ANDES) e o desconsiderou nos encaminhamentos seguintes à posse, negociando paralelamente, no Congresso e com o Ministro, propostas que expressavam muito mais as posições do Governo do que as posições do Movimento Grevista. Argumentando que *"NÓS EVITAMOS O PIOR – que seria ter-*

minarmos uma greve de mais de três meses sem absolutamente nada" (Folha de São Paulo), justificam o injustificável. Ao aceitarem a GED (Gratificação de Estímulo à Docência), que na essência contém os princípios do PID (Programa de Incentivo à Docência), introduziram uma avaliação por produtividade que induz à privatização, "rifaram" os professores dos Colégios de Aplicação, principalmente os aposentados e substitutos que estão de fora da proposta indecorosa de bolsas do MEC, e aprofundaram o distanciamento das reivindicações dos funcionários técnico-administrativos e estudantes, além de quebrarem a isonomia com os aposentados.

Com tais posições, a nova direção da ANDES-SN atende às exigências do imperialismo feitas explicitamente em 12/12/97 por Michel Camdessus (FMI) no Congresso da Confederação Mundial do Trabalho, em Bancog – "A reforma do mercado exige adaptações que estimulem a mobilidade e mantenham o custo do trabalho de acordo com a produtividade". Tais reformas, admite Camdessus, chocam-se com interesses estabelecidos – entenda-se conquistas históricas dos trabalhadores – e conclamam os sindicatos a colaborarem com os governos no desmonte de tais "interesses estabelecidos". Declarou Camdessus que a segunda geração de reformas não poderá ser aplicada sem que os governos as expliquem aos trabalhadores e sem a contribuição ativa dos sindicatos. Camdessus faz um chamamento para que os sindicatos traiam abertamente a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

Segundo ROBERTO ROMANO (1998), o processo de cooptação é de longa data e passa pelo "treino das lideranças" para aplicar a "democracia" estilo USA nas terras dominadas. Nos livros do ex-Secretário de Estado George Schultz e de William Robinson, bem como nos textos de James Petras, são explicitados os pontos decisivos nas reformas definidas pelos governos, bem como o discurso e os intelectuais em retirada que os sustentam[25]. PETRAS[26], afirma que:

> "O período entre o final dos anos 70 e os anos 80 testemunhou uma transformação fundamental nos intelectuais latino-americanos(...). Estruturalmente,

> os intelectuais (...) deixaram de ser intelectuais orgânicos conectados e dependentes dos movimento populares para tornarem-se intelectuais institucionais atados a agências de financiamento e suas prioridades (...) Em seu sentido mais amplo, a ascensão dos intelectuais institucionais(...) representa uma contra-revolução cultural, um grande salto para trás...

A Nova Direção da ANDES-SN demonstrou, ao assinar acordo com o presidente do Senado, decretando o fim da greve nas IFES, estar conivente e de acordo com a cooptação. Com o *slogan "Ganhar a ANDES para não perder a Universidade"*, a atual direção ganha as eleições durante a greve para, imediatamente, negociar e colaborar com o governo, implementando iniciativas próprias de uma concepção sindical federativa, em total desrespeito e violação aos princípios básicos que construíram a ANDES-SN, una, indivisível, democrática, pela base.

A GREVE DE FOME: LEGADO ÉTICO, LIÇÃO DE CIDADANIA

A Greve de Fome, braço forte do movimento docente, legado ético e lição de cidadania, foi deflagrada reconhecendo que:

1 • A Greve Nacional nas Instituições de Ensino Superior (IFES) constituiu importante referência para a sociedade brasileira, bem como para os setores que buscam resistir à brutal ofensiva de destruição dos serviços públicos.

2 • O Movimento Grevista, com uma pauta justíssima, cujo eixo central é a defesa da Universidade pública, gratuita, socialmente referenciada, protocolada no MEC desde 1996, desconsiderada pelo Governo, mas reconhecida por amplos setores da sociedade civil, impôs derrotas políticas ao MEC e recolocou em nível nacional a questão da privatização da Universidade Pública e da soberania nacional.

3 • Após mais de oitenta dias de greve e frente à intransigência nas negociações por parte do MEC, inclusive com suspensão de salários, indistintamente, fez-se necessária a utilização da estratégica GREVE DE FOME: ato extremado e pacifista, que recebeu apoio de significativos e importantes segmentos da sociedade. Ação que representou, naquele momento, o braço forte do Movimento, legado ético para as jovens e futuras gerações e li-

ção de cidadania em defesa do patrimônio público. Greve construída no interior do Movimento Sindical e que significou, para cada um de nós, uma experiência ímpar de crescimento pessoal e coletivo, construída com base não somente no sacrifício corporal, mas na compreensão da corporalidade/corporeidade como instrumento político de luta social.

Com base em tais reconhecimentos 19 companheiros[26], após discussões políticas nas bases, conforme orientação do Comando Nacional de Greve/CNG da ANDES-S/N, entram em Greve de Fome. Após 12 dias de Greve, com base numa avaliação do momento político e levando em consideração as posições indicadas pelo CNG, da equipe médica que nos acompanhou, bem como dos movimentos de negociação expressos pela direção da ANDES/SN (1998-2000), que mesmo sem ser empossada já circulava no parlamento negociando o que para nós eram pontos inegociáveis, suspendemos a Greve e redefinimos estratégias, agora de intervenção para barrar o Projeto de Lei em tramitação, por considerá-lo impregnado dos dispositivos que induzem à privatização, pela via da gratificação e avaliação da produtividade.

NOSSA PERSPECTIVA SINDICAL: RESISTÊNCIA ATIVA, DEBATE QUALIFICADO, RESPEITO ÀS REIVINDICAÇÕES DAS BASES, UNIDADE E AMPLIAÇÃO DA LUTA

Das lições advindas da Greve nas IFES/98, reconhecemos algumas como estratégicas. O ***debate qualificado, a construção da unidade, a ampliação da luta em defesa da universidade*** com demais setores da sociedade, que defendem a Educação Pública, são algumas delas. Já podemos constatar vários fóruns onde se discute a Universidade Brasileira e o Sistema de Ciência & Tecnologia em nosso país.[27]

Outra lição estratégica diz respeito a ***visões e concepções de Sindicato e Luta Sindical***, o que se evidenciou no retrocesso da luta pelos erros e o processo de cooptação e alianças entre Dirigentes – Governo FHC, MEC, Paulo Renato, ANDIFES – e a Nova Direção da ANDES-SN. Esses erros foram criticados e foi tirada uma

resolução a este respeito, durante a realização do IV CONAD Extraordinário, ocorrido em São Paulo, de 12 a 14 de setembro de 1998.

Os desafios que se avizinham não são menores ou menos complexos. A Implementação da Lei Orgânica da Universidade, as respostas ao Novo Ordenamento Legal – LDB, PNE, Diretrizes Curriculares, os projetos de Emenda Constitucional em tramitação – são indicadores disto. A questão da nova forma jurídica da universidade está colocada para nós. A quebra da Autonomia, da Isonomia, do Regime Jurídico Único já está evidente. A destruição da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Socialmente Referenciada é de domínio público. O Movimento Docente deve continuar sua histórica construção democrática, desenvolvendo ações tanto no interior da universidade com unidade como dirigindo-se à sociedade, aos meios de comunicação de massa, ao parlamento e setores em luta, para barrar as privatizações.

Reafirmar a nossa PAUTA DE REIVINDICAÇÕES, que continua intacta e sequer o item salarial emergencial foi atendido, significa recolocar as razões econômicas e políticas que desencadearam a greve e que continuam presentes. A decisão de retorno à normalidade não significou derrota, mas sim reorganização de forças e preparo para novos embates com o governo e, inclusive, com a direção sindical da ANDES-SN, recém-empossada, que errou ao negociar com o governo, desrespeitando o Comando Nacional de Greve, acatando imposições amplamente rejeitadas na base do movimento. O Projeto de Lei aprovado (GED) não contempla nossas reivindicações e representa um profundo retrocesso no modelo educacional, ao impor uma remuneração variável vinculada à produtividade.

A defesa das reivindicações do Movimento Docente sindicalizado à ANDES-SN e, especificamente, as expressas pelas bases das seções sindicais – como, por exemplo, ampliar a participação com a inclusão dos professores precários e substitutos; com a instalação de Estatuintes para as Seções Sindicais; construção de Sedes; Revitalização das

Seções Sindicais com a ampliação dos sindicalizados em GTs e Conselhos efetivamente orgânicos; com articulações intersindicais; com a efetiva participação unitária nas lutas gerais da CUT e dos Fóruns em defesa dos Serviços Públicos, da Educação, Ciência & Tecnologia, avançando na construção urgente e necessária das lutas gerais e especificas –, devem ser reconhecidas como orientadoras das nossas ações.

Com tais argumentos exige-se da atual Direção da ANDES/SN (1998-2000) respeito e consideração aos princípios fundamentais que sempre pautaram o Movimento Docente, tais como: a consideração da democracia sindical, expressa nas deliberações da base, a construção da Unidade e a ampliação das ações com outros setores da sociedade em luta.

Quanto à base do Movimento Docente, reconhecemos a necessidade de radicalizar as ações em defesa da Universidade Pública. O combate deve ser diário, nas discussões e deliberações acerca do Plano Nacional de Educação (PNE), das Diretrizes Curriculares que alteram e impõe projetos pedagógicos arbitrários, nas instalações das Estatuintes – para a Universidade e o Sindicato, no debate qualificado, na construção da unidade e na ampliação da luta.

Quanto aos Senhores Parlamentares, exigimos a consideração das denúncias sobre a destruição da Universidade Pública, levada a cabo pelo Governo de FHC, que, incapaz de resolver os problemas e de conviver com a diversidade de idéias, transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade de promulgar medidas que trazem embutidas em si os alicerces de uma Universidade privatizada, guiada sob os auspícios da lógica da produtividade, da eficiência e eficácia orientadas pelo mercado globalizado. Portanto, a GED, agora na sua fase de consolidação e implementação, com o trabalho da Comissão de Avaliação, da qual constam membros da Direção Nacional da ANDES-SN, deve continuar sendo sistematicamente combatida, e em seu lugar acentuar-se a luta que contempla as reivindicações do Movimento Docente.

Reconhecemos, por fim, a necessidade de nos dirigirmos à sociedade em geral, manifes-

tando que, ao cumprirmos nosso papel social de lutar em Defesa da Universidade Pública, Gratuita e Socialmente Referenciada, superando perspectivas exclusivamente corporativas, tornamos visível a agonizante situação das Universidades Federais, inclusive com um ato extremado mas pacifista, como o foi a Greve de Fome, tendo no horizonte a ética histórica forjada na luta da classe trabalhadora, em defesa de suas reivindicações, entre as quais consta uma Universidade a serviço da população e do desenvolvimento da nação brasileira com soberania nacional.

A grave situação em que nos encontramos é decorrente de uma política absurda que produz, no Brasil, milhões de excluídos da Educação, do trabalho, da moradia, do alimento básico, das políticas sociais. Essa política deve ser barrada, derrotada, em defesa das reivindicações populares, pela construção de uma sociedade socialista onde a UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E SOCIALMENTE REFERENCIADA tem importante papel a desempenhar.

Nossa perspectiva sindical reafirma posições históricas da ANDES/SN: defesa da liberdade e autonomia sindicais em relação ao governo, ao patronato, aos partidos e às confissões religiosas, contra o uso do imposto sindical e, acima de tudo, defesa da unidade sindical, baseada em livre direito de organização dos trabalhadores pela base e de respeito às deliberações da base.

Notas

[1]ROBERTO ROMANO. *A Crise da Universidade no Governo FHC.* Florianópolis/SC, APUFSC-SSIND, 23/04/98

[2]G7 – denominação corrente utilizada para designar as sete grandes potências industrializadas. Ver mais In: SIZE, Perre. *Dicionário da Globalização.* A economia de "A"a "Z". Florianopolis/SC, IBERT, 1998.

[3]Segundo COGGIOLLA em "A Crise Capitalista e a Universidade Brasileira". XVII Congresso da ANDES/SN (Fevereiro de 1998) "a política de privatização eqüivale, para nós, à destruição de toda e qualquer pesquisa... estamos diante de uma ofensiva de destruição do ensino superior".

[4]FRIGOTTO, G. *Educação, Crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento:* Teorias em conflito. Curitiba, ANPED, 1997.

[5]FUKUYAMA, F. *El fin de la historia y el ultimo hombre.* Barcelona. Planeta, 1992.

[6]SINGER, P. *Globalização, Estado, Universidade,.* In: UFPR-Setor de Educação – SENAI/PR. Anais do Seminário. Globalização e Estado: Universidade em Mudança, Curitiba.1996.

[7]PETRAS, James. *Os intelectuais: uma critica marxista aos pós-marxistas.* Plural.Revista dos Professores da UFSC-SSIND, N 8 Ano 5 Jul/Dez 1996.

[8]MÉSZÁROS. I. B. *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition.* Monthly Review. London, Merlin Préss. 1996.

[9]SINGER. D. *Desemprego: uma solução não capitalista.* Revista Teoria & Debate. Nº 32 São Paulo: Jul/Set.1996

[10]GEORGE, Susan. *A falência do sistema liberal.* In: Atenção, Novembro 1995, Ano 1 nº 1, p.50-53.

[11]Em documento preliminar do CEBRAP/NUPES, intitulado *"As Universidades públicas e a pesquisa no Brasil"*, DURHAM (1998) argumenta que as universidades públicas perdem prestigio e a imagem da comunidade acadêmica deu lugar a um grupo corporativo cujas reivindicações muito pouco tem a ver com a preocupação em atender às necessidades sociais. Aponta como farsa a defesa da isonomia salarial e ainda, sustenta a tese que a natureza estrutural da crise da universidade é o sistema de financiamento. O paradoxo do sistema superior seria "se gasta muito e se ganha pouco". Sugere que se parta da análise objetiva dos recursos existentes, da forma de sua utilização e das posssibilidades de sua expansão. Admite, por fim, que a utilização dos recursos para as IFES é excessiva.

[12]Banco Internacional de reconstrucción Y Fomento/BANCO MUNDIAL. Washington, D.C. La Ensenanza superior: las lecciomnes derivadas de la experiencia – El desarrollo en la práctica. Spanish, 1994.

[13]Do Novo Ordenamento Legal além da LDB 9.394/96, consta ainda, o PNE – Plano Nacional de Educação. Estão tramitando duas proposta no Congresso, uma do poder executivo e, outra da Sociedade Brasileira. Mais In: SAVIANI. D. *A Nova lei da Educação LDB Trajetório Limites e perspectivas*. São Paulo, Autores Associados, 1997 e, SAVIANE D. *Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra Política Educacional*. São Paulo, Autores Associados, 1998.

[14]Desconsidera-se em tais documentos o "holocausto Universal" determinado pela economia modernizadora que expurgará milhões de explorados e excluídos, considerados supérfluos no mundo atual. Ver mais a respeito a tal critica In; FORRESTER, V. *O Horror econômico*. São Paulo, UNESP, 1997. E ainda, NUNES, Silma. *Analise de conjuntura ou uma reflexão sobre a modernidade*. In: ADUFU. Revista de balanço da Diretoria Executiva da ADUFU-SS. Gestão Reconstrução. Novembro 1997, p. 20.

[15]Consideramos todos os Documentos consolidados na UFPE/PROACAD, dos quais constam "Plano Acadêmico através das Diretrizes Curriculares. Proposta em Construção. Recife/1997" e ainda: 1. UFPE/PROACAD. Diretrizes Curriculares Gerais: Uma questão acadêmica para os Cursos de Graduação. Série Legislação Acadêmica nº 5, Recife, 1998.

[16]Das 451 propostas candidatas apenas 77 foram contempladas, o que corresponde a 17,1% de aprovação. 374 ficaram fora. Das contempladas 80,5% concentram-se na região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espirito Santo) e, 16,9 % na região Sul (Paraná 3 projetos, Santa Catarina 2 projetos, Rio Grande do Sul 13 Projetos). Ver mais In: Jornal ADUNICAMP. Publicação da Associação dos Docentes da UNICAMP, Campinas/SP Ano XV Setembro/97

[17]SCHARTZ Gilson. Tecnologia ainda pode salvar os japoneses. Folha de São Paulo. Tendências Internacionais 2-Dinheiro, domingo, 5 de abril de 1998.

[18]O Movimento Docente vem formulando criticas ao projeto Interveniente do Banco Mundial. Ver mais In: FIGUEIRAS, L. & DRUCK, Graça. O projeto do Banco Mundial, O Governo FHC e a privatização das universidades federais. *Plural*. Revista da Associação dos professores da UFSC – SSIND, V. 6 Nº 9 p. 15-27, Jan/Jun., 1997.

[19]Oficio Circular Nº 019/98-GAB/SESu/MEC de 04 de março de 1998, informando sobre dotação de bolsas de incentivo associadas à dedicação e à avaliação da contribuição dos docentes para a melhoria do ensino da graduação.

[20]CHAUÍ; M. *"Em torno da Universidade de resultados e de serviços"*. Revista USP, São Paulo (25): 54-61, março/maio 1995.

[21]Os PCNs – LINHA DE AÇÃO ESTRATÉGICA do MEC. Decorre do âmbito de convênios internacionais assinados pelo Brasil – CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, estabelecido entre os nove (09) países mais populosos do mundo e com menores índices de produtividade em suas estruturas educacionais. Tais convênios desdobram-se no Brasil no ACORDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

e nos PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO, dos Estados, que introduz o MEC como formulador de diretrizes curriculares básicas/mínimas.

[22]TORRES, Rosa Marí. Melhoria e Qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial. In; TOMMASI, L. WARDE, M. HADDAD, S. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo, Cortez, PUC, Ação Educativa, 1996. Páginas 125-193.

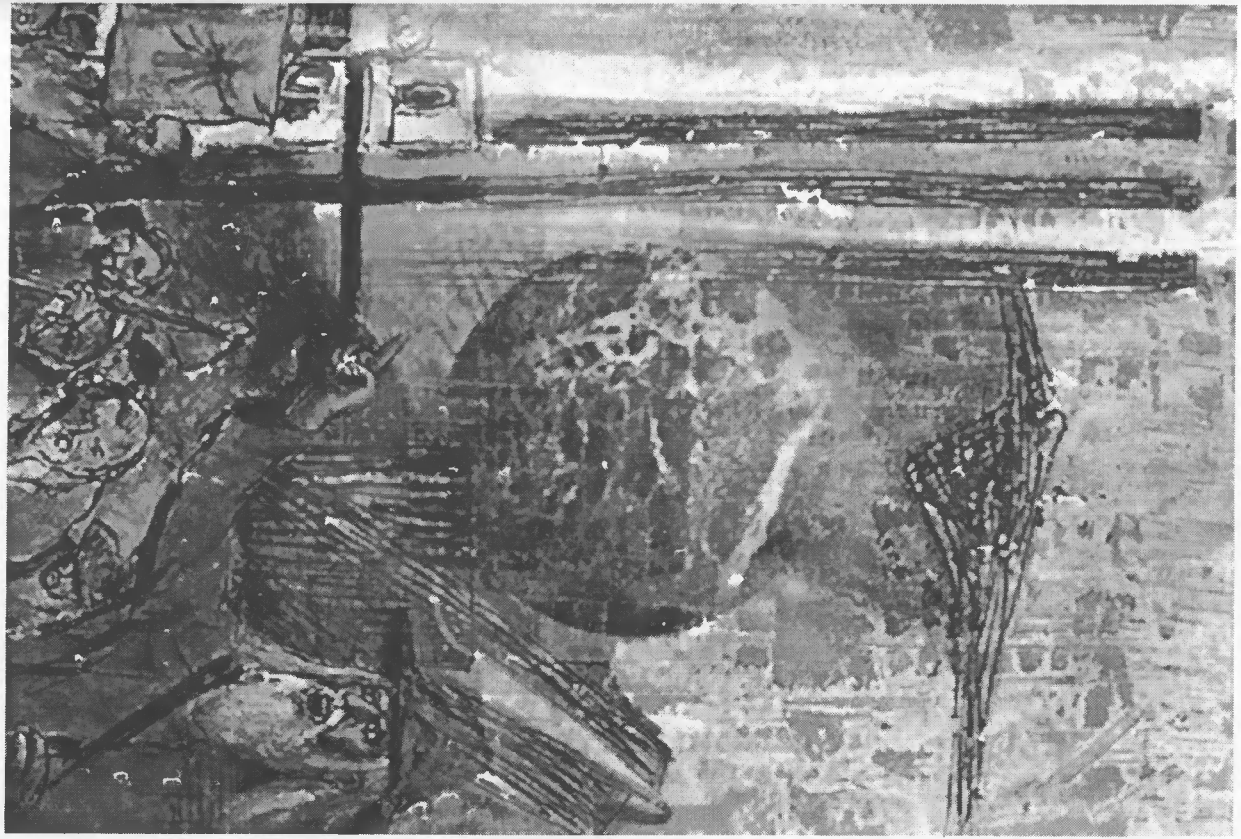
[23]A respeito do Padrão Unitário de Qualidade e Consistente Base Teórica: CADERNO ANDES. 2 ed. Especial Atualizada e Revista Proposta da ANDES/SN para a Universidade Brasileira. Impresso em Brasília em Julho de 1996 e, Documento Final da ANFOPE. IX Encontro Nacional, Campinas, 1998.

[24]SCHULTZ, George. *Bureau of public affairs. In: Current Policy.* Sashington, N. 456, fevereiro, 1983. ROBINSON, William. *Promoting Polyarchy, Globalization, US Intyervention, and Hegemonyy.* Cambridge University Press, 1996. PETRAS, James. *Os intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas.* In: Prural. Revista da Associação dos Professores da UFSC-SSIND, Nº 8 Ano 5, jul/dez 1996.

[25]PETRAS, J. Os intelectuais em retirada. In: COGGIOLA, O (Organizador). Marxismo Hoje. São Paulo, Xamã, 1996.

[26]Os 19 voluntários que iniciaram a Greve de Fome foram Alexis Leite (ADUFPI); Antonio Rafael da Silva (APRUMA), Cândido medeiros (APRUMA), Delso Lima Filho (ADUR - RJ), Durval Cruz Prazeres (APRUMA), Irenilda Angela Santos (ADUFMAT), Maria Luiza Fontinelle ADUFC), Marcelo Guina Ferreira (ADUFG), Nelson Doki (SINDOCEFET-PR, Pedro Jungers Abib (APUB), Carlos Celedoni (ADUFC), Alexandre Gonçalves de Rezebde (ADUnB), Glauco Falcão de Araujo (ADUnB) Jorge Paulo Watrin (ADUFPA), Raimundo Nonato nunes (ADURN), Marcos Lourenço Herter (UFSC), Valter Pires pereira (ADUFES), Mauricio Roberto da Silva (ADUFSC), Celi Zulke Taffarel (UFPE)

[27]Mais a respeito In; http://www.sbpcnet.org.br/forum1/forum1.htm.





A auto-reflexão brasileira: de Canudos ao MST

Fernando Massote
Professor do Departamento de Ciência Política • FAFICH • UFMG

"(..) toda prática só resulta em benefício se avaliada contra o fundo de alguma teoria."

Charles Darwin

As novas fronteiras em que a sociedade brasileira está ingressando, de um lado, com o fim da ditadura militar e a afirmação de um processo político democrático e, de outro, com os novos cenários criados pelo processo de internacionalização de tantos aspectos de nossa vida, estão exigindo uma auto-reflexão mais profunda do Brasil. Esta auto-reflexão pode e deve percorrer itinerários diversos: um deles tem, certamente, que abordar a figura de Euclides da Cunha e sua obra com suas gran-

des intuições, visões e elaborações corajosas. No que respeita a nossa história social o episódio de Canudos deve merecer uma atenção especial. É um episódio que pela sua natureza, complexidade e intensidade constitui uma das manifestações mais genuínas das contradições de fundo da sociedade brasileira.

Intervi no debate que se travou nos últimos anos a propósito do Centenário do episódio de Canudos sustentando que ele foi uma típica manifestação de *rebelismo anárquico*[2] com o qual as massas populares relegadas ao abandono político, à miséria, e ao atraso cultural responderam à ação marginalizante dos *setores sociais dominantes e restritamente dirigentes que sempre controlaram o aparelho do estado* no Brasil. Com a sua população deserdada, esfomeada e entregue ao isolamento brutal do sertão, para fugir do desastre em que a ação das classes dominantes a entregara, Canudos uniu-se como pôde, com as armas que tinha, dando vida a uma direção ideológica, política e militar. Assaltada em sua vida muito precária de "Tróia de taipa" – como a chama Euclides da Cunha – pelo exército "republicano" das oligarquias, reagiu com unhas e dentes com uma bravura, um destemor e um heroísmo não desmentidos por nenhum dos grandes cronistas do inimigo. Vimos, entretanto, que não venceu... e não venceu nem poderia vencer porque em virtude de sua condição marginal não dispunha dos meios mínimos: seculares, materiais, espirituais, políticos e militares necessários para enfrentar seus inimigos.

Canudos foi o resultado de uma disputa pela mão-de-obra – disponível nos últimos decênios do século passado – entre o norte e o sul do País. O norte com a economia em crise, alimentou, por um certo período, o sul, com sua mão-de-obra excedente. Foi isto o comércio interprovincial de escravos. Este processo começou a esboçar uma contradição entre o norte do açúcar e o sul do café que, agravando-se, dificultaria seriamente o projeto de hegemonia política do sul sobre o país[3]. A solução foi a busca da mão-de-obra européia. Construiu-se aí a ideologia da mão-de-obra brasileira como indolente, atrasada, imprópria para

as tarefas do café. Até os melhores autores, como Caio Prado Júnior, por influências positivistas, enaltece o caráter "socialmente avançado" da mão-de-obra européia enquanto deprecia a mão-de-obra nacional como "indolente"[4].

Um grande acordo pelo alto resolve a contradição entre norte e sul com o recurso à mão-de-obra européia e funda um pacto político epocal entre as duas regiões. São Paulo assume, assim, a direção do Estado à frente de um bloco hegemônico com o apoio predominante de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, com o Nordeste participando de maneira subordinada como o faz até hoje, cem anos depois!

Ocupo-me, assim, no meu trabalho intitulado a "Explosão Social do Sertão do Nordeste" de duas grandes perversidades que condicionam de maneira predominante a vida da sociedade brasileira:

1º) - a dos setores dominantes e restritamente dirigentes e nacionais que *se articulam no aparelho do estado, sempre, pelo alto. São os* acordos ou *arranjos hegemônicos pelo alto que* desatendem sempre a setores sociais e regionais dominados. Isto é a *revolução passiva, de gramsciana e lampedusiana memória*[5], que emperra a economia nos *elos mais fracos* da sociedade e lança os setores desatendidos no desemprego, na miséria, na marginalidade social, e, assim, por conseguinte, na rebelião; e

2º) a perversidade dos dominados que, abandonados à própria sorte, marginalizados sempre pelos acordos das elites entre sí, respondem com a *violência esporádica e anárquica*, sem nenhuma articulação com os demais setores oprimidos – sociais e/ou regionais – do país. Estas duas perversidades verticalizam a vida política em nosso país, lançando a relação de força entre os pólos dominante e dominado, freqüentemente, para o nível militar[6]. Nesse sentido podemos considerar o ex-presidente Washington Luiz que declarou *ser a questão social, no país, uma questão de polícia*, o maior cientista social e político de nossa história, pela perfeição com que deu nome aos bois...

Procuro esclarecer, portanto, que Canudos não é um fato isolado no sertão do Nordeste ou no âmbito do nosso

território mais amplo, mas a ponta de um *iceberg* que, na realidade, é o Brasil. Dessa forma, no sertão, no período que vai mais ou menos da *grande seca dos dois setes* (1877) até os episódios do Caldeirão e Pau de Colher (1934-36), desenvolve-se uma *explosão social* que passa por 3 momentos:

1 • *a abertura da explosão* se dá justamente com a rebelião de Canudos em 1896/97;

2 • a experiência de Juazeiro, no Vale do Cariri, sob a direção populista do Pe. Cícero;

3 • *a experiência* do Caldeirão, uma fazenda que o Pe. Cícero deixou em testamento para a Ordem dos Salesianos. Esta fazenda era habitada por sertanejos-romeiros foragidos – como os de Canudos dezenas de anos antes – da seca, da fome e do latifúndio em todo o nordeste e liderados pelo Beato Lourenço, um amigo do Pe. Cícero. O General Dutra, então ministro da guerra e futuro presidente da República, envia aviões com bombas para desalojar os colonos à força. O sentido da repressão é, finalmente, esse: com a morte do Pe. Cícero as romarias se dirigem para o Caldeirão. Isso inquieta os latifundiários e as autoridades. Afinal o Beato Lourenço não contava com a confiança que os poderosos tinham no Pe. Cícero! O Caldeirão é, assim, a retomada da explosão violenta do sertão. É, dessa forma, que, 39 anos depois do fim da guerra contra os conselheiristas. O espectro de Canudos volta a rondar o sertão!... Canudos é, assim, a explosão catastrófica dos dominados contra a ação marginalizante dos dominantes.

Superar estas duas perversidades é um imperativo urgente que se coloca para as forças sociais, culturais, intelectuais e políticas mais responsáveis do país. O tratamento que o episódio de Canudos está recebendo, na teoria e na prática, demonstra que não é isto o que está acontecendo.

Na ***teoria*** tentam ganhar espaço – contra aquela visão de rebelismo anárquico – concepções como a que afirma ter sido Canudos uma "república comunitária"[7] (que o Conselheiro, que era – subjetivamente – monarquista e chefe carismático não ouça isto!...). São construções muito empíricas, sem nenhum conteúdo interpretativo relevante, que se

apóiam, como este título indica, em valores ou formulações ideológicas vagas, ecléticas, instrumentais. Florestan Fernandes tinha razão ao chamar atenção para o conteúdo ambíguo do termo "comunitário"[8]. Ele, de fato, pode apontar para elos de solidariedade social – freqüentemente momentânea – em meio a setores sociais populares, como pode representar somente um expediente instrumental dos setores dominantes, para obscurecer as contradições sociais e compactar a opinião popular em torno de políticas dominantes, impregnado de valores sentimentais ligados a tradições conservadoras. Foi assim que, sintomaticamente, a expressão foi utilizada por Hitler e serviu para fundar a identidade do III Reich em termos populistas. Foi com o mesmo sentido que Stalin cunhou a União Soviética como "Nação Proletária" ou "Pátria do socialismo". Não fica evidente, aqui, também, o ecletismo oportunista com claro objetivo de manipulação fascista dos sentimentos populares? São, ambas, afirmações nacionalistas com apelos classistas puramente instrumentais.

Concepções como esta da "república comunitária", com o objetivo de ganhar espaço nos ambientes intelectuais, se imantam de toda uma série de fundamentações instrumentais. Cita-se um intelectual ou outro, uma experiência histórica ou outra, sempre de maneira eclética, sem a menor coerência teórica, de modo a sustentar a batalha contra as forças que encontra no caminho, como obstáculos. Mas, de preferência, faz uma batalha xenófoba contra os intelectuais, procurando sempre acalentar os sentimentos frustrados – presentes numa sala de aula, em um auditório ou em uma praça – que buscam um alento qualquer em meio às crises profundas. Não é nunca um movimento sereno ou "clássico" de reflexão, mas sempre agitativamente polêmico: hoje ataca alguém, amanhã o defende, dependendo unicamente dos interesses momentâneos da aventura. Uma outra característica serve a esta atitude como marca registrada: não exibe nunca os conceitos com que trabalha. Ela foge disso "como o diabo da cruz" porque o empirismo e o ecletismo oportunistas são as suas armas principais. É necessário precaver-se contra este tipo de ati-

tude, que implica involuções inadmissíveis para o desenvolvimento da ciência e mesmo a sadia convivência intelectual e cívica.

E, na ***prática,*** acontece a mesma coisa: é o que demonstra o Movimento dos Sem Terra (MST), que em reiteradas declarações públicas, em 1997, apresentava-se, não sem certa razão – mas, mesmo assim, não sem certas discussões importantes – como uma continuação do movimento de Canudos, sem nenhuma referência crítica ao episódio histórico que completava cem anos. As coisas precisam, entretanto, ser melhor esclarecidas. Canudos não é um paradigma democrático, mas o resultado do choque de duas perversidades como afirmamos acima. Este movimento fechado e cíclico de uma realidade histórica bloqueada catastroficamente não pode se constituir na indicação exemplar para as novas lutas democráticas do nosso País. A retomada da luta por grandes movimentos sociais – como o MST – necessita de uma reflexão crítica que limpe os caminhos dos entulhos do passado e faça o ponto das novas situações que estamos vivendo com suas configurações e possibilidades. Declarar, portanto, simplesmente, que "nascemos em Canudos", ao invés de esclarecer o passado e seu andamento perverso e as novas condições e possibilidades do presente, só pode dificultar o encaminhamento das novas lutas.

Não podemos, enfim, verdadeiramente contribuir para o esclarecimento das questões que estudamos senão alargando sempre mais os nossos horizontes intelectuais e não restringindo-os à ideologização, à esquematização, ao apriorismo que muitas vezes mortifica a vida intelectual com clichês maniqueístas. O apelo a Canudos – sem nenhuma consideração crítica – para fundar o movimento dos sem terra no presente não pode ser entendido senão como atitude displicente, inconcebível para a liderança de um movimento de tal importância!

A crítica que fazemos a Canudos é um ponto de partida para uma reflexão sobre a sociedade brasileira e seu desenvolvimento histórico e político. E ela tem uma de suas alavancas teóricas nas reflexões de Antonio Gramsci sobre

o desenvolvimento da sociedade italiana do processo do Risorgimento (unificação da Itália no século passado) até o advento do fascismo. A reflexão de Gramsci tem, a meu ver, um parentesco profundo com a do nosso Euclides. Ambos descobrem o próprio país em meio à peripécias de itinerários ou tradições intelectuais internacionais e em contradição dramática com alguns de seus postulados centrais. No caso de Gramsci se tratou de confronto entre as grandes tradições européias do racionalismo francês e inglês dos séculos XVI, XVII e XVIII, do idealismo alemão do século XVIII e início do século XIX, do historicismo imanentista ou dialético e o materialismo alemão e francês do século XIX, do positivismo francês e inglês do século XIX, do pragmatismo inglês, francês e americano do século XIX e início do século XX.

No caso de Euclides da Cunha é a reflexão de um intelectual – formado nas tradições européias, cujo apogeu, no fim do século XIX, dá a proeminência ao positivismo – que descobre o Brasil miserável e abandonado, explorado, do interior, dos sertões, pelas elites dirigentes tradicionais contra a sua própria formação intelectual e contra as elites que o mandaram como correspondente de guerra para o nosso "hinterland bravio". Daí a cisão profunda, dramática, na própria alma de Euclides. É o que testemunha a sua obra, tão preciosa para a cultura brasileira. Ele afirma que a guerra foi um crime e denuncia aquele crime mas não supera os termos contraditórios com os quais lê as condições históricas, sociais, culturais e políticas que levaram ao conflito.

Gramsci é mais feliz no plano teórico, intelectual, embora não o tenha sido no plano político e pessoal, já que foi vencido duas vezes: pelo fascismo que o jogou e o fez morrer na prisão e pelo stalinismo que o silenciou, lá dentro, na relação com os próprios companheiros de partido.

O ponto de contato profundo entre estes dois intelectuais aparentemente tão distantes entre si está no fato de que ambos se ocuparam da realidade do próprio país contra uma leitura dualista que o positivismo – hegemônico também no movimento operário

"marxista" do fim do século XIX e século XX – lhes sugeria. Na Itália se tratava do dualismo entre o norte – "avançado, capitalista, operário, industrial, progressista, moderno" – e o sul ou *mezzogiorno* – "atrasado, feudal, camponês, indolente, bola de chumbo ligada ao pé da Itália impedindo o seu progresso". No Brasil o dualismo – ao tempo de Euclides – estava entre o interior, habitado pelas raças impuras advindo também de um entrecruzamento enfraquecedor, e a costa das elites, mais pura, européia, que assumia, com pleno direito, a missão de universalizar o progresso no país...

Euclides da Cunha sentiu na pele, viveu e sofreu a gritante contradição de uma prédica intelectual que para se implantar teve que agir no sertão do nordeste brasileiro com todas as armas inconfessáveis da força e da barbárie. O exército "missionário", "republicano", das elites dirigentes da costa coroou a sua vitória com a destruição e a degola sistemática dos vencidos... e entregou mulheres e crianças ao deus dará, vendendo e prostituindo quantas podiam...

Euclides não se silencia sobre este *outro lado* da *modernidade*... brasileira. Ele diz, na *Nota Preliminar* de os Sertões:

> Aquela campanha lembra um refluxo para o passado e foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo!

Em outra passagem, ele reflete e acusa:

> Eram, realmente, fragilíssimos, aqueles pobres rebelados...
> Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta.
> Entretanto, enviamos-lhes o legislador Comblain; e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador: a bala[9].

Euclides não tinha como superar a contradição entre o intelectual orientado pela leitura dualista-evolucionista e o artista que se solidarizava com os tipos humanos integrantes das "raças inferiores" do nosso *hinterland bravio*.

Já Gramsci trabalhou, contra o positivismo, dentro de uma rica tradição intelectual nacional que já havia encetado – notadamente com Beltrano Spaventa, Benedetto Croce, neo-idealistas e Antonio Labriola, marxista oriundo do neo-idealismo, ambos adversários

do positivismo – trabalho que ele desenvolveu de maneira tão brilhante.

Euclides não dispunha desse ponto de partida. E podemos dizer que, não obstante todos os desenvolvimentos elaborados pela cultura brasileira, a natureza ricamente contraditória da obra de Euclides ainda não se encontra elucidada. Este é um nó muito significativo da nossa história social e intelectual sobre o qual se concentrar e discutir para elaborar linhas interpretativas fecundas para debater o nosso desenvolvimento sócio-histórico, político e cultural.

Uma nova onda de pesquisas e construções intelectuais foi realizada nos últimos decênios, a partir da derrota, com o golpe militar, em 1964, do dualismo da chamada *"teoria da revolução brasileira"*, sustentada pelo PCB como força hegemônica da esquerda[10]. Aquela derrota muito prática, com imediatas repercussões teóricas, liberou nossas forças intelectuais para um renovado diálogo com outras matrizes intelectuais, no mundo. Além de limpar o caminho de certas "idéias fora do lugar" e criar, portanto, uma exigência de novas idéias, a repressão do golpe, com o exílio, gerou um dos meios úteis para um renovado contato com outras referências culturais. De lá para cá há já espaço suficiente para significativos balanços setoriais e mesmo mais abrangentes sobre os avanços realizados. Realizar esses balanços seria um esforço meritório e fecundo. O artigo que findo aqui não tem a intenção de fazer um balanço deste tipo mas a de ilustrar e, assim, evidenciar a necessidade de realizá-lo.

Notas

[1]*Este artigo foi elaborado para a mesa-redonda sobre os "100 Anos de Canudos", da Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo em agosto de 1997. É a cidade do interior paulista onde o engenheiro Euclides da Cunha consertou uma ponte que caiu. Ele deu, então, ali, forma definitiva a "Os Sertões".

[2]Ver Gramsci, Antonio: *Quademi del Carcere*, vol. IV, Giulio Einaudi Editore, Torino;

[3]Prado Junior, Caio – *Hist. Econ. do Brasil*, p. 174, 179. Ver, também, Celso Furtado, Formação Econ. do Brasil, p.122, nota de pé de página, n. 110.

[4]Idem, *Hist. Econ. do Brasil*, pgs. 157 à 204.

[5]Medvedev, Roy – *Dopo la Rivoluzione*, Editori Riuniti, 1978. Torino. Medvedev enfrenta a questão dos erros do "comunismo de guerra" na revolução soviética e as conseqüências perversas que aquele processo militar trouxe para o Estado e a vida da sociedade soviética;

[6]Tomasi di Lampedusa, Il Gattorpardo, Feltrinelli editore, Milano, 1981, 33ª edição;

[7]"A República Comunitária de Canudos" – Marco A. Villa – Progr. da 49a. Reunião Anual da SBPC/ Jul. 1997;

[8]Boletim de mandato do deputado federal Florestan Fernandes.

[9]Cunha, Euclides da – *Os Sertões*, 10a. edição, pg. 208 Livr. Francisco Alves, 1927.

[10]Prado Junior, Caio – *A Revolução Brasileira*. 4ª. Edição, Editora Brasiliense 1966.

PS: Na digitação destas **Notas**, foram respeitadas as indicações constantes do original enviado pelo autor.

Neoliberalismo, globalización y alternativas

José A. Bonilla
Professor do Departamento de Ciências Administrativas • FACE • UFMG

INTRODUCCION

La globalización es la columna vertebral de uma nueva corriente ideológica, el neo liberalismo, que después de la caída de la Unión Soviética, pretende transformar el planeta en un mercado único, procurando beneficiar aún mas a los mas poderosos grupos económicos.

Estadísticas archiconocidas como, por ejemplo las del PNUD[1] informan que la realidad es: por un lado el Norte opulento, com alrededor del 25% de la problación mundial, consume 60% de los alimentos, 70% de la energía, 75% de los metales y 85% de la madera. Por outro lado, alrededor de 20% de estos privilegiados tienen 85% del ingreso

Caminhos
nºs 16 e 17 • dezembro de 1998

mundial, mientras que otros 60% tienen apenas 5% de este.

Com ese telón de fondo, la gran pregunta es: ¿se trata de **globalización** (integración equilibrada de las economías mundiales) o de **canibalización** (las economías mas poderosas "globalizan" sus recursos para poder sobrevivir y prosperar)? En función de la dirección que las cosas están tomando, tal vez la expresión mas correcta sea **"globalización caníbal"**.

En la nueva concepción ideológica, el neoliberalismo, simplemente radicaliza la función del capital en la economía mundial, dándole un papel practicamente totalitario al **mercado** (entendiéndose por tal a una multitud de consumidores, a los que previamente se les há sometido a un lavado cerebral cientifico a través de la creación de un ideal de vida machacado a cada instante por los medios de comunicación). De esta forma, el **mercado** pasa a ser el modo racional, inteligente y deseable de comportamiento humano. O sea: um **nuevo dogma,** mucho mas sutil y peligroso que los anteriores, porque viene envuelto en un atractivo anzuelo, representado por infinidad de productos – en gran parte superfluos – que "precisamos tener"si aún deseamos ser considerados como representantes del género humano civilizado y no aborígenes de Nueva Guinea.

Se crea así un mercado absoluto, com el fundamento ideológico de que "el consumidor es el Rey"; a pesar de que, en la prática, continua siendo "el gran otario". La extrema habilidad de este sistema es que nos procura vender la ilusión de que somos **autónomos** cuando decidimos comprar alguna cosa.

Ese mercado absoluto no acepta regulaciones porque él es "libre"y su única preocupación es comprar y vender no importa lo que sea: alimentos, venenos, productos superfluos o material bélico.

El neoliberalismo y su primogénita "la globalización caníbal"no se interesan por el ser humano ni por la sociedad humana ni por la evolución y por el futuro de ésta. En la medida que avanza va reconstituyendo un nuevo sistema de castas: aquellas que son beneficadas por el sistema y aquellas integradas por los rechazados.

El daño principal que se detecta, independiente de su

brutal incidencia sobre la sobrevivencia física de muchas personas, es un efecto a largo plazo y por ello mas peligroso: la **alteración radical del sistema de valores de la cultura humana** que queda reducido a apenas una relación aritmética, por la cual el valor de um ser humano es directamente proporcional a su capacidad de generar ingreso y tener éxito en el mercado. Se trata, ni mas ni menos, que um rebrote decuplicado del "american way of life", ahora globalizado a todo el planeta. El impacto consumistico que nos asola desde la década del 60 se radicaliza, ofreciéndonos ahora la **felicidad globalizada** (o sea sin opciones auténticas), a través de cómodas cuotas mensuales. Este contenido ideológico, fuertemente reduccionista, materialista e individualista, se derrama sobre las classes dominantes y los dirigentes políticos de nuestros países, atraviesa la clase media haciéndola mas omisa todavia, hasta llegar al fondo: a las clases populares, donde la posesión de cierto artefacto tecnológico, por ejemplo video, pasa a ser mas importante que cuidar de la salud o alimentarse mejor. La solidaridad es así destruída, cada uno queriendo igualar y después superar al vecino.

En realidad, se repite la historia de la conquista española: el oro y la plata eran obtenidos por intercambio com espejos y cuentas coloridas; Y cuan tontamente pensamos que somos mas inteligentes y mas "vivos" que los aborígenes, que solo entregaban productos que para ellos no eran vitales! Pero ahora, los seres humanos del siglo de tecnologia sofisticada, entregamos nuestras vidas! Y esto sin hablar de la violencia, de la delincuencia y de la marginalidad brutalmente estimulada cuando se despierta la ambición y el deseo de tener los productos"en onda", pero no se dispone de dinero para ello, porque el desempleo y la "flexibilización" son altos.

En general, la clase intelectual, en una especie de anestesia general, ha reaccionado muy poco a esta situación; los pocos que lo hacen son classificados de "utópicos"por sus pares. Nos parece haber llegado el momento impostergable de una rediscusión **genuinamente global**

de la problemática humana, incluyendo rigurosamente en el orden del día dos conceptos fundamentables: **realidad** y **utopía** que no son antagonistas acérrimos y si **opuestos complementarios.**

En realidad, el **mercado** es necessario, pues es el modo básico de intercambio entre los seres humanos; sin él no podríamos sobrevivir en cualquier fase civilizatoria. Pero con él ocurre lo que pasa com muchas otras cosas, como um simple cuchillo, éste puede servirnos tanto para cortar la carne como para atacar una persona. Un asunto fundamental es el **uso** de los conceptos (y de los productos). Nos interesa aquí examinar las caracterísitcas negativas relacionadas con la forma en que el mercado está siendo usado. Esta perversión es inherente a los grupos de poder a lo largo de la historia humana, siendo un caso bien conocido el del propio Cristo, quien a través de su mensaje evangélico nos dió una orientación segura basada en la paz y el amor, pero que con el pasar de los siglos llevó al horror de la Inquisición y de la Noche de San Bartolomé, perpetrándose los asesinatos en nombre del Maestro. En outro nivel y bien mas cerca de nuestra época, dicen que Marx afirmó antes de morir que él no era marxista, vista la desfiguración hecha a su doctrina.

No se trata pues, de destruír "el mercado" y regresar a una fase de barbarie y sí luchar contra "**este tipo de mercado"** que nos presentan como único posible, como el único real. Es cierto: **este** será el único mercado posible, **si aceptamos ese dogma.** Pero el ser humano, a través de todas las épocas, siempre participó de un **juego equilibrado de realidades y utopías**. En verdad todas las "realidades"existentes (un auto, un avión o una simple lapicera) fueron – en una época – apenas **utopias.**

EL PROBLEMA DEL CONSUMISMO

El objetivo fundamental de este artículo no es detallar las cosas negativas del neoliberalismo y de la "globalización caníbal" y si discutir alternativas, pero no podemos abordar este assunto sin antes analizar com algún detalle el motor básico de la nueva ideología: el consumismo.

Podemos denominar **sociedad de consumo** a aquella cuyo rasgo mas característico es la disponibilidad de innumerables productos de consumo, muchos de ellos completamente superfluos, que acabam generando necesidades en gran parte artificiales. Estas son introyectadas en el individuo por medio de una publicidad intensa en los diferentes medios de comunicación, planeada cientificamente com ayuda de psicólogos y sociólogos, de modo a incentivar la compra del producto, martillando sobre la inseguridad de las personas, lo que es altamente destructivo en términos de salud mental de la población. Esto ocurre hasta con niños bien pequeños, que no pudiendo comprar championes o vaqueros de marca Tal, carísimos, acaban sintiéndose frustados e infelices, debido a la imposiblidad física de compartir la seducción de las Xuxas (y de los "Xuxos").

Una de las principales armas de la sociedad de consumo es el uso de descartables "use y tírelo", así como del inmediatismo: "compre ahora y pague después".

Outra herramienta usada com mucha intensidad por aquella es la **obsolescencia planificada,** que tiene dos modalidades básicas:

Obsolescencia de calidad. Ocurre cuando el producto se desgasta o se deshace en un cierto momento, no muy distante de la fecha en que fué comprado. Por ejemplo: lamparillas cuya duración es reducida – a propósito – de 300 horas a 200; piezas ordinarias colocadas en electrodomésticos etc.

Esta obsolescencia tiene implicaciones bien mas profundas, ya que para reducir la durabilidad de um producto es necesario desarrollar investigaciones cientificas, o mejor dicho; desarrollar **anti-investigaciones.** Las consecuencias de estos hechos tienen relaciones de vital importancia com la llamada Ciencia. En efecto, un bueno número de cientificos modernos, utilizando la mas avanzada tecnologia, los conocimientos teóricos y los computadores mas sofisticados están participando de esta tarea detestable, sin duda muy bien paga. ¡Cuanto despilfarro de materia gris! ¡Cuantos Doctores de las mejores Universidades del mundo colaborando para aumentar el cautiverio del ser humano amarrado a la

sociedad de consumo, ahora globalizada!

Obsolescencia de atractivo. En este caso, aunque el produto pueda continuar siendo usado durante bastante tiempo, él es transformado en **anticuado** debido a la aparición de un modelo mas deseable. Un caso bien típico es la moda femenina. La Sra. Puckett, magnate del vestuário, declara textualmente: "Nuestra tarea consiste en hacer com que las mujeres se sientan desdichadas com aquello (ropas) que tienen. Debemos hacerlas sentir tan desdichadas que sus maridos no puedan encontrar la felicidad y la tranquilidad mientras mantengan su excesiva tendencia al ahorro».

En pocos pasajes, puede leerse en forma tan explicita y descarnada la idea cental de la sociedad de consumo hoy "enriquecida" por la "globalización caníbal". Según ella, la felicidad no es un edifício que cada persona tenta construir teniendo como base una adecuada combinación de elementos afectivos y sí um objeto de compra y venta. No importa que el marido ya no tenga mas interés en la mujer o vice-versa. Com una buena reposición del vestuário, la felicidad entra alegremente por la ventana y nos llena de regocijo y satisfación. ¡Que deformación absurda! Esse marido, para hacer **feliz** a sua mujer precisa tener un buen y cada vez mejor **nivel** de vida. La **calidad** de esa vida no interesa al sistema. Y lo mas triste es que las personas acaban aceptando esta idea, repetida millares de veces en forma unilateral en la pantalla que se levanta omnipotente en la sala de cada casa.

Aqui precisamos introducir una suposición básica: la vida humana solo merece realmente ser vivida cuando colocamos como objetivo fundamental de la misma, satisfacer – aunque sea parcialmente – las **necessidades reales** y no las ficticias, creadas por sectores interesados apenas en su propio beneficio financeiro.

Por necesidades reales se intienden las seguientes, enumeradas en una lista no taxativa.

- **As físicas vitales**: alimentos, vestuário, habitación, salud.
- **As afectivas**: relación adecuada hombre – mujer; buenas relaciones familiares.

• **As sociales**: relación placentera y creativa com el trabajo; relación solidaria com el grupo humano adyacente y el mundo general.

• **As educacionales, culturales y estéticas**

• **As de armonización** con el medio ambiente natural.

• **As de expresión de sentimientos espirituales** de plenitud y auto-realización.

En el esquema básico de la sociedad de consumo, el primer punto – totalmente distorsionado – está tan supervalorizado que cubre todo el conjunto. Las grandes olvidadas son las necesidades afectivas, sociales, ambientales y espirituales. Ellas son en realidad las Cenicientas de la Historia Humana. Cenicientas que solo encontraron amor y reconocimiento en el Príncipe de la leyenda, o sea, los príncipes de la sabiduría, los maestros espirituales de todas as épocas y todos los pueblos.

En verdad la Historia de la raza humana es la historia de la opresión del hombre por el hombre. Lo que merece ser destacado en el momento es que actualmente la moderna sociedad tecnológica dispone de los medios necesarios para satisfacer – en todo el mundo – las necesidades vitales por lo menos a un nível minimamente razonable. Sin embargo, la sociedad humana no está caminando en esa dirección. La obscena mezcla de desnutrición y despilfarro, de cantegriles y villas miserias junto com rascacielos y mansiones no existe apenas en nuestros países subdesarrollados y sí en los super desarrollados, incluyendo el ombligo financeiro del mundo, la orgullosa Nueva York.

Lo peor es que la "globalización caníbal" agravará los problemas. ¿No habrá alternativas?

LO POSIBLE Y LO UTÓPICO

En el remolino de los cambios que nos sumergen en la "globalización caníbal", se oye a los defensores interesados y a otros incautos que han perdido la noción del "conjunto" en aras de la "parte" (la de ellos), incluyendo aquí a prominentes intelectuais de izquierda, decir que debemos trabajar en función de "lo posible" y descartar las "utopias". Esto significa, obviamente, rendirse al nuevo **dogma**.

Esas personas, muchas veces liderando diversos campos de actividad humana, incluso política y/o académica, se volvieron de repente – tal vez por el estrépito de la caída del muro de Berlin – exageradamente pragmáticos, dejando de lado las enseñanzas que la Historia Humana nos brinda. Tal vez el propio Marx al centrarse exageradamente en el **"Homo economicus"**, olvidándose del **"Homo homus"** preparó esas mentes para su actual proceso de petrificación.

Es importante en este momento, conceptuar la palabra **utopía**. Se trata de **aquello que es imposible**, según la percepción generalizada; pero si agregásemos apenas un detalle, tal vez se abra un mundo de comprensión: **utopía es "aquello imposible, en un determinado contexto".** Así en la época de Leonardo era una utopía volar (por falta de conocimiento técnico-científico); en la época de las dictaduras militares era una utopía pensar en democracia y elecciones libres; en el siglo pasado era una utopía trabajar ocho horas; en la época de Colón era una utopía pensar en la existencia del continente americano; así como 50 años atrás era utópico pensar en llegar a la Luna, y, actualmente, ganar un salario digno en la universidad pública.

Tal vez uno de los primeros utópicos del mundo fué un agricultor primitivo hace muchos millares de años. En la época, los cultivos eran hechos enterrando las semillas en huecos cavados con las manos en el suelo, lo que seguramente daría origen a uñas quebradas, sangramientos e infecciones. Era, sin duda, un processo penoso. Pero era **lo posible**. Hasta que un individuo, digamos Juan, uno entre millones, tuvo la idea "utópica" de construir alguna cosa que se pareciera a un pico o una azada de piedra. Comunicado esto a sus colegas, seguramente lo habrán tachado de loco (pues la palabra "utópico"bien mas sofisticada, apareció después). Sin embargo, aquel genio desconocido, Juan, persisitió en su idea y comenzaron a ser creadas diferentes herramientas agrícolas hasta llegar a las actuales.

Es interesante subrayar que todos los objetos creados por el hombre, sin excepción,

comenzaron como utopías, antes de transformarse en realidades concretas: peines, la lamparilla de Edison, lapiceras, zapatos, transitores, televisores, computadores o rayos laser. En efecto, todos estos productos antes de nacer, fueron ideas "utópicas"en la cabeza de algunos "transtornados"; solo después se transformaron en realidades manifiestas. O sea: la **utopía** no es outra casa que una **pre-figuración de la realidad**. Esto significa, ni mas ni menos, que precisamos convivir com las dos, porque no son otra cosa que dos aspectos, si bien opuestos en un cierto nivel, complementarios en otros.

En efecto, el cartesianismo que moldó nuestra cultura ocidental, nos condujo por una senda unilateral: la del mundo manifiesto, o sea **lo real** es solo aquello que podemos percibir por nuestra percepción sensorial. Y hoy dia, sepultado por una avalancha incontenible de productos tangibles, el consumo exacerbado y su apología, es mostrado como exclusivamente lo único importante. Asi, el reino de lo intangible, donde vive lo mas selecto del pensamiento y del sentimiento humano pasa a ser desacreditado como un sueño vano (una utopía).

Historicamente, el ser humano há sido explotado por los grupos de poder de las mas diferentes formas posibles, gracias al uso de la fuerza. En la sociedad global, tan cara al neoliberalismo, la acción es mucho mas sutil. En efecto ¿para que usar la represión, com su costo y sus secuelas, si se puede manipular sutilmente y "cientificamente" al ser humano – y este es muy maleable – ofreciéndole anestesiantes que lo gratifiquem y le hagan pensar que es un integrante autónomo dela sociedad, que actúa inteligentemente, que es "moderno" que pasa una vida "mejor", que comprando es "feliz"etc?

La **ilusión de la autonomía** es, quizás, la nueva arma mas potente del nuevo dogma. Tal vez sea mas importante que la bomba atómica; el mundo comunista por ignorarla se derrumbó. Veamos un ejemplo:

Imaginemos dos círculos concéntricos; uno, el exterior es el mayor ocupando el 90% de la superficie; el menor está en el centro de la figura ocupando apenas 10%. El segun-

do representa el **valor real** de la autonomia humana; el primero simboliza las decisiones tomadas por el sistema. Por ejemplo: una persona de la clase media **debe** tener auto, por el simple motivo de que si no lo tiene debe ser considerado un paria o un troglodita. Esta es la **decisión del sistema.** Pero – y aquí está la vuelta de tuerca crucial – cada individuo tiene una **cuota de libertad** (algo de autonomia, ejemplificada en 10%), o sea se le abre una especie de ventana – que el sistema soviético dejó cerrada – para que no se asfixie en el reino de la imposición.

En efecto, durante semanas y meses el individuo que se está preparando para comprar un auto, utiliza todas suas energias en consultar diarios, vendedores y amigos, acerca de las virtudes y defectos relacionados com marcas, tipos, colores, agencias, precios y planes de financiamento. Esto es tan agotador que cuando acaba realizando la compra, suspira doblemente satisfecho: porque tiene en su poder el ansiado producto y poque ejerció "plenamente" su autonomia humana. Solo que no percibe que apenas dió la puntada final de algo que ya estaba decidido por el sistema: este deja lo micro al individuo y mantiene el control de lo macro. No interesa saber, al sistema global, cual auto há adquirido. Lo importante es que compró uno y al hacerlo, entró en la categoria de **ciudadano normal.**

¿Y por que esto – en general – no se percibe? Simplemente porque todos, de izquierda, de derecha o apolíticos, fuimos – en Occidente – educados bajo el enfoque cartesiano, el cual aplicado a la conyuntura mundial actual solo tiene una vía por donde transitar: crecer en términos tangibles o sea desarrollar cada vez mas productos tangibles, perceptibles por los órganos sensoriales y después aplicar un lavaje cerebral encima de las personas, para que elios sean comprados, consumidos y vueltos a comprar y consumir.

Este análisis nos lleva a um punto crucial: precisamos, tal vez antes de cualquier otra cosa, repensar nuestra **forma de ver el mundo**, o sea nuestra **forma de pensar, sentir y actuar**. Ya hace 200 años, Stuart Mill dijo: "Ninguna auténtica mejoría en la suerte

de la Humanidad será posible hasta que un gran cambio ocurra en su **modo de pensar**". Mas recientemente, Julius Stulman, asesor del Instituto Mundial confirma: "a pesar de los avances obtenidos, de ahora en adelante, **no podemos hacer nada significativo hasta que pensemos de manera diferente**".

La nueva forma de ver el mundo se llama **enfoque holístico** y ella permite completar la visión cartesiana, centrada apenas en lo tangible y en lo manifiesto, con los aspectos intangibles y subyacentes que forman parte del ser humano. En ese contexto, **realidad** es el aspecto visible de un conjunto mayor, cuyo resto – oculto a las miradas superficiales – está impregnado de infinitas posibilidades, que por no haberse manifestado aún, pueden ser llamadas de **utópicas**, o quizás mejor, de **realidade potencial**.

O sea la Realidad, se compone de dos partes: por un lado, la **realidad manifesta,** tangible y observable, que es lo único importante para el cartesianismo, cuya exacerbación nos lleva a la "globalización caníbal"; por otro lado tenemos el complemento de aquella: **la realidad potencial** que siempre estuvo, que está y siempre estará esperando que el Ser Humano la utilice para resolver sus problemas, cada vez mas complejos. El **enfoque holístico** lleva en cuenta ambas realidades, cada una en su nível propio de acción. Cualquier asunto relacionado com la problemática social, económica, tecnológica, educativa o cultural del hombre, implica en el equilibrio entre los dos factores: **la realidad manifiesta** (por ejemplo el mercado global, el desempleo, el retroceso social, la explosión de nuevos productos, que debemos comprar si no queremos ser considerados anacrónicos, etc) y la **realidad potencial** (aquella inmensa fracción de la Realidad que si es correctamente articulada em pró de los valores humanos básicos: paz, armonia, justicia social, protección ambiental, desarrollo espiritual, etc, podrá ser desarrollada, a pesar de los monstruos del determinismo, que una vez mas pretendem dogmatizarmos haciéndonos creer que existe un camino único, definitivo y feliz. Claro que esse es el camino que les dá pingües beneficios, que noso-

tros pagamos al pasar por esse carísimo peaje).

La gran herramienta a ser preparada es, ni mas ni menos, que la creación de una **nueva utopía**, a través de los recursos que están disponibles en el seno de la **realidad potencial**. En esse recipiente escondido, la Humanidad siempre fué a procurar cuando lo necesitó: lo hizo Jesús hace 2 mil años, legándonos sus elevadísimos mensajes; cuando ellos fueron distorsionados por el poder dogmático cuja culminación ocurrió com la Inquisición, la Humanidad volvió a beber de aquella fuente de inspiración privilegiando la razón en detrimento de dogmas vacíos, a través del método científico. Mas tarde, en 1789, las "utopícas"palabras "Libertad, Igualdad y Fraternidad" resonaron en un mundo de explotación directa. Hoy, al amanecer del Tercer Milenio, en un mundo donde la explotación directa continúa, pero ahora superpuesta por una fina malla de manipulación y anestesia general, es necesario volver a ese reservatorio eterno. En definitiva: sin perder la noción de la **realidad manifesta** (como lo hicieron, entre otros, los héroes de Chicago luchando por las 8 horas, Mandela contra el apartheid, la resistencia francesa contra el nazismo, etc, etc), precisamos levantar nuevas banderas, que si no se la quiere llamar de "utópicas", para contraponerlas al **neoliberalismo** imperante podremos, quizás, llamar-las de **neosocialismo.**

Pues, podrá haber muerto una rama autoritaria, degenerada, del socialismo. Pero el socialismo auténtico nunca podrá desaparecer, porque su último e indiscutible objetivo es una **mayor justicia social. Y** hasta que ésta no alcance un nivel por lo menos razonable, esse clamor – sordo o estridente – acompañará para siempre gran parte de la especie humana.

REFEXIONES FINALES

La **clase alta** es unida en defensa de sus intereses y se caracteriza por la **acción**, ahora "acción global". La **clase media** es individualista; cada uno trata de medrar por si: su característica es la **omisión** (como clase). La **clase baja** se caracteriza por la **resignación** y espaciados estallidos

de **desesperación.** Corresponde al **estrato intelectual**, ubicado casi totalmente en la clase media, presentar las bases de un nuevo pensamiento, capaz de enfrentar a la "globalización caníbal"que amenaza aplastarmos si no la resistimos.

Los "utópicos" siempre crearon ideas y hechos para revivir el mundo de la **realidad potencial**, a pesar del precio que tuvieron que pagar. El mayor de ellos fué crucificado, otros quemados en la hoguera, otros fueron martirizados a lo largo y a lo ancho del planeta (hasta hoy día), otro fué asesinado en las selvas de Bolivia. Por lo menos el primero y el último fueron precursores del enfoque holístico ("los opuestos complementarios" de la Física subatómica), a través de frases históricas: "Dad a Dios lo que es de Dios y al César lo que es del César" y "Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás".

El dilema es claro: o nos resignamos a ser transistores de la "globalización caníbal", aceptando que nuestra autonomía personal sea recortada aún mas (y esto si tenemos la suerte de tener la calificación suficiente para acceder al mercado de trabajo) o tratamos de recuperar "en lo posible", pero día tras día y dentro de un marco conceptual bien definido (claro que "utópico"), esa condición humana intangible y subyacente que el sistema desprecia porque no genera dividendos para los detentores del poder. Pero que es la esencia de la naturaleza humana.

Se podrán perder o ganar batallas; eso siempre ocurrió. En verdad, las luchas a favor del hombre muestran más derrotas que victorias. También es verdad que estamos en una fase de reflujo, donde del becerro de oro que Moisés destruyó hace 32 siglos brilha com esplendor inigualado, revestido de confiabilidad, de seguridad, de reacionalidad, de inteligencia, de comodismo, de consumismo y de alternativa básica única (comprar o comprar), desfigurando totalmente las enseñanzas del Maestro, que hipocritamente muchos dicen seguir.

El punto es: **¿que estrategias** pueden ser desarrolladas por los individuos mas lúcidos, para tentar **un cambio de orientación**? En realidad se trata, apenas, de rescatar los valores mas elevados que la

sociedad humana ha conseguido percibir y que ahora corren el riesgo de desaparecer, substituidos por productos electrónicos cada vez mas sofisticados.

Antes de entrar a proponer una agenda concreta de acciones, vale la pena mencionar algunas citaciones de estudiosos que nos permitem ver que hay un camino abierto; lo que precisamos es profundizarlo:

• "Las crisis de nuestro tiempo son los impulsos que necessita la revolución ahora en marcha. Nuestra patologia es nuestra esperanza"[2]

• "El futuro está en las manos de aquellos que pueden ofrecer a las generaciones futuras, **razones válidas de vida y esperanza**"[3]

• "En nuestra época está siendo elaborado un **manifesto secreto**"[4]

• "El movimiento **sin nombre** alcanzó un estado de **masa crítica** y ya no puede ser interrumpido" (William Tiller, físico del Instituto Stanford).

Un documento extraordinariamente esclarecedor – entre varios – es el preparado por investigadores del Club de Roma donde se afirma lo siguiente: "El ser humano precisa **tomar su destino en sus propias manos**, en vez de dejarse arrastar por los acontecimientos. Para esto es preciso abandonar la **confianza** ciega en los centros computadorizados de la política, la economía y la ciencia, y **reestablecer la fé en la capacidad del ser humano**".[5]

Esto significa que en la entrada del próximo siglo, el ser humano – si desea sobrevivir – deberá crear otras estructuras organizacionales que se adecúen a los nuevos tiempos. La "globalización caníbal" está trabajando en una dirección; precisamos trabajar en otra, donde el **centro sea el ser humano** y la economia apenas su ayudante. Esto es el polo opuesto de la situación actual, donde a los seres humanos se nos adjudicado el papel de ser siervos de la economia, lo que tiene tendencia a agudizarse com el nuevo dogma globalizante.

AGENDA DE TRABAJO

1 • La prioridad absoluta es una **Nueva Educación**. No nos referimos aquí a la formal, universitaria y sí a una educación del ser humano que le

ayude a rescatar sus valores, a encontrar las **realidades potenciales**, sepultadas, ahora **globalmente**, bajo la lápida supuestamente intransponible de la **realidad manifiesta**. Se trata, pues, de una educación para el desarrollo humano, siendo su objetivo central: contribuir para una mayor concientización de las personas a través de una combinación equilibrada de recursos cientificos, éticos, emocionales, filosóficos y espirituales que sean capaces de auxiliarlas en el desarrollo significativo de sus potencialidades internas y externas, habilitándoles a vivenciar un grado cada vez mas alto de calidad de vida.

Esta conceptuación general puede ser completada a través de la definición de objetivos específicos tales como:

Contribuir en la preparación de los ciudadanos para que sean capaces de:

a) Informarse sobre los grandes problemas de su tiempo y de analizar criteriosamente las diversas y complejas situaciones que deben se enfrentadas constantemente en nuestra sofisticada sociedad moderna, así como de sugerir propuestas válidas para solucionarlas y ejecutarlas de forma correcta.

b) Comprender la vasta potencialidad que existe en el interior de cada ser humano y, a partir de ahí, aplicarla en beneficio de los altos ideales que la Humanidad se há forjado.

c) Comprender holística y ecológicamente el Universo, el Planeta y la Naturaleza, no como mundos extraños y peligrosos y sí como una Unidad de la cual no tejemos la red de la vida: somos apenas hilos de ella.

d) Enfrentar las crisis que hoy asolan al mundo, por medio de la percepción de nuestra propia fuerza interior y del maravilhoso aumento de la misma, que ocurre cuando entramos en interacción com un grupo humano que tenga una orientación adecuada.

e) Dirigir nuestras vidas personales de un modo sano, próspero, solidario y feliz, alcanzando el éxito tanto en el área afectiva como en la relacionada com actividades en los campos mas diversos: trabajo, salud, negocios, etc.

2 • Dentro de la amplia temática anteriormente expue-

sta hay un asunto central, que precisamos resaltar específicamente: se trata de educar a la sociedad humana, abriendo alternativas diferentes a una simples preocupación por la pose de productos materiales, cada vez mas numerosos y cada vez mas obsoletos. Surge así una pergunta provocativa: ¿**Lo qué producir**?

Para Schumacher: "La economía como un contenido de vida es una enfermedad mortal, porque el crecimiento infinito no se ajusta a un mundo finito"[6] Esto es tan evidente que hasta un ciego podría verlo, pero los proyectístas de la "globalización caníbal" son tan astutos, que cubren las evidencias com una máscara refulgente y así engañan a millones, haciéndolos creer que así iremos de mejor en mejor. Sin embargo, si no aceptásemos las anteojeras que nos colocan, veríamos lo que realmente ocurre: la Naturaleza es devastada, destruída y contaminada en aras del "progresso" (¿de quien?); los seres humanos son uniformizados en unas pocas categorias, deshumanizados, idiotizados y triturados; los principios éticos y espirituales son ignorados y ridicularizados. Y el sistema productivo, como un verdadero Moloch* nos devora, transformándonos en consumidores tan insaciables cuanto permita el contenido de nuestro bolsillo (o caja fuerte).

Este item puede ser atacado a través de dos vías principales:

a) Utilización de la Gestión de la Calidad Total **Auténtica**, basada en una serie de principios y metodologías de trabajo que permitem un balance entre los aspectos técnicos y humanos de la producción. Esto es diferente del enfoque distorsionado y mecanicista que gran número de empresas, sobre todo occidentales da a la Calidad Total, transformándola apenas en un muñón de sus posibilidades reales, siendo utilizada com el único objetio de aumentar lucros sin percibir, para nada, el papel social que las empresas deben cumplir ("Responsabilidad social de las empresas". ver 7)

b) Desarollo de una campaña social profunda y amplia, procurando transformar en texto legal la **participación de la comunidad en los medios de comunicación** especialmente televisión, com derecho a

restrícción de programas y publicidades que no se adecúen a las necesidades reales de aquella, já presentadas en el item II.

La televisión, en particular, há invadido practicamente todos los lugares del planeta, estableciendo una relación unilateral, de sutileza subliminar, quebrando definitivamente la autonomía de las personas, transformándolas en una nueva especie: el "**Homo consumisticus**". Este es uno punto crucial: no es posible que en nombre de una mal llamada libertad de prensa, una media docena de personas acaben dirigiendo nuestras vidas, decidiendo lo que debemos comprar, como debemos pensar y cual debe ser nuestra filosofia de vida. Así destruyen la **realidad potencial** y muestran apenas la **realidad manifiesta**, "lo posible", cuajada de millares de los mas diversos productos. El socialismo **auténtico** y por lo tanto no autoritario, dificilmente podrá rebrotar si no enfrenta a esta hidra de siete cabezas.

El hecho real es que los derechos de comunicacción pertenecen al Estado y es deber de éste legislar para **proteger y educar a sus ciudadanos** y no dejarlos a merced de los grupos económicos.

3 • **Assuntos puntuales**. Son muchos y entre ellos sobresalen: desempleo, relaciones laborales, nuevo perfil del trabajador, adecuación del gremialismo frente a la "globalización caníbal", la Nueva Universidad, Protección Ambiental, Agricultura Ecológica, etc.

4 • Una forma concreta de iniciar el processo de cambio aquí presentado es la creación de un Centro **Latinoamerciano de Creación y Difusión de Nuevas Ideas para el Siglo XXI.**

Su razón de ser es la contribución al desarrollo de una conciencia mas crítica, así como a la elaboración de propuestas y planes de acción concreta. Con el paso del tiempo, este Centro podrá ser un foco alternativo que permita vislumbrar primero y percibir claramente después, márgenes cada vez mas anchas de **realidad potencial**, que a través del esfuerzo solidario de personas honestas y bien intencionadas, acabarán siendo transformadas en **realidad manifiesta**, ahora favorable al hom-

bre. En ese momento "lo imposible" se habrá transformado en "lo posible" y una alternativa real a la "globalización caníbal" habrá sido creada.

Es claro que para que este proceso llegue a un fin positivo, será necesario descartar desde el principio, todo tipo de sectarismo, sea político, filosófico o religioso.

Esta es nuestra modesta contribución, que el lector juzgará si es demasiado "utópica" o no.

Bibliografia

[1]PNUD. *Informe sobre Desarrollo Humano*, 1994.

[2]FERGUSON M. *A Conspiração Aquariana*. San Pablo: Record, 1980.

[3]TEILHARD DE CHARDIN. *O Fenômeno Humano*. San Pablo: Herber, 1978.

[4]ROSZAK T. *The making of a counter culture*. Nueva York: Doubleday/Anchor, 1969.

[5]BOTKIN J., MALITZA M. e MAJDRA M. *No Limits Bridging The Human Gap*. (A Report of the Club of Roma). Nueva York: Pergamon Press, 1980.

[6]SCHUMACHER F. *O Negócio é Ser Pequeno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

[7]BONILLA JOSÉ A. *Resposta à Crise: Qualidade Total Autêntica em Bens e Serviços*. San Pablo: Makron Books, 1993.

[8]Dios antiguo que devoraba hasta sus propios adoradores y que hoy muchas personas autotituladas "cristianas" colocan, tal vez inconscientemente, pero de manera real, en un nivel mucho mas alto que al Maestro que dicen venerar.

O *fabricante de artigos*

Herculano de Pompéia
Professor Doutor do Departamento de Patologia
Fazendária • Escola de Veterinária • UVMG[1]

O homem de meia idade dizia-se um convicto neoconverso aos valores do neoliberalismo, da qualidade total e da informática. Declarava-se o descobridor – depois de laboriosa pesquisa que lhe consumira 13 meses de dedicação exclusiva – de um processo capaz de livrá-lo, e a quem dele correto uso fizesse, daquela ameaçadora decisão de órgãos autodenominados competentes.

A exigência departamental de publicar o máximo num mínimo de tempo era a causa primeira de sua peroração.

Mesmo sem ser solicitado, detalhava: satisfaço às exigências do sistema, enriqueço meu currículo e ainda aumento minhas chances de um pós-doutorado na Escócia.

Caminhos
nºs 16 e 17 • dezembro de 1998

Na tarde quente, um caixa atendia aquela longa fila de pessoas caladas e taciturnas. A exceção era o vociferante professor.

O tímido sorriso de um velhinho – mais esgar do que sorriso –, visto como sinal de aprovação, fez crescer os decibéis da oratória, até então sem receptor definido.

– Vou explicar melhor para o senhor, o procedimento é simples. Armazenam-se no *Word 7.0* citações extraídas de obra de cada um dos seguintes autores: Marx, Marcuse, Aron, Sartre, Camus, Roberto Campos, Hegel, Kant, Gramsci, Rui Barbosa, Galbraith, Foucault e Paulo Coelho. Recombinando-as ao acaso, podem-se construir diferentes textos. Destes, acessam-se, com um comando especial, aqueles de cuja composição participem todos os treze previamente escolhidos.

– O senhor deve estar querendo saber da aceitabilidade dos artigos assim preparados. *No problems*. Na Câmara Departamental passarão sem interrogações maiores e serão incorporados ao meu relatório anual, que enviado à CPPD terá seu item "produção acadêmica" devidamente transferido ao *site* correspondente da UFMG. Contribuirei portanto para a manutenção deste organismo no 1° lugar do *ranking* das Universidades brasileiras.

– Para a edição nos periódicos ditos especializados, seleciono 13 amostras diferentes e as envio a 13 deles, que os tenho catalogados. A taxa de aceitação, num experimento piloto, revelou estar em torno de 20%. Como se vê, o grau de intercambialidade permitido pelos nossos "peer reviews" é grande. Provavelmente teria o "nihil obstat" de *Caminhos ou do Journal of Abnormal and Social Psychology.*

– Digo-lhe mais: a qualidade média da produção alcançada pelo meu processo deve ultrapassar a obtida nas convencionais teses de mestrado. Se mantido o devido sigilo, o risco de utilização de minha estratégia ser considerada uma "relação imprópria" será mínimo.

– Se for preciso satisfazer a especificidade de determinada revista, a solução será substituir três daqueles nomes da lista há pouco referida. Pelos de Paulo Freire, Dewey e Piaget, se a publicação for da FAE;

pelos de Celso Furtado, Keynes e Mercadante, se da FACE; ou pelos de Gilberto Freire, Pe. Cícero e Luiz Gonzaga, se do Nordeste.

– Provavelmente, gente ligada à pós-graduação achará muito reduzido o número de apenas 13 referências por artigo. Nesse caso, a solução será simplesmente aumentar o número de participantes das amostras, mantendo inalterados os demais passos do processo. Aliás, já tenho selecionados 13x13=169 excertos e estou procurando estabelecer uma parceria com o Depto. de Matemática para calcular o número de artigos possíveis. É coisa próxima de 13 elevada a 13ª potência! Bilhões de artigos! Pode ser que haja um ou outro com algum problema de verossimilhança semântica. Como artigos são entidades mais para serem citadas do que para serem lidas, esta questão possivelmente passará desapercebida.

O cliente de cabelos brancos e de jeito afável parecia ser o único da lenta fila a dar alguma atenção ao entusiasmado orador.

– O senhor certamente deseja saber o porquê de minha preferência pelo número 13. É que pretendo patentear e negociar o *software* da minha descoberta. *Hot informations* confirmam a presença de influentes numerologistas no *staff* de empresas eventualmente interessadas. A do Bill – o Gates, não o outro – é uma delas.

Daí....

– Risco sempre haverá de algum reacionário burguês querer desmascarar e torpedear meu projeto. Caso isso ocorra, enquadrá-lo-ei na minha teoria conspiratória da história, acusando-o de agente de um complô internacional contra o desenvolvimento das tecnologias de ponta nos países emergentes.

Nesse momento toca o celular do professor

– Aqui, urso branco; pode falar, xuxa dos Pampas... Ele pede licença e com leves meneios de cabeça afasta-se lentamente em direção à pracinha. Havia um inusitado brilho no seu olhar.

Ps.: O velhinho de sorriso indefinido era um conhecido surdo-mudo.

Nota

[1]A solicitação do autor de preferir localizar-se num Departamento fictício de uma Escola Virtual foi atendida pelo Conselho Editorial.

O professor
Algumas palavras necessárias

Cesar Gualtieri
Professor do Departamento de Projetos
Escola de Arquitetura • UFMG

"Portanto, os arquitetos que sem teoria e só com a prática se dedicaram à construção não puderam lograr crédito algum com suas obras, como tampouco lograram mais que uma sombra, não a realidade, os que se apoiaram só na Teoria."

Marco Lúcio Vitrúvio
"De Architectura" – I aC

Perdeu a UFMG, e em particular a Escola de Arquitetura, o professor Cuno.

Professor emérito, ensinou a arte da composição arquitetônica para várias gerações de arquitetos que passaram pela nossa Escola nos últimos 44 anos. Foram 44 anos vivenciados no dia a dia do *atelier* de projetos, ensinando, conversando, estimulando os jovens neófitos que ansiosos sonham com a criação de espa-

ços, espaços providos da poética arquitetônica, que se desenvolvem de maneira fluida, mas que no primeiro traço, sobre o papel branco, se desvanecem como os nossos sonhos do cotidiano.

Foi o professor Cuno figura determinante, norteando esta Escola, no período de transição que vivenciou a Arquitetura Brasileira, no pós-guerra. Período de crise, de transformações e vicissitudes, de resistências próprias dos tempos tumultuosos. Tempos em que Oscar Niemeyer construía o conjunto modernista da Pampulha – símbolo mundial da mudança do pensamento arquitetural – e que era também construído o importante conjunto das termas do Barreiro, em Araxá, numa linguagem eclética e italianizada do século XIX.

Sempre consciente do compromisso social da arquitetura e principalmente de nossas limitações econômicas e tecnológicas, de país pobre, evidenciava, apontava caminhos na busca de soluções realistas mas providas de invenção e criatividade; valores imprescindíveis na formação do arquiteto.

Professor e arquiteto, não do tipo panfletário, pelo contrário, pouco verbalizava. Neste particular, muito próximo do jeito de ser do grande arquiteto e professor italiano Carlo Scarpa. Certamente nenhum de nós que teve o privilégio de ser seu aluno lembrará de um discurso do mestre Cuno. Mas jamais poderemos esquecer seus traços concisos, feitos sobre nossos trabalhos, com a ênfase de quem tem a certeza, a firmeza da solução mais adequada, do detalhe mais elaborado, da crítica necessária feita de maneira correta, ao pé do ouvido, quase como um segredo de pai para filho. Sabia que arquitetura não pode ser verbalizada, ensinava-nos a percebê-la.

Desprovido das vaidades profissionais e acadêmicas, tão comum para os que têm por ofício a tarefa de criar, este arquiteto, mineiro por opção, filho de pais suíços, com sua simplicidade franciscana e seu jeito acanhado de ser legou-nos uma obra singular: ensinou arquitetura, ética e solidariedade, desenvolveu talentos, escreveu livros, projetou cidades e construiu o Campus avançado de nossa Universidade em Barreiras - BA.

Nossa Escola era seu *habitat*, seus alunos sua motivação maior. Formou-se arquiteto, fez-se professor. Foi "O PROFESSOR", um dos mais importante desta casa.

Assim como tantos outros que construíram a UFMG, o professor Cuno Roberto Lussy foi-se e deixou-nos um imenso vazio. Seu exemplo de dedicação à formação da juventude, destituído de interesses menores, será sempre uma referência para a nossa e para a próxima geração de docentes que de certa forma deverá conduzir o futuro desta instituição, que tem o compromisso de ressarcir nossa sociedade dos investimentos aqui alocados.

Caminhos

É uma publicação semestral que objetiva atingir as seguintes metas:

a) Constituir-se um órgão de comunicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG • Seção Sindical da ANDES-SN/APUBH.

b) Voltar-se à reflexão de temas relacionados à vida universitária e sindical, tais como: defesa da "Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade"; democratização dos procedimentos acadêmicos; avaliação acadêmica; financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; escolha de dirigentes; política salarial; condições de trabalho; relacionamento Universidade com a Sociedade; Política Educacional, da Saúde e da Seguridade Social, construção de utopias, entre outros.

c) Estimular o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.

apubh
Associação Profissional
dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN